



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

**O PARADOXO DA DESUMANIZAÇÃO NO AFEGANISTÃO: UM ESTUDO DE
CASO DO PAPEL DESUMANIZADOR DA INTERNATIONAL SECURITY
ASSISTANCE FORCE (ISAF) NO PERÍODO DE 2003-2014**

**JOÃO PESSOA–PB
2017**

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

**O PARADOXO DA DESUMANIZAÇÃO NO AFGANISTÃO: UM ESTUDO DE
CASO DO PAPEL DESUMANIZADOR DA INTERNATIONAL SECURITY
ASSISTANCE FORCE (ISAF) NO PERÍODO DE 2003-2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann.

Co-orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da Dissertação.

V145p Valdevino, Deisiane da Conceição Viana de Santana.
O paradoxo da desumanização no Afeganistão [manuscrito] : um estudo de caso do papel desumanizador da International Security Assistance Force (ISAF) no período de 2003-2014 / Deisiane da Conceição Viana de Santana Valdevino. - 2017
140 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Afeganistão. 2. Desumanização. 3. ISAF. 4. Relações Humanas. 5. Operações militares.

21. ed. CDD 356

DEISIANE DA CONCEIÇÃO VIANA DE SANTANA VALDEVINO

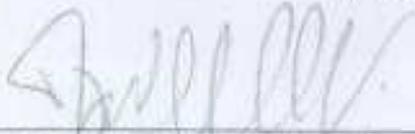
**O PARADOXO DA DESUMANIZAÇÃO NO AFGANISTÃO: UM ESTUDO DE
CASO DO PAPEL DESUMANIZADOR DA INTERNATIONAL SECURITY
ASSISTANCE FORCE (ISAF) NO PERÍODO DE 2003-2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

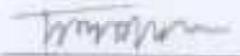
Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Aprovado em: 05/09/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann
(Presidente da banca)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Marcos Alah Shakhzadeh Vahdat Ferreira
(Avaliador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)


Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
(Co-orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Roberta Holanda Maschietto
(Avaliadora)
Universidade de Coimbra

Dedico às pessoas que vivem no Afeganistão,
que não as conheço fisicamente, mas as abraço.
Sou apenas uma voz de uma realidade distante,
mas também somos parte de um todo chamado
humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais este degrau da trajetória acadêmica. Agradeço às senhoras Dulcenea Viana de Santana (*in memoriam*) e Aidil Viana de Santana que na sua sabedoria de vida e sem nenhum estudo acadêmico me incentivaram na arte do saber. Gratidão bisavó e avó pelas sementes que plantaram.

Agradeço aos meus amados pais, Avani Viana de Santana Valdevino e Edgar Valdevino por toda a luz do caminho. Agradeço ao querido Luiz Gustavo Sales pelas conversas edificantes, amor e companheirismo nessa jornada. Agradeço aos familiares Laise de Freitas Viana de Santana, Thaís Viana de Santana Magliano, Aridete de Freitas Viana de Santana e Alcides Viana de Santana por me proporcionarem novos horizontes e por me incentivarem nos estudos. Agradeço às amigas Daniele Ferreira e Thaís Bezerra Sá pelas palavras de ânimo, carinho e amizade.

Agradeço ao meu professor e orientador Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann por proporcionar em minha formação o que há de fundamental na prática educativa: despertar o caráter transformador do ser humano. O PUA (Projeto Universidade em Ação - UEPB) é fruto desse caráter transformador da educação e os alunos que por esse projeto passaram de algum modo são marcados pelo seu ideal. Agradeço também pelo incentivo na busca do conhecimento, desde os artigos sugeridos às indagações e aprendizados ao longo do Mestrado.

Gostaria de destacar a importância do momento de Qualificação da pesquisa, na data 20 de dezembro de 2016. Eu não achava viável abordar desumanização no Mestrado e na minha banca de qualificação todos incentivaram a continuar. Aos professores que estavam na banca de Qualificação, Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Marcos Alan S. V. Ferreira, Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann e Roberta Holanda Maschietto gratidão por incentivarem esta temática. Então, aqui está a dissertação, produto de minhas inquietações e questionamentos, mas principalmente resultado da percepção de que eu tinha condições de escrever sobre desumanização no Mestrado.

A todos que me apoiaram e incentivaram a realizar o presente estudo, gratidão.

I will never return

Eu nunca mais retornarei

Eu sou a mulher que acordou.

Eu surgi e me tornei uma tempestade através das cinzas dos meus filhos queimados.

Eu nasci dos riachos do sangue do meu irmão.

A ira da minha nação me capacitou.

Minhas cidades arruinadas e queimadas me encheram de ódio contra o inimigo.

Eu sou a mulher que acordou.

Encontrei meu caminho e nunca mais retornarei.

Abri portas fechadas de ignorância.

Eu falei com todas de pulseiras douradas.

Oh, compatriota, não sou o que eu era.

Eu sou a mulher que acordou.

Encontrei meu caminho e nunca mais retornarei.

Eu tenho visto crianças descalças, vagando e sem-teto.

Eu tenho visto esposas com roupas de luto.

Eu tenho visto as paredes gigantes das prisões engolindo a liberdade em seu estômago voraz.

Eu tenho renascido no meio de resistência e coragem.

Aprendi a música da liberdade nas últimas respirações, nas ondas de sangue e na vitória.

Oh, compatriota, oh irmão, não me considero mais fraca e incapaz.

Com toda a minha força, estou com você no caminho da libertação da minha terra.

Minha voz se misturou com milhares de mulheres nascidas.

Meus punhos estão cerrados com os punhos de milhares de compatriotas.

Junto com você, pisei o caminho da minha nação, para quebrar todos esses sofrimentos, todos esses grilhões de escravidão.

Oh, compatriota, oh irmão, não sou o que eu era.

Eu sou a mulher que acordou.

Encontrei meu caminho e nunca mais retornarei.

(Meena, 1981)

RESUMO

Este estudo sobre desumanização busca dar luz a uma temática pouco estudada na área de Relações Internacionais. O modelo teórico sobre desumanização engloba dois conceitos de humanidade - natureza humana e singularidade humana. Os dois conceitos representam duas formas de negação da humanidade - as formas animalista e mecanicista. No cenário afegão de violência prolongada, ao longo de décadas de guerra, as relações humanas destrutivas se tornam uma exemplificação de processos desumanizantes. O estudo de caso se concentra na *International Security Assistance Force* (ISAF), que corresponde a uma missão multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, sendo a primeira operação de apoio à construção de paz sob o comando da OTAN. Elementos do discurso e da prática militar fornecem embasamento para caracterizar o papel da ISAF no Afeganistão como o de um agente desumanizador. O paradoxo da desumanização retrata formas de preconceito, estereótipos, discriminação, deslegitimação e objetificação que se inter-relacionam e afetam destrutivamente a vida de afegãos e afegãs.

PALAVRAS-CHAVE: Afeganistão. Desumanização. ISAF. Relações Humanas. Operações Militares.

ABSTRACT

This study on dehumanization seeks to shed light on a subject little studied in the area of International Relations. The theoretical model on dehumanization encompasses two concepts of humanity – human nature and human uniqueness. Those two concepts represent two forms of humanity denial – the animalistic and the mechanistic forms. In the Afghan scenario of prolonged violence, over decades of war, destructive human relations become an exemplification of dehumanizing processes. The case study focuses on the International Security Assistance Force (ISAF), a multinational mission authorized by the UN Security Council to be the first operation to support peace building under the NATO command. Elements of the military discourse and practices provide a basis for characterizing ISAF's role in Afghanistan as a dehumanizing agent. The dehumanization paradox exposes forms of prejudice, stereotyping, discrimination, delegitimization and objectification that interrelate and destructively impact the lives of the Afghan people.

KEYWORDS: Afghanistan. Dehumanization. ISAF. Human Relations. Military Operations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
DESUMANIZAÇÃO - A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CONCEITO	13
1.1 Da natureza humana: o ponto de partida	14
1.2 A simbologia do guarda-chuva: uma concepção da alteridade.....	26
1.3 Afinal, o que é desumanização?	33
1.3.1 Tipologias da desumanização	40
1.3.1.1 Objetificação	40
1.3.1.2 Deslegitimação.....	43
CAPÍTULO 2	
A DESUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS NO AFGANISTÃO	50
2.1 Os conflitos étnicos.....	51
2.1.1 A deslegitimação dos hazaras	58
2.2 A desumanização na guerra	61
2.2.1 A desumanização empregada pelo Talibã.....	62
2.3 A desumanização do Ser mulher	70
2.3.1 A resistência.....	75
CAPÍTULO 3	
ESTUDO DE CASO DO PAPEL DESUMANIZADOR DA ISAF NO	
AFGANISTÃO	78
3.1 Diretrizes da ISAF	78
3.2.1 A desumanização no discurso da contrainsurgência.....	83
3.2.2 Análise de discurso de documentos oficiais da ISAF.....	86
3.2.2.1 Pessoas que escrevem.....	89
3.2.2.2 A quem se destina	91
3.2.2.3 As mensagens	92
3.3 Entre o discurso e a prática militar da desumanização	96
3.3.1 A morte de civis: o dano colateral	98
3.3.2 O paradigma do soldado como caçador	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	126
ANEXO A COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance 2009.....	126
ANEXO A Commander's Counterinsurgency Guidance 2009	130
ANEXO B COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance 2010.....	137

INTRODUÇÃO

Minha curiosidade ingênua me fez reconhecer a existência da desumanização em diversos aspectos das relações entre os seres humanos. O desenvolvimento dessa curiosidade como inquietação indagadora e à procura do esclarecimento foi que a transformou em curiosidade epistemológica. Para além da curiosidade ingênua, como indicou Freire (1996, p. 34), ao *criticizar-se* um conteúdo, torna-se curiosidade epistemológica. Há neste trabalho uma “justa raiva” da desumanização no mundo. Havia em mim este critério generalizante e inquietador que interligava os atos de desumanização no mundo. Não trato o termo generalizante no ponto de vista de que são atos comuns a todas as relações humanas, mas no aspecto de que minha percepção sobre a existência da desumanização eu reconhecia em vários fenômenos e ocorrências ao redor do mundo. Para não se perder em um frágil protesto, minha justa raiva assume a postura de ciência ao *criticizar* a desumanização. Para não se perder também em um frágil entendimento na compreensão da desumanização, na distância entre minha ingenuidade e o caráter de criticidade que assumo na pesquisa, não há uma ruptura, mas uma superação. Sem deixar de ser curiosidade, a superação se dá na medida em que minha curiosidade ingênua assume um processo científico que se aproxima do objeto de análise e adquire maior exatidão na compreensão desse objeto. Portanto, a desumanização tomou forma transdisciplinar nesse processo e assumiu a posição de objeto de análise.

Pesquisei esta temática pela ausência de uma reflexão crítica e científica sobre desumanização nos fenômenos da atualidade sob o parâmetro das Relações Internacionais. Teorias clássicas das Relações Internacionais sustentam que a natureza humana é egoísta e auto interessada, levando tal entendimento às relações entre os atores internacionais e as dinâmicas que se estabelecem entre eles. Tal fator determinante da natureza humana e de suas relações ao se tornar um discurso acadêmico e político reproduziu a desumanização em seu discurso ao formular uma natureza humana fixa e imutável, e por extensão, apropriou-se dessas características para determinar a natureza dos Estados. Quando questiono porque até o presente momento não houve desenvolvimentos na área de estudo das Relações Internacionais sobre desumanização, encontro uma provável resposta na característica de se contrapor às teorias dominantes.

Além da discussão de natureza humana e seu viés desumanizante, as teorias dominantes por vezes são condescendentes com a desumanização, pois admitem a necessidade da letalidade na guerra e sua naturalização. É neste sentido que a relevância dada aos estudos da guerra em contraposição aos estudos para a paz nos mostra a

necessidade de expor o paradigma da desumanização. Pelos motivos expostos, faz-se necessário demonstrar esse fenômeno gritante, porém pouco discutido que é a desumanização; e, por extensão, como fenômeno pouco estudado nas próprias abordagens de segurança, de guerra e de paz nas relações entre os atores em um conflito.

As pesquisas sobre desumanização são quase inteiramente confinadas ao trabalho dos psicólogos sociais que têm tradicionalmente estudado fenômenos como: conflitos raciais, étnicos e a violência (ALLPORT, 1954; AZZI, 1998), objetificação (FREDRICKSON E ROBERTS, 1998; LEYENS et al., 2001), categorização e formação de estereótipos (TAJFEL, 1981) e perspectivas de gênero associados à desumanização (HENLEY, 1977). Nas demais áreas das ciências humanas foi dada pouca atenção para a desumanização, as exceções na Filosofia incluem: LeMoncheck (1985), Rorty (1998), Mills (2005), French e Jack (2014). Além destes estudos, Haslam (2006) elaborou um modelo teórico que se tornou a base para desenvolver estudos sobre a desumanização em diversos aspectos. As concepções animalista e mecanicista de desumanização se articulam às noções de natureza humana e singularidade humana que são as abordagens teóricas da Psicologia Social que possibilitam desenvolver a temática na presente pesquisa. O fenômeno da desumanização na guerra presente no processo de reconstrução do Estado afegão tem sido pouco explorado no meio acadêmico¹. É neste sentido que a presente pesquisa articula elementos do discurso e da prática militar da desumanização, sob a perspectiva de um estudo de caso direcionado ao Afeganistão.

Trata-se do paradoxo da desumanização, visto que é no Afeganistão onde se verifica um complexo cenário de conflitos ao longo de séculos. A desumanização no Afeganistão assume diversas faces que não são nomeadas ou mesmo reconhecidas como desumanização. Questões que envolvem humilhação, incentivo ao ódio étnico, exploração sexual e conflitos armados podem caracterizar atos de desumanização que não são analisados criticamente como característicos da desumanização no Afeganistão. Diante disto, a pesquisa enfatiza as relações humanas e os processos de desumanização que se desencadeiam a partir delas. O paradoxo da desumanização consiste em uma contradição das relações humanas, que no Afeganistão atinge o nível profundo de negação da humanidade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Em certos casos, opõe-se às razões que preservam a vida do outro, na contramão da humanização.

¹ Estudos diretamente relacionados a temática da desumanização no Afeganistão: Dehumanization and irregular warfare por Ford (2013). O autor, também soldado das Forças de Operações Especiais Detachment Alpha (SFOD-A) trabalhou na implantação de uma Village Stability Operation em Khakrez no Afeganistão em 2009 e analisou como o fator desumanização está presente nas operações que se destinam a influenciar a população; Deployment and Dehumanization: A Multi-Method Study of Combat Soldiers' Loss of Empathy por Braender (2015).

É neste cenário permeado de relações humanas conflituosas que visualizamos a intervenção internacional em diversos âmbitos, principalmente nas áreas social, política, securitária e econômica. Destaca-se na pesquisa o que foi acordado nos trâmites da Conferência de Bonn (2001), sob o respaldo da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo declarado o apoio internacional para a reconstrução do Afeganistão. Deste modo, no âmbito da segurança, a *International Security Assistance Force* (ISAF) foi criada com a missão de restabelecer os mecanismos de segurança e de paz para o processo de reconstrução do Afeganistão. A legalização da ISAF se encontra nas resoluções do Conselho de Segurança (1386, 1413, 1444, 1510, 1563, 1623, 1659, 1707, 1746) orientadas pelo *peace-enforcement mandate*, em conformidade com o Capítulo VII da Carta da ONU². O *peace-enforcement mandate* representa o processo de gerar estabilidade com pré-condição para o estabelecimento de ordem, segurança e paz, caracterizando-se pelo livre emprego da força em resposta a violações ao processo de instauração de estabilidade.

Comecei a investigar a especificidade de livre emprego da força no âmbito das ações da ISAF e questionei o que havia na sua atuação que contribuiu para que o cenário de conflitos no Afeganistão permanecesse, sendo a ISAF inócua para a função que foi definida pelas resoluções. Identifiquei mecanismos de desumanização tanto no discurso quanto na prática militar e preciso analisar se esses elementos do discurso e da prática dão embasamento para considerar que o papel desempenhado pela ISAF foi o de um agente desumanizador no Afeganistão.

Como uma provável explicação ao problema e à questão formulada, tem-se como hipótese que a ISAF exerceu um papel desumanizador no Afeganistão, o que poderá ter constituído um impedimento à superação de atos de desumanização no cenário afegão de conflitos. Tal papel desumanizador poderá ser testado em duas vias: através da análise de discurso dos memorandos operacionais (de 2009 e 2010) e da análise dos elementos que caracterizam a prática militar da ISAF. É neste sentido que o objetivo consiste em demonstrar como a ISAF se utilizou de processos de desumanização para comprovar que no seu exercício de mandato, sob o comando da OTAN de 2003 a 2014, a participação militar internacional no Afeganistão realizou um papel de agente desumanizador. Nas relações entre soldados e combatentes e entre soldados e civis ocorrem perpetrções e violações que possibilitam demonstrar o papel desumanizador. Para comprovar tais

² Cap. VII. O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, podendo inclusive recorrer ao uso da força.

fundamentos, a divisão dos capítulos a serem apresentados segue a argumentação dos objetivos específicos, são eles:

1) Operacionalizar o conceito de desumanização através de uma abordagem transdisciplinar que possibilite sua sustentação teórica. Isto implica em situar-nos em nossa compreensão de humanidade com a contribuição da Filosofia e dos Estudos para a Paz e, em seguida, abordar as concepções da Psicologia Social sobre desumanização.

2) Compreender a natureza da desumanização a partir da identificação de elementos das relações humanas que legitimam atos de desumanização no Afeganistão. Os elementos abordados na pesquisa englobam aspectos sobre os conflitos étnicos, a deslegitimação cometida a etnia hazara e a desumanização na guerra a partir das violações cometidas pelo Talibã, sendo exemplificada pela desumanização das mulheres afegãs. Assim como o Talibã e demais grupos armados afegãos, as forças internacionais também são agentes de violações. Deste modo, o estudo de caso sobre a desumanização empregada pela ISAF é desenvolvido no objetivo seguinte.

3) Demonstrar que elementos do discurso e da prática militar comprovam o papel desumanizador da ISAF no Afeganistão. Tais elementos podem ser compreendidos pela desumanização do inimigo representada pela denominação do termo insurgente; pela desumanização de civis representada pelo alto índice de morte de civis nas operações e pela denominação do termo dano colateral para definir tais mortes; pela desumanização do soldado para tratar o inimigo como inferior e subumano. Neste aspecto, o soldado é o micro objeto de análise da ISAF ao compor o cenário afegão de conflitos e se tornar parte integrante das relações humanas.

A metodologia empregada é de uma pesquisa qualitativa, aplicada ao estudo de caso da ISAF. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo que se inicia pela percepção de uma lacuna no conhecimento sobre desumanização, acerca da qual foi formulada a hipótese e, pelo processo de inferência dedutiva, testa-se a predição da ocorrência do fenômeno no Afeganistão. O procedimento para coleta de dados da pesquisa é documental e bibliográfico, dado o uso de fontes primárias (manuais operais da ISAF e publicações da instituição) e secundárias (contribuições de diferentes autores acerca da temática). A dissertação é desenvolvida como uma pesquisa exploratória e explicativa para fins de proporcionar maior familiaridade com o problema da desumanização e pôr em evidência a ocorrência do fenômeno. Com isso, descreve-se os caminhos metodológicos previstos e as técnicas a serem utilizadas para a conclusão do estudo da desumanização empregada pela ISAF no Afeganistão.

CAPÍTULO 1

DESUMANIZAÇÃO - A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CONCEITO

Manifesto

Precisa a ciência comprovar para a humanidade despertar?

Teorizar os conflitos, a violência e os atos desumanos para humanizar os conflitos e as adversidades nas relações humanas?

Teorizar o não matar, a não violência, a paz, a resiliência, a empatia...

Talvez seja apenas uma parte da necessária transformação dos conflitos e dos atos desumanos para humanizar as aflições humanas...

Talvez seja um caminho, apenas para nos perguntar, por que, afinal, somos capazes de desumanizar?

Deisiane C. V. S. Valdevino. 15 de Fevereiro de 2017.

Esta seção se molda por uma pergunta básica e fundamental: O que é desumanização? Para abordar a temática da desumanização nesta seção, sob o ponto de vista teórico, tornou-se relevante demonstrar as devidas referências na Filosofia, nos Estudos para a Paz e na Psicologia Social em uma abordagem transdisciplinar, a fim de fundamentar o argumento da desumanização.

A princípio, retoma-se à compreensão de natureza humana e do caráter humano e não-humano atribuído a um indivíduo ou grupo de indivíduos. Dou continuidade à explicação de minha abordagem epistemológica com a simbologia do guarda-chuva de humanidade ao destacar o potencial dos seres humanos para agir e reagir diante de conflitos. Para explanar tal pretensão, a construção do argumento se baseia nos desenvolvimentos da Filosofia de Lévinas e da área dos Estudos para a Paz, em especial, os estudos de Galtung sobre os tipos de violência, sua percepção de paz (positiva e negativa) somadas a compreensão da imaginação moral proposta em Lederach (2011). As possibilidades de ação e reação diante de um conflito oferecem embasamento para pensar ações e reações de humanização e desumanização. Neste sentido, é demonstrado que a imaginação moral é uma exemplificação da concepção de alteridade que vai ao encontro da humanização.

Em contraste, exemplificações de desumanização são dadas ao longo do presente estudo, no qual, neste primeiro momento, dá-se ênfase às diversas conceituações de

desumanização e ao que foi desenvolvido quanto às suas tipologias pelos estudos de Psicologia Social. A abordagem da desumanização se desenvolve com base no modelo teórico desenvolvido por Haslam (2006). Porém, não se pretende fechá-la em conceituações, mas auxiliar seu entendimento. Para além do saber científico sobre desumanização, este capítulo visa dar embasamento para o despertar da compreensão do cenário afegão de violência prolongada e, para isto, busca-se desenvolver a sensibilidade necessária para abordar as relações humanas destrutivas produzidas por atos desumanizantes.

1.1 Da natureza humana: o ponto de partida

No tocante ao questionamento sobre o que é desumanização existe uma pergunta anterior a ser formulada: o que significa ser humano? O que nos leva a pensar: Há uma natureza humana? Se há, qual é o papel da natureza humana no desenvolvimento do ser? Além disso, o que estamos dizendo sobre o(s) outro(s) quando os descrevemos como humanos ou como não-humanos? Estas questões permeiam a compreensão da natureza humana nos mais diversos ramos do conhecimento e em muitos períodos da história da humanidade.

Concentremo-nos nos filósofos clássicos da Grécia Antiga, na Idade média de Santo Agostinho, no Renascimento europeu com René Descartes, no Iluminismo com Thomas Hobbes, Rousseau e John Locke, e, por último, nos desenvolvimentos da filosofia do século XX de Hannah Arendt e Emmanuel Lévinas, para situar-nos nas diversas formas de explicar a nós mesmos quem somos em essência, se há essa essência e o que ela produz em nós na relação com o(s) outro(s).

Assim sendo, a natureza humana é ainda um enigma não resolvido pela filosofia, pois não há uma ideia unívoca sobre o homem. A máxima do “Conhece-te a ti mesmo” do Oráculo de Delfos na Antiga Grécia teve em Sócrates sua difusão. Na filosofia socrática, o homem deve buscar conhecer a si mesmo, os seus limites e as suas possibilidades na relação dele consigo mesmo e com os outros seres humanos.

Sócrates, ao difundir a importância do processo de conhecimento de si, retrata a natureza humana como uma composição da alma, na qual cada ser contém virtudes, vícios e ignorâncias. É estabelecida a ideia de natureza humana e espiritual da alma (*psyché*). Segundo Reale (2009, p. 133), o homem para Sócrates é a sua própria alma, porque esse é o ponto que distingue o homem de tudo o que existe, ou seja, de todas as outras coisas. A alma e o cuidado da alma são a base do pensamento socrático, em resumo: “conheça-

te a ti mesmo” (*gnôthi seautón*) e “cuide de ti mesmo” (*epimeléia heautoû*). A importância do conhecer a si mesmo para ter uma compreensão de quem somos, é demonstrado no diálogo *Alcibiades Maior* escrito por Platão (1975, p. 128d-130e):

Sócrates – Vamos, diga-me, com que arte podemos cuidar de nós mesmos.
 Alcibiades – Não saberei dizer.
 Sócrates – Nisso, contudo, estamos de acordo: não com uma arte com a qual poderemos tornar melhores qualquer uma das nossas coisas, mas com a arte que tornará melhores a nós mesmos?
 Alcibiades – É verdade.
 Sócrates – Ora, teríamos conhecido qual a arte que torna melhor os calçados, se não conhecêssemos o calçado?
 Alcibiades – Impossível.
 Sócrates – Nem a arte que torna melhores os anéis, se ignorássemos o anel?
 Alcibiades – É verdade.
 Sócrates – E então? Jamais poderemos saber qual é a arte de tornar melhores a nós mesmos, se ignoramos o que nós mesmos somos.
 Alcibiades – Impossível.
 Sócrates – E, portanto, conhecer a si mesmo é uma coisa fácil e era talvez o homem qualquer aquele que, no templo de Delfos consagrou aquele mote? Ou é, ao invés, uma coisa difícil e não para todos?
 Alcibiades – A mim, Sócrates, amiúde pareceu ser coisa de todos normalmente difícilíssima.
 Sócrates – Mas, ó Alcibiades, fácil ou não, para nós é assim: se nos conhecermos, saberemos talvez também qual é o cuidado que devemos ter com nós mesmos; se não nos conhecermos, jamais o saberemos.
 Alcibiades – Assim é.
 Sócrates – Diga-me, pois, de que modo, poder-se-ia encontrar o que é esse “si mesmo”?
 Sócrates – [...] E não se serve o homem de todo o corpo?
 Alcibiades – Certo.
 Sócrates – Mas, não dissemos que uma coisa é quem se serve de algo, outra coisa é aquilo de que ele se serve?
 Alcibiades – Sim.
 Sócrates – Uma coisa, portanto, é o homem, outra o seu corpo.
 Alcibiades – Parece que sim.
 Sócrates – Que é, pois, o homem?
 Alcibiades – Não sei dizer.
 Sócrates – Isso, porém, podes dizer, que ele é o que se serve do corpo.
 Alcibiades – Sim.
 Sócrates – E o que é que se serve do corpo se não a alma?
 Alcibiades – Não é outra coisa [...].
 Sócrates – A alma, portanto, nos ordena conhecer quem nos admoesta: “conheça-te a ti mesmo”.

O empenho do filósofo tinha por objetivo despertar o homem para o cuidado da alma através do conhecimento da virtude (*a areté*), da conquista de sua autonomia e da superação de seus vícios e ignorâncias. Com isso, cuidar de si mesmo seria cuidar da própria alma e conhecer a si mesmo seria conhecer a própria alma. Para Sócrates, ninguém peca voluntariamente, mas quem faz o mal, fá-lo por ignorância do bem (RAUBER, 2007, p. 5). Desta forma, o conhecimento de si seria não um estado, mas um processo, uma busca pela verdade e pelas virtudes, no esclarecimento da consciência e da inteligência humana.

Se de um lado a virtude representa o “conhecimento” e a “consciência” de si e do que nos cerca, por outro, o vício representa a privação do autoconhecimento e do conhecimento do que nos cerca. Portanto, a alma seria o eu consciente, representando a personalidade intelectual e moral do ser humano (REALE, 2009, p.93); e, com o desenvolvimento do conhecimento de si, o homem investiria no propósito de tornar-se melhor, transcendendo a um objetivo maior que seria o aprimoramento do ser, proporcionando, assim, o encontro com a felicidade (*eudaimonia*).

Também para o filósofo Platão, discípulo de Sócrates, o homem é a união do corpo e da alma, nos quais alma e corpo assumem papéis diferenciados. A possibilidade de ascendência da alma tem maior relevância em relação ao corpo, com isso, a inferioridade do corpo em relação às virtudes da alma domina seus ensinamentos³.

O corpo é, para a alma, uma espécie de veículo e, portanto, mantém com ela relações apenas acidentais. Por isso, não há um justo equilíbrio entre ambos; a alma é propriamente o homem, sendo o corpo apenas uma sombra. E, afinal, a união de uma com o outro é infeliz. A alma está encerrada no corpo como numa prisão, sendo este um lastro para aquela (HIRSCHBERGER, 1965, p. 130-143).

Platão assume que o que há de divino nos seres humanos é a capacidade de pensar, a razão, o aprimoramento da inteligência, o aprendizado, que são faculdades da alma. A relação da alma com o fenômeno da felicidade é presente nos diálogos de Sócrates escritos por Platão. Ser feliz (*eudaimonia*), para Sócrates, Platão e Aristóteles é viver sob a influência de um bom *daimon*⁴. A figura do *daimon* pode representar: os elementos da natureza (deuses e os elementos que eles utilizam, há os *daimones* da água, do mar, do fogo, da terra, do céu, das florestas e etc.); os espíritos que regem ou protegem um lugar, como uma estrada, cidade, fonte, etc.; e os sentimentos humanos, oriundos do corpo e do espírito (medo, morte, sono, amor, força, velhice, ciúmes alegria, discórdia e etc.)⁵.

Na seguinte passagem do livro *Timeu*, Platão se refere ao *daimon* dos sentimentos humanos, que é o *daimon* que habita cada ser e pode assumir o caráter de bem e de mal de acordo com o bom ou o mal uso das virtudes para a superação da ignorância, sendo este o caráter que a natureza humana assume como componente da imortalidade da alma racional:

E tanto quanto é permitido à natureza humana participar da imortalidade, dessa condição não deixe de lado nem a mínima parte. Ao cuidar sempre da parte divina que contém em si, tenha em ordem o *daimon* que habita dentro de si,

³ A partir de uma análise dos livros de Platão “*Fédon*” e “*Fedro*”, Hirschberger faz uma reflexão sobre o que Platão considera a maior riqueza do homem, concebido como sendo a “alma”.

⁴ Significado: divindade, espírito. Stanford Encyclopedia of Philosophy online - A Ética de Aristóteles. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/aristotle-ethics/> Acesso em: 31 de março de 2017.

⁵ The Pantheon. Uma introdução aos deuses gregos. Enciclopédia online. Disponível em: <http://www.theoi.com/Pantheon.html> Acesso em: 31 de março de 2017.

bem como seja particularmente feliz. Para todos os seres há somente um cuidado a ter em atenção: atribuir a cada coisa os alimentos e os movimentos que lhes são próprios. Os movimentos congêneres do que há de divino em nós são os pensamentos e as órbitas do universo que nos influenciam. É necessário que cada um os acompanhe, corrigindo-se, através da aprendizagem das harmonias, tornando aquilo que pensa semelhante ao objeto pensado, de acordo com a sua natureza, e, depois de ter feito esta assimilação, pelas virtudes, atingir o sumo objetivo de vida estabelecido aos homens pelos deuses para o presente e para o futuro (PLATÃO, 2011, p. 207c-208d).

A imortalidade da alma tem implicações, pois como indicou Penedos (1992, p. 38-43), o campo ético é ampliado, pois se torna importante o procedimento correto nesta vida para a sua própria felicidade, como também o é para o aprimoramento da alma. Com isso, conforme Platão, o estudo da filosofia era o principal meio capaz de conduzir a uma vida justa e honesta, que auxiliaria o homem no aprimoramento do seu ser (NORONHA, 2012, p.32).

Aristóteles, discípulo de Platão, agrega à natureza humana os componentes político e social. A imbricação da natureza humana com a natureza política e social do homem toma uma dimensão diferente em Aristóteles, visto que a filosofia assume a função de exercício da cidadania. Na obra *A Política*, Aristóteles (2001, p. 11) assevera que “o homem é, por natureza, um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos”, ou seja, o homem é de natureza política, e essa natureza norteia a vida humana no caminho da ética e da educação.

Em concordância com a ética, o homem será então, um ser político, já que a ética é parte da sabedoria prática (a política) e da sabedoria filosófica, sendo cada uma a virtude de uma parte diferente da alma que é moldada pela natureza humana (ARISTÓTELES, 2005, p.112). Deste modo, o homem só existe em cidade ou como parte de uma comunidade (neste caso, a polis, cidade-estado grega). Por outro lado, tal indivíduo que não viva em cidade é desprovido de virtude e será “um bicho ou um deus, a criatura mais ímpia e selvagem” (ARISTÓTELES apud LOPES, 2014, p. 23). Assim sendo, sem pertencimento a uma comunidade não há ser humano, pois só em comunidade pode ocorrer o desenvolvimento das virtudes.

A natureza humana em Aristóteles não determina se o homem será bom ou mau cidadão, pois ela está aberta à lapidação, a um melhoramento (ESTEVES et al. 2012, p. 20). É nesse sentido que não há virtudes inatas no homem, ou elas se agregam à natureza humana pelo hábito ou pela educação. No livro II da *Ética a Nicômacos* de Aristóteles, encontro essa relação entre natureza-hábito-educação:

Evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza. Por exemplo, à pedra que por natureza se move para baixo não se pode imprimir o hábito de ir para cima, ainda que tentemos

adestrá-la jogando-a dez mil vezes no ar; nem se pode habituar o fogo a dirigir-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira a comportar-se de outra. Não é, pois, por natureza, nem contrariando a natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito. De todas as coisas que nos vêm por natureza, primeiro adquirimos a potência e mais tarde exteriorizamos os atos. Isso é evidente no caso dos sentidos, pois não foi por ver ou ouvir frequentemente que adquirimos a visão e a audição, mas, pelo contrário, nós as possuíamos antes de usá-las, e não entramos na posse delas pelo uso. Com as virtudes dá-se exatamente o oposto: adquirimo-las pelo exercício, como também sucede com as artes. Com efeito, as coisas que temos de aprender, antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo (ARISTÓTELES, 2005, p. 22).

Do mesmo modo, Aristóteles afirma que o desenvolvimento das virtudes se deve ao ensinamento (uso da razão) e ao hábito. Ao indicar que “as virtudes não nascem em nós nem por natureza nem contrariamente à natureza”, Aristóteles confere ao homem e ao Estado a missão de conduzir as virtudes necessárias para uma vida feliz. Neste modelo, a felicidade só pode ser atingida em um Estado formado por indivíduos integralmente virtuosos (ARISTÓTELES, 2001, p. 58). A virtude é também uma ação prática, visto que a felicidade é algo final e autossuficiente, é o fim a que visam as ações pautadas na ética e na política. Portanto, será a finalidade da política difundir um certo caráter aos cidadãos, por exemplo, torná-los bons e capazes de praticar boas ações (ESTEVES et al. 2012, p. 18).

Além dos filósofos clássicos gregos, na filosofia medieval encontra-se nos escritos de Santo Agostinho mais uma compreensão da natureza humana sobre a relação alma-corpo e a atribuição da virtude na conduta das ações na vida humana. Santo Agostinho se aproxima dos filósofos clássicos à medida que procurou compreender a alma humana, a partir da questão: o que é o homem? Como na assertiva: “E que sou eu, ó Deus? Qual é minha natureza? Uma vida variada de inumeráveis formas com amplidão imensa” (AGOSTINHO, 2007a, p. 100). No livro *Confissões*, Santo Agostinho asseverou ser o homem um “grande problema” e um “grande abismo”.

Tinha-me transformado num grande problema. (...) Grande abismo é o homem Senhor! Tendes contados os seus cabelos, e nenhum se perde para Vós. Contudo, os seus cabelos são mais fáceis de contar que os afetos e movimentos do coração! (2007a, p. 29; 33).

Para Santo Agostinho é no coração que o homem encontra suas respostas, é o local onde o ser se auto entende, “onde sou o que sou” (2007a, p. 63), pois “tudo o que está fora não pode demonstrar o que é o homem como o faz o seu espírito” (2007a, p. 16). Deste modo, o coração representa uma disposição, vontade ou mesmo uma virtude racional do espírito. Como indicou Novak (2005, p.29), “o coração é o *eu* do homem, é o ponto de apoio da ação divina”. Neste sentido, Santo Agostinho identificou a natureza humana como sendo

uma unidade entre alma e corpo, na qual a inteligência humana é a essência da alma racional (2012, p. 200; 210), sendo o homem um animal mortal de natureza intelectual (*homo est animal rationale mortale*).

Há um contraponto entre o entendimento da relação alma-corpo para Santo Agostinho e os filósofos clássicos, como Platão. No pensamento agostiniano, a alma não está dentro de um corpo, mas está encarnada em um corpo (PIRATELI, 2009, p.4). Nos filósofos clássicos, vemos que a perfeição do homem é desprender-se do corpo, libertar-se das paixões e desejos, segundo eles, a matéria por si só é um mal e quanto mais o ser se distancia do corpo, mais se aperfeiçoa.

O conceito grego de perfeição humana é um processo de desencarnação, de libertação do corpo. O conceito cristão é o oposto, é um processo de “encarnação”, visto que o Deus cristão encarna-se (SCIACCA, 2003, p. 26-27).

Com isso, a alma possui razão e inteligência para alcançar a sabedoria e para fazer o bom uso das virtudes, no entanto o alcance da sabedoria deve seguir o princípio norteador que é Deus, onde a natureza humana compõe a imagem de Deus. “Só a alma é a expressão de Deus, pois natureza alguma se interpõe entre ela e ele” (AGOSTINHO, 2007b, p. 42). Mesmo que a alma seja compreendida como partícula de Deus, Santo Agostinho (1995, p. 22) indicou que o homem possui o livre arbítrio e pode contrariar a Deus (pelo pecado).

Em relação ao corpo, este é parte integrante da natureza humana e, enquanto criatura divina, é bom. O corpo não é mais entendido como um acidente ou mesmo inferior à alma como entenderam os filósofos anteriormente citados. O estado do corpo é um estado de mortalidade que segundo Santo Agostinho “a árvore da vida conservava o corpo na flor da juventude” (2012, p. 363), mas depois do pecado original com a perda desta “árvore”, o corpo assumiu a condição de mortalidade.

Por volta do século XV, instaura-se um processo de Renascimento, no qual a modernidade assume postulados liberais que rompem com a visão de providência divina. Se na Antiguidade e na Idade Média existiram diferentes explicações para a compreensão do que é o homem, as transformações trazidas no período do Renascimento europeu - heliocentrismo, antropocentrismo, individualismo, liberalismo - levaram filósofos e pensadores dos séculos XVII e XVIII a questionar a própria capacidade humana de obter conhecimento e desenvolvê-lo. A preocupação passa a ser: Qual é o método adequado para adquirir conhecimento? Ademais, como saber se o conhecimento obtido é verdadeiro? Se a preocupação anterior era uma preocupação do conhecimento do ser enquanto ser, agora há uma preocupação epistemológica de como se processa o conhecimento do ser. O problema deixa de ser a essência e a existência do ser, para se

colocar no processo do conhecimento, da razão. Não mais o homem enquanto ser, visto que já tem determinada percepção de si, mas a busca pelo aprimoramento de sua racionalidade. A transição da concepção clássica e medieval para uma concepção (de mundo e de humanidade) moderna constitui o advento da visão mecanicista de mundo.

O mundo passa a ser entendido mecanicamente, com leis determinísticas intrínsecas à sua própria realidade, pois supõe-se a obsolescência do conceito de Deus como explicativo e regulador do funcionamento do mundo (e da humanidade). Se o mundo é como um relógio, interessa somente que ele funcione mecanicamente e autonomamente: possuindo um relógio não me importa saber quem o fez, importa que ele funcione com autonomia, sem a necessidade de intervenção de um suposto relojoeiro. Além disso, o ser humano dá-se conta de sua racionalidade, e entende, portanto, que pode compreender e intervir nesse funcionamento mecânico da realidade (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1109).

No campo do conhecimento científico, a importância dada a razão e ao desenvolvimento do método científico por René Descartes compõem este cenário. Como citado, o pensamento mecanicista sistematizou a essência do ser humano e a forma que os indivíduos enxergam a realidade. É neste sentido que a compreensão de natureza humana também se modifica. Descartes estabeleceu uma distinção entre alma e corpo: cabe à alma realizar a atividade pensante, racional e agir sobre a matéria (o corpo) que realiza as atividades determinadas pela alma racional (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1103). Descartes restringe o sentido de alma ao inteligível: ela é mente, intelecto e razão, termos que condizem com a ideia de ser pensante.

Minha essência consiste nisto apenas, que eu sou uma coisa pensante (*res cogitans*). [...] E, no entanto, tenho um corpo ao qual estou estreitamente ligado, tenho, de um lado, uma ideia clara e definida de mim mesmo como uma coisa pensante, não extensa, e, de outro lado, uma ideia nítida de meu corpo como uma coisa extensa e não pensante; é certo, portanto, que sou realmente algo distinto de meu corpo e posso existir sem ele (DESCARTES, 1987, p. 71).

Ao compreender que a razão é o fundamento e a essência do ser humano, tem-se uma visão de natureza humana que enquadra o corpo como algo desprovido de razão. Descartes resume em três sentidos a natureza humana: o ser essencial, o existencial e o epistemológico, ou seja, tanto essencialmente, existencialmente ou epistemologicamente eu sou *uma coisa que pensa* (SANTOS, 2005, p. 137). Dada compreensão de natureza humana concentra na alma a essência do ser racional e imortal, no qual podemos ver claramente quando Descartes assevera:

[...] Nossa alma é de uma natureza inteiramente independente do corpo e, por conseguinte, que não está absolutamente sujeita a morrer com ele; depois, dado que não se vê outras causas que a destrua, somos naturalmente levados a julgar, a partir disso, que ela é imortal (1987, p. 62).

Se anteriormente a preocupação fundamental era de compreender a natureza e/ou essência humana, ou seja, a compreensão de natureza humana como um fim, agora, a

compreensão de natureza humana se torna um meio para atingir outros objetivos. Inferir sobre a natureza humana passou a ser um instrumento de tudo que diz respeito ao homem para suprir seus interesses e necessidades de explicar os novos processos do conhecimento. Não mais o homem em si mesmo, mas uma compreensão de natureza humana pelo homem, um instrumento a favor do homem e de seu conhecimento do mundo. Assim sendo, Descartes desenvolveu seu método científico a partir de uma composição de natureza humana conduzida pela alma racional. Nesse processo, cabe ao corpo ser instrumento das leis da física e da mecânica, estando sujeito à capacidade de autodeterminação humana (ordenada pelo exercício da razão, que sobrevém da alma).

A analogia do relógio e a compreensão do mundo mecanicamente influenciaram também as ideias dos filósofos políticos da modernidade na percepção da natureza humana. Tais percepções foram importantes para estruturar e explicar a formação do estado civil, pois questionava-se: O que houve desde o estado de natureza para que o homem precisasse do Estado? Apesar de pontos divergentes, o estado de natureza tratado por Thomas Hobbes, Rousseau e John Locke condizem com os novos processos políticos da formação do Estado moderno. Para todos os citados, o estado de natureza antecede a constituição do estado civil e é este princípio que abordaremos.

Hobbes, filósofo influente no século XVII, desenvolveu sua concepção filosófica sobre a natureza humana a partir da definição do estado de natureza. O pensamento hobbesiano pressupõe que os homens no estado de natureza eram iguais em relação às faculdades do corpo e do espírito, e dessa igualdade de capacidade se deriva a igualdade de atingir os fins a que cada um almeja (HOBBS, 2003, p. 46; 47). Por isso, os homens não tinham segurança, possuíam apenas sua própria força para assegurar ganhos: viviam em temor e perigo de morte violenta e sua vida era sórdida, pobre, solitária, embrutecida e curta (HOBBS, 2003, p. 46).

Se dois homens desejavam a mesma coisa, eles se esforçavam para subjugar um ao outro. Neste cenário, uma atitude sensata seria a antecipação, ou seja, um homem subjuga o outro antes de ser subjugado. Durante o estado de natureza não há propriedade nem Estado, os homens vivem sem poder comum capaz de manter a todos em condições de relativa paz e ordem. A síntese “o lobo é o lobo do homem” submete a natureza humana a um estado de luta de todos e entre todos, numa guerra de todos contra todos. Segundo Hobbes (2003, p. 46), na natureza humana encontramos três causas principais da discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. Esse estado do ser é beligerante, visto que ele compreende que o homem é mau por natureza, egoísta e auto interessado.

Hobbes reforça a ideia de que a natureza humana já está pré-determinada, no qual a condição natural do homem, é a condição em que os homens estão ou tendem a estar, dentro ou fora de uma sociedade civil, e que o estado de natureza bruto, que é uma condição de guerra, é o estado pelo qual os indivíduos serão levados na ausência de um soberano (WOLLMANN, 1994, p. 38).

Em contrapartida, Rousseau explicou o estado de natureza na figura do bom selvagem. Neste estado de natureza não havia a intenção de prejudicar, apenas se temia o mal que poderia receber na relação com o(s) outro(s). A figura do bom selvagem se resume à máxima de Rousseau: o homem é bom por natureza, a sociedade que o corrompe (ROUSSEAU, 1968, p. 267). Rousseau acreditava na liberdade individual e absoluta do homem, pois o convívio com outros indivíduos apenas corrompia a natureza humana.

É o instinto natural e individualista que torna o bom selvagem autossuficiente. Contudo, ainda que o instinto seja seu instrumento de adaptação à natureza, a razão é o seu instrumento de adaptação ao meio social e político. Com o passar do tempo, a liberdade e a capacidade de aperfeiçoar-se fazem com que o bom selvagem se afaste de sua condição primária. A capacidade de aperfeiçoar-se é a fonte de todas as infelicidades do homem (ROUSSEAU, 1976, p. 174), pois segundo Rousseau, faz com que o homem se afaste do seu estado de natureza. Se para Hobbes reinava no estado de natureza um estado de guerra entre os homens, para Rousseau, era a paz que se sobressaía.

Vejo-o alimentando-se debaixo de um carvalho, matando a sede no primeiro riacho, encontrando a sua cama junto da mesma árvore que lhe forneceu o alimento e vendo assim satisfeitas as suas necessidades. [...] O estado de natureza era um estado pacífico, o mais próximo à paz, e o mais conveniente ao gênero humano (ROUSSEAU, 1976, p. 26; 44).

O estado de natureza do homem em Rousseau e Hobbes é modificado para o estado civil com o surgimento da propriedade privada e da instauração do contrato social. Além destas assertivas sobre o estado de natureza, John Locke entende que o estado de natureza é um estado de perfeita liberdade e igualdade, mas que está submetido a algumas leis da natureza: não prejudicar a outrem em suas vidas, saúde, liberdade ou bens (LOCKE, 2008, p. 36). Segundo Locke, o ser humano herdou as leis naturais e cabe a ele cumpri-las.

Um homem que transgrida a lei da natureza “declara viver sob outra regra que não aquela da razão e da equidade comum... e assim torna-se perigoso ao gênero humano”. Todo homem, por isso, “pelo direito que tem de preservar o gênero humano em geral... tem o direito de punir o ofensor e ser o executor da lei da natureza”. Ele “tem o poder de matar um assassino, tanto para impedir que outros cometam um delito semelhante... quanto para proteger os homens dos ataques de um criminoso que, havendo renunciado à razão, à regra comum e à medida que Deus deu ao gênero humano, através da violência injusta e da carnificina que cometeu sobre outro homem, declarou guerra a todo o gênero humano e por isso pode ser destruído como um leão ou um tigre, uma daquelas bestas selvagens em cuja companhia o homem não pode viver nem ter segurança”. (LOCKE, 2008, p. 7).

Portanto, no estado de natureza de Locke o homem executa as leis da natureza e todos são iguais, pois naturalmente não existe superioridade, o que cada um for capaz de fazer todos devem ter o direito de fazer. Ainda que esse estado de natureza seja de perfeita igualdade, não é um estado licencioso, porque o homem não pode subjugar as leis da natureza para beneficiar sua liberdade, apenas deve preservar a si mesmo e o restante da humanidade.

Cada um é “obrigado não apenas a conservar sua própria vida” e não abandonar voluntariamente o ambiente onde vive, mas também, na medida do possível e todas as vezes que sua própria conservação não está em jogo, “velar pela conservação do restante da humanidade”, ou seja, salvo para fazer justiça a um delinquente, não destruir ou debilitar a vida de outra pessoa, nem o que tende a preservá-la (LOCKE, 2008, p.36).

Deste modo, Locke (2008, p. 37) indicou que os indivíduos possuem alguns direitos: o de castigar o crime e preveni-lo e o de reivindicar ou obter reparação do dano causado, tais considerações derivam do legítimo direito de autopreservação. Assim sendo, aquele que derramar o sangue do homem, pelo homem terá seu sangue derramado (LOCKE, 2008, p. 38). O estado de natureza de Locke se resume a uma condição humana que o poder da lei da natureza está nas mãos de todos, não há um grupo ou soberano para executar as leis. Compreende-se que para Locke essa seria a condição original de toda a humanidade e dada a formação de uma autoridade coletiva estabelecida (a sociedade civil), esta seria o resultado da organização dos homens para garantir os dispositivos da lei natural.

As concepções trazidas pelo Iluminismo promoveram o pensamento de que cada homem em particular seria um exemplo para o todo, o universal. A concepção de ser humano no século XIX se lança à contemporaneidade, enquanto ser individualista e interiorizado. Deste modo, o que se verificou ao longo do século XX foi o que Lévinas chamou de crise do humanismo.

A crise do humanismo em nossa época tem sem dúvida, sua fonte na experiência da ineficácia humana posta em acusação pela própria abundância de nossos meios de agir e pela extensão de nossas ambições (LÉVINAS, 2009, p. 82).

O homem moderno chega ao século XX facilmente absorvido pelos novos ideais. O sujeito contemporâneo passa de homem sujeito a homem raça (nazismo), ou homem classe (comunismo) e nega o que há de humano no homem, em si mesmo (MATTÉI, 2002, p. 307). Além disso, o acontecimento das guerras mundiais evidenciou a crueldade humana. Apesar de muitos filósofos da Antiguidade, da Idade média e da Modernidade assumirem o posicionamento favorável à existência da natureza humana ou de algo que

constitui a “essência do homem” (de um modo universal), as guerras do século XX lançam uma visão pessimista ou, mesmo, incrédula sobre a natureza humana.

É neste momento histórico, posterior à Segunda Guerra Mundial, que Hannah Arendt deu ênfase à condição humana, numa perspectiva que se diferencia da natureza humana. Segundo Arendt (2007, p.17-18), a condição humana não é o mesmo que natureza humana, pois a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana. Com isso, os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo que eles entram em contato torna-se uma condição de sua existência.

O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que espontaneamente adentra no mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana (ARENDR, 2007, p.17).

Além disso, o conjunto das condições humanas: a vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e a Terra – jamais podem “explicar” o que somos ou responder à pergunta sobre quem somos (ARENDR, 2007, p. 19). A natureza humana seria uma incógnita ou mesmo um paradoxo não resolvido, pois não há nada que possibilite afirmar que os seres humanos possuem a mesma natureza ou essência.

Nada nos autoriza a presumir que o homem tenha uma natureza ou essência no mesmo sentido em que as outras coisas as têm. Em outras palavras, se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la (ARENDR, 2007, p. 18).

Neste sentido, em Arendt, a ideia de condição humana se sobrepõe a um entendimento do que é a natureza humana. A condição humana é capaz de banalizar o mal quando é condescendente com o sofrimento, a tortura e a própria prática do mal. Dada condição humana, observada no limiar da guerra, reduziu o ser humano concreto a um material social ou racial, quer dizer, a um sujeito formal definido por meio de processos sociais ou raciais, o que significou destruir sua realidade substancial que é o mesmo que sua humanidade (MATTÉI, 2002, p. 307). Inseridos em uma sociedade em crise que segue os valores da competição, do individualismo e do constante progresso científico, sobressai-se a intolerância do homem contemporâneo para com o outro, o diferente.

Na contramão dos valores humanos concebidos na modernidade, a concepção de Lévinas sobre a alteridade institui uma busca mais humana de se viver ao exaltar a ética e a responsabilidade com o próximo. Na obra *O humanismo do outro homem*, Lévinas esclarece que o “eu-individual” só é permitido e compreendido mediante um contato com o outro e por isso criticou a forma que os seres humanos mantêm suas relações com o(s)

outro(s). Diante do cenário de guerra e em circunstâncias em que Lévinas (apud HANDDOCK-LOBO, 2006, p. 13) descreveu como se “sua vida fora dominada pela memória do horror nazista”, é comum a redução das pessoas ao nada.

O ser humano contemporâneo é um sujeito frágil, subjugado pela sua própria criação e que a cada novo avanço científico-tecnológico se torna mais dependente de sua produção. Esta fragilidade, esta dependência do homem na contemporaneidade se contrapõem ao que se esperava concretizar com a racionalidade e o humanismo apregoados (GOMES, 2008, p.25).

Lévinas percebeu o quanto se fazia necessário a revalorização do sentido ético do humano, do respeito às diferenças, do reconhecimento e respeito pela pessoa que o outro representa. Portanto, a proposta de Lévinas busca despertar no homem a sensibilidade pelos seus semelhantes que contribui na superação de si e requer a epifania do outro (LÉVINAS, 2009, p. 46). É neste sentido que a alteridade indica uma condição humana que não existe sem o outro nem sem o estreitamento de relações. A crítica de Lévinas é estabelecida nesta ponte entre a modernidade e a pós-modernidade como resposta aos frágeis valores da modernidade. Neste vácuo de sentido do humano tratado pelo filósofo como uma falha do humanismo da modernidade, remete-se ao que diz Boaventura de Souza Santos:

Afirmar que o projeto da modernidade se esgotou significa, antes de mais nada, que se cumpriu em excessos e déficits irreparáveis. São eles que constituem a nossa contemporaneidade e é deles que temos de partir para imaginar o futuro e criar as necessidades radicais cuja satisfação o tornarão diferente e melhor que o presente. A relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é de ruptura total, como querem alguns, nem de linear continuidade, como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade. (SANTOS, 2003, p. 102-3).

Diante de tal situação de transição, podemos conceber que as compreensões de natureza humana aqui expostas servem a nosso próprio amadurecimento enquanto indivíduos e nossa própria evolução enquanto seres. A natureza humana pode ser compreendida como aquilo que nos caracteriza (ou caracterizaria) como seres humanos. Não serve a este estudo afirmar a existência ou ausência da natureza humana. Para fins deste trabalho, esta abordagem ajuda a nos vincular às questões que cercam a nossa humanidade: se há nossa natureza/essência humana, que compreensão temos de nossa condição humana e de que modo se procede nossa relação com o(s) outro(s). Nossa dimensão de humanidade de tão diversa e infinita que pode ser tem sido fonte de inquietação na mente de muitos indivíduos. É o resultado destas inquietações, intuições e percepções que nos ajuda a compreender nossa humanidade, na percepção de nós mesmos enquanto seres humanos e na sensibilidade com o nosso próximo.

1.2 A simbologia do guarda-chuva: uma concepção da alteridade

Na composição teórica deste tópico proponho uma ponte da abordagem filosófica de Lévinas para os Estudos para a Paz, com o auxílio das concepções de Johan Galtung sobre violências (direta, estrutural e cultural) e de John Paul Lederach sobre a imaginação moral. Deste modo, a analogia do guarda-chuva é um instrumento simbólico para auxiliar a explicação de minha abordagem epistemológica, o guarda-chuva de humanidade.

O guarda-chuva é um objeto antigo que foi utilizado por diversos povos (chineses, assírios, egípcios, persas, romanos, indianos, etc.) e inicialmente foi atribuído caráter divino e nobre. Enquanto objeto místico-religioso, um exemplo que se destaca é a simbologia do guarda-chuva no budismo. O guarda-chuva (ou guarda-sol) representa um dos oito símbolos principais do budismo e pode significar: o guarda-sol da comunidade budista para os que buscam no budismo o caminho para a iluminação espiritual; a capacidade humana de se proteger do mau tempo e do sofrimento humano; o poder espiritual no ser humano⁶. Entretanto, nossa causa comum de abrir um guarda-chuva é para se proteger de fenômenos da natureza externos a nós (sol, chuva e intempéries do clima). É nesta causa comum do dia-a-dia que oriento esta simbologia. No ato de abrir o guarda-chuva, promovemos uma relação com a natureza. Neste caso, reagimos a uma ação do fenômeno da natureza.

No ato de abrir o guarda-chuva de humanidade nos relacionamos com o ser humano. Neste caso, reagimos ao outro. Imagine que cada um de nós possui seu guarda-chuva de humanidade repleto de sentidos, sentimentos e experiências com toda a capacidade de diversidade humana. Assim sendo, há três perguntas inseridas nesse contexto. O que podemos criar a partir desta humanidade que compartilhamos? Ao abrir o seu guarda-chuva de humanidade que elementos você preserva na sua relação com o próximo? E quem é o próximo? O que podemos criar nos é ainda intangível. Quais elementos preservamos na relação eu-outro é algo único de cada ser, sabendo que o nosso próximo, nesta simbologia, é a humanidade inteira, ou seja, a alteridade.

Concentremo-nos na alteridade (ou outridade). Em uma definição simplória do dicionário: natureza ou condição do que é outro, do que é distinto. Na definição do *Dicionário de Filosofia*, alteridade é o ato do “Ser Outro, pôr-se ou constituir-se com o

⁶ Informações encontradas em - The New Kadampa Tradition - International Buddhist Union. Disponível em: <http://kadampa.org/pt-br/temples/o-simbolismo-do-templo-tradicional> Acesso em: 15 de abril de 2017; Centro Budista Kadampa Lamrim. Disponível em: <http://www.santosmedita.org.br/2013/05/os-8-simbolos-auspiciosos/> Acesso em: 15 de abril de 2017.

Outro” (ABBAGNANO, 2007, p. 35). Para Lévinas, falar do próximo é falar do Outro⁷, ou seja, de qualquer ser humano. Esse Outro não pode ser conceituado, nem visto apenas sob a única interpretação do Eu. O Outro é o outro ser em sua infinitude e não podemos reduzi-lo à uma compreensão pessoal, pois ele é infinitamente maior.

O Outro é absolutamente Outro – Outrem. O Outro não é absolutamente minha interpretação; é o caminho do infinito que essencialmente me escapa e me leva a transcendência (MARTINS, 2014, p. 6).

Deste modo, nós não é o plural de Eu (LÉVINAS, 2004, p. 62). O Outro deve ser reconhecido como Outro, um ser concreto. A relação que se apresenta constitui o sujeito e na relação com o Outro, o sujeito é constituído. Lévinas entende a relação que se estabelece entre o Eu e o Outro numa relação como reconhecimento (MARTINS, 2014, p. 6). Esta relação com o Outro me afeta e também me desafia a um mundo desconhecido, que é o infinito do Outro.

Eu o reconheço, ou seja, creio nele. Mas se este reconhecimento fosse minha submissão a ele, esta submissão retiraria todo valor de meu reconhecimento: o reconhecimento pela submissão anularia minha dignidade, pela qual o reconhecimento tem valor. O Rosto que me olha me afirma. Mas, face a face não posso mais negar o Outro (LÉVINAS, 2004, p. 61).

A consciência da presença do Outro não é suficiente para o contato com Outro, faz-se necessário o desejo, o desejo metafísico⁸. Este desejo move o Eu e o Outro a um encontro que se realiza em uma relação interpessoal de responsabilidade aberta ao Infinito (MANCÉ, 1994, p. 27). Na perspectiva de Lévinas (1988, p. 272), o Infinito é próprio do ser transcendente que enquanto transcendente, o Infinito é o absolutamente Outro. É como dizer que a representação do Outro Ser Humano é infinito ao nosso entendimento e também infinito em si mesmo. A ideia do Infinito vira desejo metafísico, contanto que seja um desejo desinteressado, conduzido pela bondade e boa vontade do Ser. Desta forma, compreende-se que o Outro é a razão que fundamenta o Eu e, a partir disto, a ética de Lévinas se sustenta pela experiência do face a face, do Rosto do Outro diante do Eu e vice-versa. Ao emergir o Rosto do Outro em meu mundo, desde que o Outro me olha, sou por ele responsável (GOMES, 2008, p. 56).

O Rosto, que emerge no mundo, simultaneamente nos pede e nos ordena, isto é, interpela-nos, pede-nos na condição ética de nos ordenar. Contudo, por mais que o eu assuma a sua responsabilidade pelo outro, não se pode exigir reciprocidade, pois ao Outro cabe sua própria Responsabilidade para com Outros (MANCÉ, 1994, p. 29).

⁷ Emmanuel Lévinas faz uso dos termos Eu, Outro, Ser, Rosto, Infinito e Responsabilidade, com a primeira letra maiúscula para diferenciá-los do uso comum, e nesta explanação utiliza-se os termos em concordância com o autor.

⁸ O desejo metafísico condiz com o abandono do Eu egocêntrico, ou seja, centrado em si mesmo. Em Lévinas, a metafísica é o movimento de “saída do Ser” para ir em direção ao Outro, na busca pela transcendência.

A responsabilidade pelo Outro aparece na relação ética antes que se possa evitá-la, pois a relação ética é o ponto de partida e de chegada da reflexão de Lévinas (MELO, 2003, p. 18). Portanto, em Lévinas, ser responsável significa dispor-se ao Outro, e neste ato de responsabilidade para com todos está contida a presença de Deus.

Deus, se não ontologicamente nem religiosamente concebido, mas, pensado eticamente, passa a significar não apenas um princípio de alteridade absoluta, mas o chamado para que se perceba este princípio, um verbo, uma aparição no rosto sem face do outro para que se compreenda a infinitude da alteridade, o próprio infinito, e para que se experimente a assimetria absoluta (HADDOCK-LOBO, 2010, p. 79).

Em Lévinas, o uso de versículos bíblicos e a referência à Deus torna-se convocação à responsabilizar-se pelo próximo, com isso, entende-se a absoluta assimetria da relação com o outro: “Cada um de nós é responsável diante de todos por todos e por tudo, e eu mais que todos” (LÉVINAS, 2002, p. 145; 148). Da mesma maneira, ele argumenta: “É isto a palavra de Deus? Palavra que me exige como responsável pelo Outro” (LÉVINAS, 2002, p. 149). Esta relação de alteridade foi chamada de ética.

A ética em Lévinas é a metafísica primeira ou relação primeira de abertura ao Outro que oferece suporte para criar um novo “sentido do humano”. Para além do “ser em si mesmo”, visualiza-se um “Ser para o Outro”. Como indicou Sayão (2002, p. 103), é no acolhimento, na responsabilidade por outrem, no que se pode chamar de sabedoria do amor ao invés de um amor pela sabedoria, que se dá o sentido do humano.

No guarda-chuva de humanidade nos relacionamos, agimos e reagimos ao Outro, logo, nos responsabilizamos por ele. É nesta relação Eu-Outro que se sustentam as relações éticas, que são as próprias relações humanas quando estão em direção ao Outro, ao Bem e ao “bem que está além do ser”, no sentido que o relacionamento com o Outro busca se tornar transcendência.

A responsabilidade pelo próximo é, sem dúvida, o nome grave do que se chama amor do próximo, amor sem Eros, caridade, amor em que o momento ético domina o momento passional, amor sem concupiscência (LÉVINAS, 2004, p. 143).

No entanto, as relações humanas promovem a transgressão da alteridade quando não vão em direção a Responsabilidade perante o Outro e se distanciam da ética do amor ao próximo. Pode-se considerar que é na relação com o Outro que o conflito se instaura. Dado pressuposto é seguido pela compreensão de que o conflito é inerente à natureza humana de cada Ser e, por extensão, é natural que ocorra nas relações humanas. Em Lévinas, encontra-se a razão dos conflitos na transgressão da alteridade ao reduzir o humano (o Ser, o Outro) a um conceito qualquer e digno de conflitualidade. A redução

do humano conduz à distorção de sua imagem, configurada em Lévinas pela singularidade do Rosto do Outro, desfazendo-se da possibilidade de uma relação ética e transcendente⁹.

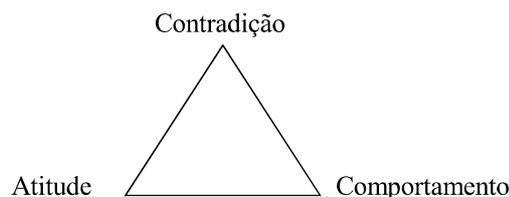
Transgredir a alteridade humana como critério ético significa entrar no campo da violência. O Outro, quando reduzido a conceito, perde a capacidade de mostrar-se na singularidade do seu próprio Rosto. É a percepção do Outro a partir do Eu. Uma vez reduzido a conceito, fica fácil intervir sobre o outro de forma útil, instrumental e violenta (MARTINS, 2014, p. 9).

Concebe-se a ocorrência de conflitos como parte integrante de nossa existência e convivência humana. Enquanto a violência é construída e constituída por ações e reações, sendo evitável em nossa convivência humana. É diante de um conflito que nossa relação com o Outro pode gerar violências ao reduzir a capacidade de perceber a singularidade do Outro. A violência está presente quando seres humanos estão sendo influenciados de maneira tal que suas realizações somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais (GALTUNG, 1969, p. 168). Nesta concepção, a violência é a causa entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que se procedeu, ou seja, o ato de violência. O que poderia ter sido é o não ato de violência, ou seja, a condição potencial humana de não agressão. No entanto, para que a violência ocorra deve haver ao menos um sujeito, um objeto e uma ação e esta pode ser associada a condições diversas. Na década de 1960, Galtung propôs um modelo influente de formulação do conflito, no qual o conflito pode ser visto como um triângulo, com contradição, atitude e comportamento.

A contradição se refere à situação subjacente do conflito, que inclui a "incompatibilidade de metas" real ou percebida entre as partes em conflito. Atitude inclui percepções e dificuldades na percepção do outro e de si mesmo. Em conflitos violentos, a tendência é desenvolver estereótipos humilhantes do outro. Atitudes são frequentemente influenciadas por emoções como medo, raiva, amargura, ódio, pois enfatizam aspectos subjetivos entre as partes. O comportamento pode variar entre a cooperação ou a coerção e gestos de conciliação ou hostilidade. O comportamento é caracterizado por ameaças, coerção e ataques destrutivos. (RAMSBOTHAM et al, 2011, p. 10-11).

Os três componentes estão presentes em um conflito como um processo dinâmico em que contradições, atitudes e comportamentos estão constantemente em mudança e se influenciam mutuamente como na figura abaixo.

Figura 1 – Triângulo de Galtung



Fonte: RAMSBOTHAM et al, 2011, p. 10.

⁹ Na relação transcendente ou relação de transcendência a dimensão do divino se mostra a partir do rosto humano.

Ramsbotham (2011) esclarece que dinâmicas se estabelecem a partir da tríade contradições, atitudes e comportamentos:

Quando a dinâmica se desenvolve, a relação entre as partes em conflito se torna opressiva. Os atores desenvolvem atitudes hostis e comportamentos conflituosos. E assim o conflito começa a crescer e se intensificar. Enquanto isso acontece, conflitos secundários podem ser gerados, dificultando a tarefa de resolução do conflito a partir do núcleo central onde se iniciou. Eventualmente, no entanto, a resolução do conflito deve envolver um conjunto de mudanças dinâmicas que significam uma de-escalada do comportamento dos atores envolvidos, uma mudança de atitudes e uma transformação das relações ou interesses conflitantes que estão no núcleo da estrutura do conflito (RAMSBOTHAM, 2011, p. 11).

De modo geral, pode-se visualizar as tipologias da violência em três faces distintas: a direta ou pessoal, a estrutural e a cultural, que se apresentam em cada um dos lados de um triângulo, sendo observadas como categorias amplas ou abrangentes que englobam outras classificações de violência. A violência direta é exposta na forma física ou verbal da conduta humana e se manifesta com o propósito de agredir, ofender ou eliminar. A violência estrutural está inserida nas estruturas sociais, relaciona-se com a injustiça social e os acometimentos de discriminação, desigualdades e exploração. A violência cultural se refere a qualquer aspecto da esfera simbólica da existência (religião, linguagem, arte, ideologia, etc.) que pode ser usado para legitimar socialmente a violência direta e a estrutural.

A violência direta é um fato; a violência estrutural é um processo com altos e baixos; a violência cultural é uma invariância, uma permanência. [...]. As três formas de violência incluem o tempo de modo diferenciado, assemelhando-se, na teoria sísmica, à distinção entre um abalo sísmico como um fato, o movimento das placas tectônicas como um processo e a falha como uma condição mais permanente. (GALTUNG, 1990, p. 294).

A violência pode começar em qualquer cruzamento do triângulo da violência, onde em um dos vértices está a violência direta e nos outros dois estão as formas indiretas de violência: a estrutural e a cultural. Se projetarmos este triângulo da violência na composição de um triângulo de paz, a paz negativa se define pela eliminação da violência direta e a paz positiva pela eliminação das violências estrutural e cultural. Galtung (1990, p. 298) assevera o contraste da síndrome da violência triangular com uma síndrome triangular da paz, pois considera que ao invés de um triângulo vicioso de violência é possível orientar-se por um triângulo virtuoso onde se inclui paz cultural, estrutural e direta.

Figura 2 – Triângulo da Violência de Galtung em contraste a um Triângulo de Paz



Fonte: Elaboração própria com base em (GALTUNG, 1990, p. 298; RAMSBOTHAM et al, 2011, p. 10).

Galtung (1996, p. 9) propõe que o conceito de paz seja definido em função da transformação do conflito, como na seguinte proposição: “*a paz é a transformação do conflito de forma criativa e não violenta*”. Esta concepção implica que se faz necessário transformar atitudes, comportamentos e contradições que estão na base dos conflitos para que uma paz sustentável (positiva ou negativa) seja possível. Deste modo, para pôr fim à violência direta, altera-se o comportamento dos conflitos; para o fim da violência estrutural é através da remoção de contradições e injustiças estruturais; e, quanto a violência cultural é pela mudança de atitudes (RAMSBOTHAM, 2011, p. 11). Galtung sintetizou a amplitude do seu conceito de paz em sua publicação *Peace by Peacefull Means*, de 1996:

A paz positiva direta consistiria na bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. (...) *A paz positiva estrutural* substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização. (...) *A paz positiva cultural* substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e mídia, construindo uma cultura de paz positiva (GALTUNG, 1996 apud PUREZA, 2000, p. 39).

Enquanto o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta, a construção da paz positiva é, claramente, a ausência de violência de todos os tipos - direta, estrutural e cultural - dirigida contra um outro Ser. Na paz negativa se mantém um cenário de violência estrutural e/ou cultural e a ênfase em ser “negativa” demonstra que a erradicação da violência direta não é uma condição necessariamente positiva. A ausência de guerra não elimina outras formas de violência. Por outro lado, a paz positiva é uma condição de transformação das causas estruturais da violência e corresponde a um cenário de distribuição igualitária de poder e recursos (justiça social). As concepções de paz positiva e negativa oferecem uma forma construtiva de lidar com o conflito. Se

visualizarmos a alteridade na concepção da paz positiva, esta seria o exercício plenamente humano da transformação de conflitos na transcendência das violências direta, estrutural e cultural.

Na ponte entre a alteridade e os Estudos para a Paz, a superação da violência se dá com o Eu colocando-se a serviço do Outro e assumindo a Responsabilidade de seus atos perante o Outro. Se por um lado, a relação Eu-Outro pode gerar violências que levam a transgressão da alteridade, por outro, a busca por transcender a violência é atuar para a construção da paz. Este ato de atuar pela paz significa ir de encontro à Responsabilidade perante o Outro. Neste sentido, a construção da paz é um exercício de alteridade.

Na abordagem do guarda-chuva de humanidade, a imaginação moral exemplifica uma perspectiva de alteridade. Verifica-se a importância dada por Lederach (2011) à imaginação moral como uma alternativa para a transcendência humana diante de conflitos. Na definição de Lederach (2011, p. X): A imaginação moral é a capacidade de imaginar algo, apoiado nos desafios do mundo real, porém capaz de fazer nascer aquilo que ainda não existe.

No trabalho de construção da paz, o autor buscou entender como abordar os assuntos humanos com um inimigo e, com isso, identificar o que constitui as “essências” da construção da paz. Deste modo, questionou-se sobre quais disciplinas, se não estivessem presentes, tornariam a construção de paz uma tarefa impossível. Dentre as quatro disciplinas que formam a imaginação moral e tornam possível o trabalho de construção da paz, destaca-se neste estudo a importância do poder central das relações, ou seja, os relacionamentos¹⁰. As relações são o contexto em que acontecem as violências. Neste sentido, a imaginação moral nesses contextos de violência é a capacidade de os indivíduos se imaginarem em uma teia de relações que inclui seus inimigos (LEDERACH, 2011, p. 37). Os indivíduos inseridos no conflito com suas ações e reações contribuem para os padrões que podem dar origem a ações destrutivas ou construtivas. Estas ações e reações se moldam em um contexto de interdependência relacional.

Aquilo que compartilhamos a partir das nossas ações e reações nesse contexto de interdependência relacional é que define a capacidade dessa interdependência ser uma relação de transcendência. A alteridade da imaginação moral está em assumir a responsabilidade pessoal e reconhecer a importância das relações (eu-outro). Sob a perspectiva da imaginação moral, a quebra dos ciclos de violência exige uma visão de relações. Destarte, só é possível gerar, mobilizar e construir a imaginação moral -

¹⁰ As outras três são: curiosidade paradoxal, criatividade e disposição para arriscar.

enquanto meio para a transcendência de conflitos e para a construção da paz - no relacionamento com o Outro. Na simbologia do guarda-chuva de humanidade, as potencialidades humanas promovem ações e reações a conflitos através de atos desumanizantes e/ou humanizantes. Neste cenário, a imaginação moral seria uma potencialidade humana para a humanização, visto que sua busca é para transcender os ciclos destrutivos de violência.

Se na transgressão da alteridade o conflito se instaura e a violência é um resultado de ações e reações diante de conflitos, sendo a desumanização também um ato de violência, pode-se inferir que *desumanização é ação e, ao mesmo tempo, reação ao Outro*. Do mesmo modo, *a humanização só existe na relação com o Outro, no encontro dos seres*. No guarda-chuva de humanidade, que compreende as potencialidades humanas, desumanização e humanização seriam as duas faces da alteridade, em direção ao Ser que o Outro representa.

Portanto, diante de conflitos, as possibilidades de ação e reação humanas oferecem embasamento para pensar ações e reações de humanização e desumanização. Significa dizer que a ocorrência de conflitos em seus diversos níveis de análise (familiar, local, regional, global, etc.) nos instigam, enquanto seres humanos, a atos de desumanização e humanização. É nos atos de desumanização que este estudo fundamenta sua base teórica.

1.3 Afinal, o que é desumanização?

A desumanização está presente nos modos de pensar, sentir e agir das pessoas. O fenômeno está inserido na linguagem (por exemplo, insultos e propagandas), nas condições psicológicas (por exemplo, atitudes de exclusão que marginalizam um indivíduo ou um determinado grupo), nas emoções (por exemplo, raiva, rancor, indiferença), nas ideologias (por exemplo, ideias nazistas que consideravam os arianos como raça superior e os judeus como sub-humanos), nas leis (por exemplo, as leis de Nuremberg de 1935 que limitavam os direitos dos judeus) e nas várias instituições de uma sociedade (família, educação, religião, governo, economia) que afetam as relações interpessoais (por exemplo, nos estudos de DOWER, 1986; MÜLLER, 2007; SCHECK, 2006 apud LUNA, 2015, p. 19).

Deste modo, o estudo da desumanização tem implicações em diversas áreas que incluem as concepções do que é ser humano, as noções de raça e racismo, o estudo sobre guerra e genocídio, a ética nas relações humanas, dentre outros. Desde a sua introdução no início do século XIX, o termo desumanização recebeu variados significados. Como

indicou Smith (2014) no artigo *Dehumanization, Essentialism, and Moral Psychology*, o termo desumanização pode ser usado para se referir às seguintes abordagens:

1. Ações que sujeitam outros a indignidades ou envolvem o tratamento de outros apenas como meios para atingir objetivos pessoais (MACKINNON, 1987).
2. Negação da subjetividade, da individualidade e da diversidade humana (LEMONCHECK, 1985).
3. Práticas retóricas que comparam metaforicamente seres humanos a seres não humanos, como animais ou objetos inanimados (BAR-TAL, 1989), sendo a deslegitimação do indivíduo ou de um grupo de indivíduos exemplificada pela formação de estereótipos e/ou pelo fortalecimento de preconceitos.
4. Tratar os outros de forma a corroer, obstruir ou extinguir alguns dos seus atributos distintivamente humanos (MIKKOLA, 2011).
5. Conceber os outros como criaturas sub-humanas (SMITH, 2014). A preocupação de Smith (2014) é com a ocorrência de genocídio, guerra, escravidão e demais formas de violência em massa. Portanto, segundo Smith (2014, p. 3), conceber outras pessoas como criaturas sub-humanas pode caracterizá-las verbalmente como algo não humano, pode resultar na negação de sua personalidade e na diminuição de seus atributos humanos (reduzir seus sentimentos a um ser que não sente).

Tais usos do termo desumanização, mesmo estudados especificamente com determinadas características sobre a temática abordada, complementam-se à medida que os autores compartilham do entendimento de que desumanização é a capacidade de negar a humanidade de alguém. As variadas formas de pensar e desenvolver as questões que envolvem desumanização partem da premissa de negação da humanidade. Acrescento uma conceituação:

6. Haslam (2006, p. 256) descreve a desumanização como um fenômeno complexo e multifacetado. A partir disto, Haslam propõe dois sentidos distintos de humanidade e indica que diferentes formas de desumanização ocorrem quando as características que constituem cada sentido são negadas às pessoas.

Neste estudo, destaca-se o modelo geral de desumanização proposto por Nick Haslam, chamado de modelo integrativo (*integrative model*). Haslam parte do pressuposto de que uma teoria adequada sobre desumanização requer um entendimento do que é “humanidade”: a qualidade que é negada às pessoas que são desumanizadas (HASLAM, 2006, p. 252). A humanidade também pode ser entendida em termos de características

que são vistas como “essencialmente, tipicamente, ou fundamentalmente humanas” (LI et al., 2014, p. 287), que Haslam chamou de natureza humana (*human nature*). A humanidade também pode ser compreendida em termos de aperfeiçoamento de cada indivíduo, inserido em um contexto social e digno de aprendizado moral e intelectual; Esta forma é chamada de singularidade humana (*human uniqueness*). Natureza humana e singularidade humana são os dois sentidos de humanidade abordados no modelo integrativo.

A natureza humana engloba características inerentes e universais que refletem a essência do ser humano independentemente da cultura em que está inserido (HASLAM et.al, 2005, p. 938; HASLAM et al., 2004, p. 1664). As características da natureza humana incluem responsividade emocional, cordialidade interpessoal, abertura cognitiva, individualidade e profundidade. Assim, com base no *Oxford Dictionary of Psychology* (2003) e na *Encyclopedia of Human Relationships* (2009), interpreto o que as características da natureza humana representam:

- a) Responsividade emocional – Capacidade humana de reagir a um estímulo emocional. Este fator pode promover atitudes que visam favorecer o desenvolvimento da autonomia e da autoafirmação do indivíduo e possibilita a criação de vínculos nas relações humanas.
- b) Cordialidade interpessoal – Dimensão das diferenças individuais na personalidade. A cordialidade interpessoal é percebida como uma dimensão da personalidade, por exemplo, como um componente das relações pai-filho, como um aspecto das relações íntimas (incluindo relacionamentos românticos e amizade). As pessoas também podem ser descritas como calorosas e carinhosas ou frias e indiferentes. Assim sendo, este fator define características de amorosidade, carinho, confiança e afeto nas relações humanas.
- c) Abertura cognitiva – Capacidade de percepção, curiosidade, flexibilidade, aprendizado, inteligência, memórias, pensamentos e desenvolvimento da linguagem.
- d) Individualidade – Compreende o ser como algo único e homogêneo. Na medida em que a individualidade abraça a unicidade mais íntima, a humanidade de cada indivíduo, último e incomparável, ela implica em tornar-se o próprio eu.
- e) Profundidade – Examina a profundidade (os aspectos ocultos ou mais profundos) da experiência humana. Embora não baseada em uma fundação religiosa, a ideia de profundidade humana (*human depth*) busca trazer o conceito de alma e outros aspectos espirituais da vida humana para a análise da Psicologia.

Em contraste, as características da singularidade humana são abordadas como socialmente adquiridas, ou seja, é no contexto das relações sociais que essas características são desenvolvidas. São elas: civilidade, sensibilidade moral, aperfeiçoamento, racionalidade, lógica e maturidade. Conforme *The Encyclopedia of Positive Psychology* (2009) e algumas referências nos artigos de Elster (1989), Heil (2008), Mercer (2005) e Overstrett (1967), interpreto o que as características da singularidade humana dizem respeito:

- a) Civilidade – O termo civilidade abrange o reconhecimento simultâneo do eu e dos outros como membros plenos de uma humanidade comum. Como a civilidade depende de atitudes morais, os psicólogos dão ênfase no aperfeiçoamento de uma imersão empática na subjetividade do outro na vida em sociedade.
- b) Sensibilidade moral – Se entendemos que os sentimentos são fenômenos afetivos, facilmente compreendemos esta dimensão da singularidade humana. Na Psicologia, a sensibilidade moral, enquanto atribuição de sentimentos às nossas ações, reações e emoções humanas, é parte fundamental nas relações humanas.
- c) Aperfeiçoamento – Trata-se de algo fundamental para o aprimoramento humano. Na ausência de aperfeiçoamento, o ser humano é colocado em uma escala inferior de sua evolução ou desenvolvimento.
- d) Racionalidade e Lógica – Há diferentes perspectivas na Psicologia sobre a racionalidade humana e essas perspectivas envolvem princípios da Física, das Ciências Sociais, da Economia, da Filosofia, etc. De maneira geral, a Psicologia explica desvios da racionalidade, para isto, conhecer o comportamento irracional depende do conhecimento do comportamento racional do ser humano (MERCER, 2005, p. 79). A racionalidade e a lógica podem ser entendidas como meios objetivos para alcançar determinados fins (ELSTER, 1989, p. 24) ou como constituídas por estruturas que apoiam nossas crenças, desejos e intenções (DAVIDSON, 1980 apud HEIL, 2008, p. 366).
- e) Maturidade – Na Psicologia, a maturidade é um traço da personalidade e um processo de desenvolvimento emocional que caracteriza uma “pessoa em amadurecimento”. Deste modo, não se pode definir maturidade porque ela não é um ponto fixo, não é algo estático, mas é uma atitude interior, uma disposição de ânimo e de mente (OVERSTRETT, 1967, p. 31), seja para consigo mesmo e com seus semelhantes.

Segundo Haslam (2006, p. 256), como as características da singularidade humana refletem aprendizado e aperfeiçoamento, elas podem variar entre culturas e se diferenciar

dentro de grupos sociais. As características exclusivamente humanas (que formam a singularidade humana) separam os seres humanos da categoria dos animais, isto é, o que é constituído em sociedade e cultura é o que determina nossa singularidade humana. O que é da singularidade humana não corresponde a uma noção de humanidade compartilhada. Em contrapartida, a natureza humana assume um caráter universal que ultrapassa culturas e sociedades. Haslam demonstra a posição ontológica que a natureza humana assume:

As características da natureza humana devem ser vistas como aspectos profundamente enraizados nas pessoas, como parte de sua natureza imutável e inerente. Assim sendo, a natureza humana deve ser vista como aquilo que é essencial à humanidade, as propriedades básicas que as pessoas compartilham apesar de suas variações superficiais. Ou seja, a natureza humana deve ser da essência, vista como fundamental, inerente e natural (HASLAM, 2006, p. 256).

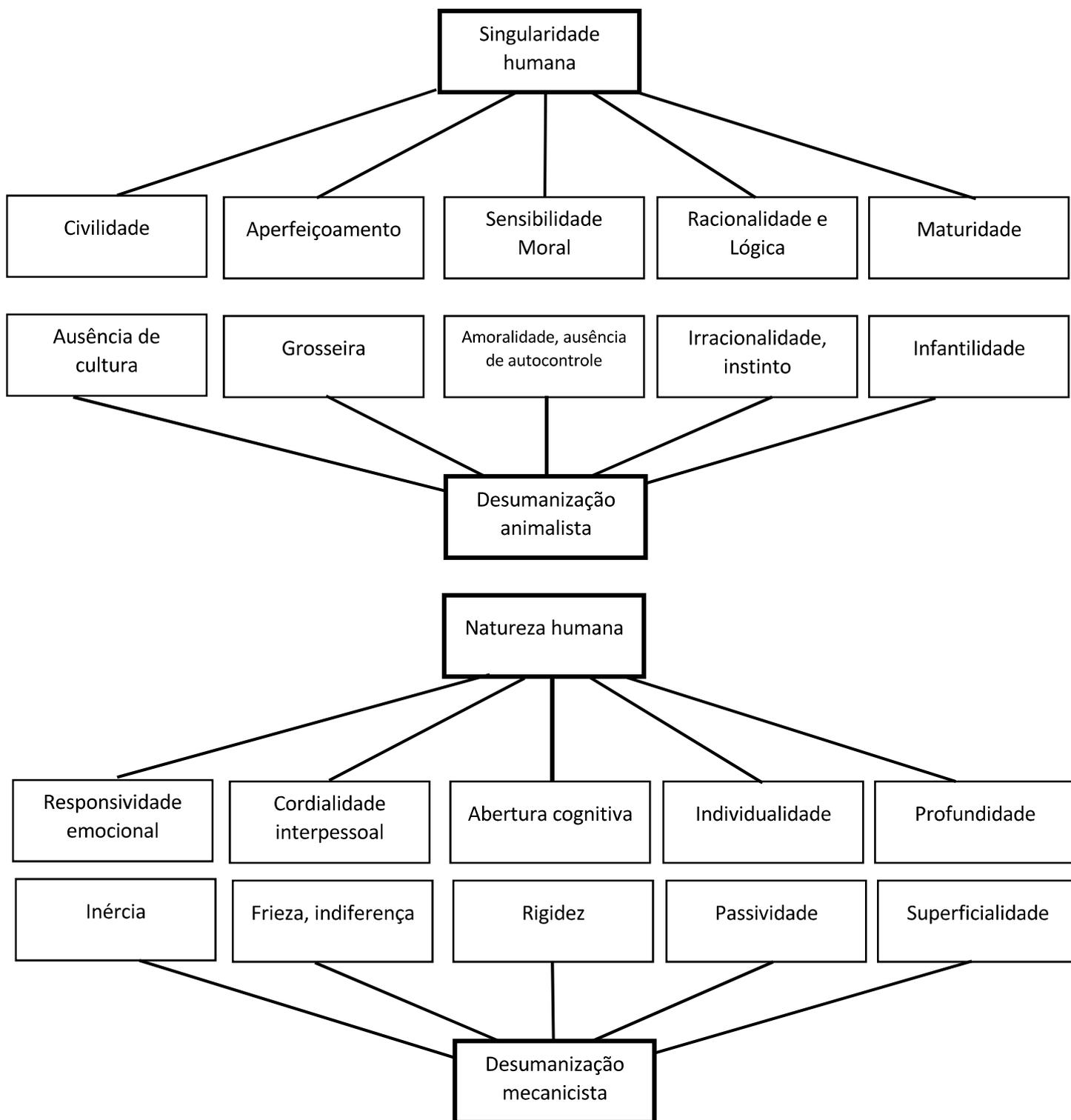
Natureza humana e singularidade humana são duas construções independentes que se complementam e caracterizam gestos, atitudes e modos de ser de cada ser humano. Haslam (2005, p. 258) assevera que as características da singularidade humana são desenvolvidas mais tardiamente, por isso, sua negação pode ser associada a uma percepção do ser desumanizado como inferior, infantil e imaturo. Do mesmo modo, Haslam (2006, p. 258) indica que no quesito moral os desumanizados tendem a ser vistos como imorais ou amorais (propensos a violar códigos morais ou compreendidos com total ausência de moralidade), dois extremos que correspondem à imaturidade e inferioridade em relação a conduta moral.

Assim sendo, a distorção das características que envolvem a singularidade humana indica que se as pessoas são retratadas com características que as distinguem dos seres humanos (como ao relacioná-las com animais e objetos inanimados), a forma de desumanização corresponde à concepção animalista. A forma animalista da desumanização realiza um contraste direto entre os seres humanos e os animais (HASLAM, 2006, p. 258), sendo atribuídas características de animalidade ao ser desumanizado. Desta concepção, o desumanizado pode ser retratado com as seguintes características: ausência de cultura, ações de grosseria, amoralidade, ausência de autocontrole, ações por instinto, irracionalidade e infantilidade.

Por outro lado, quando as características da natureza humana são negadas, o desumanizado é retratado com aspectos de inércia, frieza, ausência de sentimentos, indiferença, rigidez, passividade e superficialidade. Na desumanização, sob o aspecto da natureza humana, os seres humanos podem ser comparados com máquinas. Ainda que haja uma compreensão de noções compartilhadas e essenciais à humanidade, a subversão da natureza humana torna o desumanizado um ser autômato. Desta forma, ao negar as

percepções cognitivas, o desumanizador enfatiza atributos superficiais, atribuindo ao ser humano características mecanicistas. O modelo integrativo de desumanização demonstra estas relações.

Figura 3 – Modelo integrativo de desumanização



Fonte: Modelo com base nas concepções de humanidade e suas formas correspondentes de desumanização (Haslam, 2006, p. 257).

Em resumo, Haslam compreende de duas maneiras distintas a forma que a humanidade de alguém pode ser negada: a negação da natureza humana (atributos que são considerados essenciais para o ser humano) e a negação da singularidade humana (atributos que são percebidos como únicos para os seres humanos). Estas são as bases das formas de desumanização “mecanicista” e “animalista” proposta por Haslam (2006).

No contexto das relações humanas, se negadas conjuntamente características da natureza humana e da singularidade humana, a desumanização atinge o nível mais profundo de negação da humanidade, de caráter animalista e mecanicista. Dada conceituação bidimensional da humanidade é estudada em programas de pesquisa focados na percepção social na guerra. Estudos sobre a dinâmica de conflitos mostram que a desumanização distorce a percepção sobre o Outro e isso tem implicações morais (por exemplo, HASLAM, 2006; HASLAM et. al, 2005; LEYENS, 2009; OPOTOW, 1990). Nesta acepção, o desumanizador desafia o senso de humanidade, identidade e comunidade (KELMAN, 1973, p. 35; 51; 58), possibilita a exclusão moral e a discriminação e, psicologicamente condiciona o ser desumanizado a se desvincular moralmente do que é humano para justificar a violência e o abuso cometido.

A forma animalista de desumanização é exemplificada no contexto do antagonismo de grupos - denominado por Haslam (2006, p. 260) de antagonismo interétnico - e também é analisada nas diversas formas de subversão da singularidade humana, como guerra, genocídio, construção de estereótipos, preconceitos, aversão ao estrangeiro (imigrantes, refugiados, apátridas e etc.). A forma mecanicista de desumanização¹¹ é reconhecida na objetificação de seres humanos. Estudos de Psicologia Social se pautam nas formas de objetificação como forma de explicar a subversão da capacidade de autodeterminação dos seres humanos e, por extensão, a subversão das características da natureza humana na composição do modelo integrativo.

É neste sentido que a desumanização se distancia completamente de uma perspectiva de alteridade, ao distorcer valores e percepções sobre o Outro e do que dele diz respeito (o indivíduo em seu contexto familiar, religioso, educacional, etc.). Neste aspecto, destaquei o modelo teórico pioneiro sobre desumanização porque nos instiga a visualizar a desumanização como algo inter-relacionado e profundamente complexo em sua simplicidade. Esta abordagem nos serve como guia para melhor compreensão do

¹¹ A desumanização mecanicista também é reconhecida nas áreas da medicina e da tecnologia, onde critérios como eficiência, técnica, padronização e busca incessante por resultados fazem parte desses ramos do conhecimento.

fenômeno afegão. Além disso, orienta-nos a identificar atos desumanos em nossos modos de pensar, sentir e agir nas relações que estabelecemos uns com os outros.

1.3.1 Tipologias da desumanização

Facilmente supomos que o respeito à diversidade humana é uma questão básica, mas desconsideramos quais são as premissas humanas (entende-se ações e reações humanas) que oferecem meios suficientes para a ocorrência de atos desumanos. Esta seção oferece algumas premissas da desumanização com base na objetificação e na deslegitimação de seres humanos.

1.3.1.1 Objetificação

Além da compreensão tradicional da desumanização como uma privação explícita e brutal da humanidade do outro, na última década, os pesquisadores dedicaram atenção para uma forma mais sutil de desumanização: a percepção do Outro como inferior, mas não necessariamente não humano, tornando uma parte do Ser como representação do todo que o compõe, de modo a objetificá-lo. Para discutir este fenômeno menos flagrante, alguns autores distinguem entre desumanização e objetificação: a desumanização descreve a negação mais flagrante das qualidades humanas e a objetificação descreve as percepções dos outros como objetos e não como seres humanos (BEN-ARI, 2001; SMITH, 2011 apud LI et al, 2014, p. 286). Há discordância entre os autores na discussão destas abordagens.

O I Simpósio sobre Desumanização e Objetificação foi realizado em Nebraska, em 2013. Buscou-se reunir uma teoria unificada de objetificação e desumanização. Até então, nenhum simpósio havia se concentrado especificamente nos estudos destas abordagens. Com base nos trabalhos desenvolvidos neste simpósio, compilados no livro *Objectification and (De) Humanization* (2013), exponho o conceito largamente aceito na Psicologia Social sobre esta forma de desumanizar e, logo depois, demonstrarei as possíveis relações entre desumanização e objetificação.

Quando objetificamos, tratamos “como um objeto o que não é realmente um objeto, o que é, de fato, um ser humano” (NUSSBAUM, 1999, p. 218). Este processo se dá quando as partes do corpo de uma pessoa ou funções do corpo são separadas, reduzidas ao status de instrumentos ou capazes de representar uma pessoa inteira, diz-se que a pessoa foi objetificada (NUSSBAUM, 1999, p. 219). Neste sentido, objetificar é fazer e

tratar algo que não é um objeto como um objeto, que pode ser usado, manipulado, controlado e conhecido através de suas propriedades físicas (CALOGERO, 2012, p. 574). Por exemplo, médicos podem objetificar um paciente (FOUCAULT, 1989) assim como empregadores podem objetificar seus empregados (MARX, 1964). De acordo com Nussbaum (1995, p. 257), objetificação é tratar o ser humano com uma ou mais destas indicações:

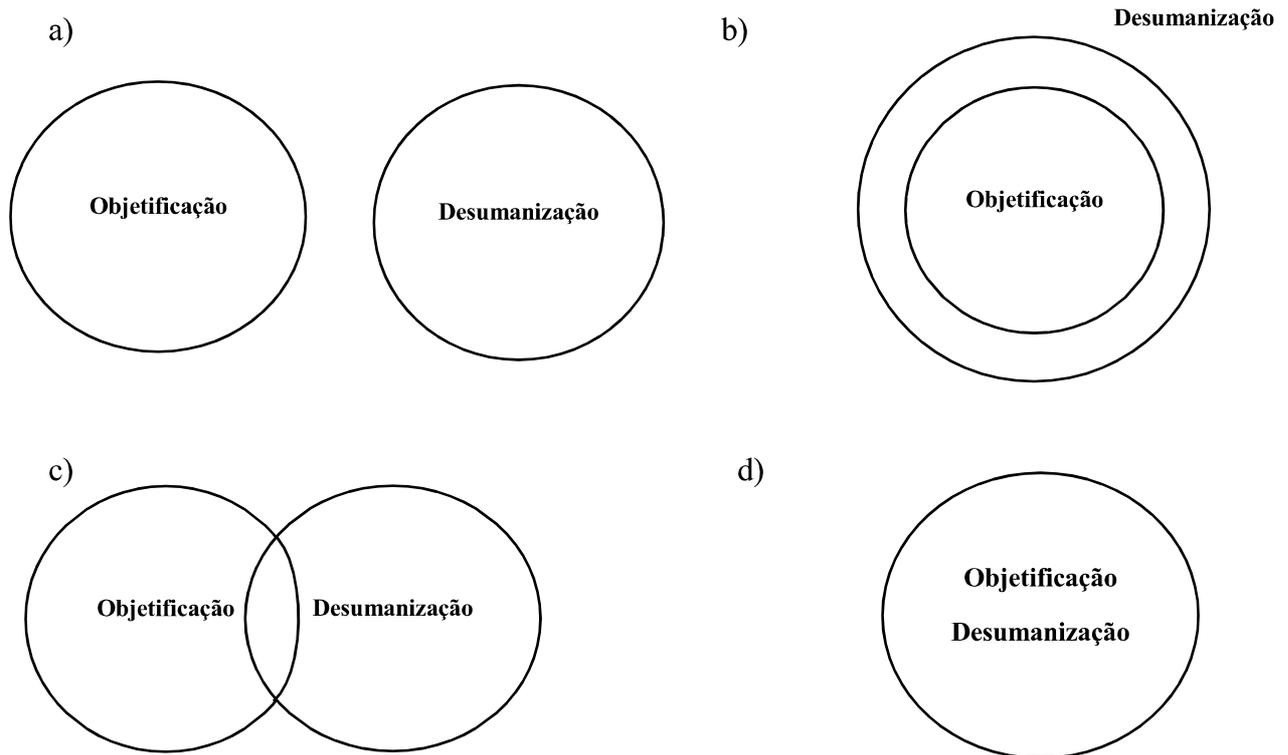
- a) Tratamento do outro como ferramenta para os próprios fins.
- b) Tratamento de negação da autonomia do outro.
- c) Tratamento de inércia do outro, como ausente de atividade e sentidos.
- d) Tratamento de fungibilidade, como algo que pode ser modificado pelo objetificador.
- e) Tratamento de violabilidade do outro, como sendo permissível invadir sua intimidade.
- f) Tratamento do outro como algo que é propriedade.
- g) Tratamento de negação da subjetividade do outro, como algo cujos sentimentos e experiências não são relevantes.

Questões que envolvem um foco específico na aparência, na exploração do corpo, nas partes sexuais do corpo ou na sobreposição das funções sexuais, principalmente das mulheres (CALOGERO, 2013; GOLDENBERG, 2013; MORADI, 2013), na objetificação de seres humanos (HEFLICK E GOLDENBERG, 2009; STRELAN E HARGREAVES, 2005) e em como essas questões afetam a auto-objetificação (FREDRICKSON et al., 1998) são analisadas sob a perspectiva dos tratamentos citados. Quando as mulheres são reduzidas à sua aparência, por exemplo, isto contribui para percepções sociais dos outros sobre elas (HEFLICK E GOLDENBERG, 2009; HEFLICK et al., 2011) e entre as próprias mulheres (MORADI E HUANG, 2008). Tais comportamentos objetificadores de negação da autonomia e da subjetividade, assim como de outras características subversivas no tratamento ao ser objetificado fizeram alguns autores conceituarem objetificação como um aspecto da desumanização (por exemplo, HASLAM, 2006). Por outro lado, outros consideram desumanização e objetificação áreas distintas (LEYENS, 2007) e outros ainda compreendem que não há diferenciação entre elas (BARTKY, 1990). Utilizo a figura (4) para demonstrar esses processos em que a objetificação e a desumanização são postas em dois diagramas. Segundo Gervais et.al (2013, p. 6), podemos compreender esses processos de quatro maneiras:

1. A objetificação pode ocorrer sem correspondência com a desumanização, sendo estudadas como fenômenos independentes (figura 4-a).

2. A objetificação está inserida completamente no escopo da desumanização, por exemplo, a desumanização mecanicista (figura 4-b).
3. Objetificação e desumanização possuem características de intersecção, mas não representam os mesmos fenômenos (figura 4-c).
4. Não há diferenças entre as abordagens (figura 4-d).

Figura 4 – Relações teóricas entre Objetificação e Desumanização



Fonte: Extraído de Gervais et al. (2013, p.7).

Neste estudo, assume-se a objetificação como uma forma de desumanização: Pessoas que são negadas a natureza humana e são comparadas a máquinas, autômatos ou objetos. Se considerarmos formas de objetificação que envolvem a comparação de seres humanos com animais (RUDMAN E MESCHER, 2012), além de perceber o outro com ausência de natureza humana (HEFLICK E GOLDENBERG, 2009) e como uma ferramenta (GRUENFELD et al., 2008), concebemos também a forma de desumanização animalista. Por exemplo, Haslam et. al (2013, p. 44) indica que as mulheres objetificadas podem ser desumanizadas em dois sentidos: primeiro, como ausentes de natureza humana e, por isso, tratadas como um objeto; segundo, tidas como ausentes de singularidade humana, sendo tratadas como um animal. A negação de ambos os aspectos da humanidade sugere que o

ser objetificado seja menos digno de preocupação moral (HASLAM et. al, 2013, p. 45). A partir disto, estudos sobre a negação de estados mentais ao ser objetificado vem se desenvolvendo e abrangem a ideia de que as pessoas (entende-se, os objetificadores) não conseguem atribuir vida mental ao ser objetificado (NUSSBAUM, 1999, p. 235), como se este não existisse no campo de sua subjetividade. Pode-se avaliar que a possível negação de ambos os aspectos da humanidade indica a negação da alteridade que compreende o Outro, representado pelo Ser desumanizado. Para complementar a abordagem das tipologias da desumanização, abordarei no próximo tópico aspectos da deslegitimação.

1.3.1.2 Deslegitimação

Os psicólogos têm dedicado muitas pesquisas ao estudo das categorias sociais de indivíduos no contexto das relações entre grupos (por exemplo, HAMILTON, 1981; STEPHAN, 1985). Nestas pesquisas, três categorias de representações sociais têm tido maior relevância – os estudos de estereótipos, de preconceitos e de discriminação. Este tópico aborda as três perspectivas e demonstra o que as levam a deslegitimação de seres humanos e, por extensão, a desumanização. De maneira geral, as categorias podem ser conceituadas como:

1. Estereótipos – Os estereótipos são crenças sobre grupos de pessoas em termos de traços de personalidade, atribuição de características ou descrições comportamentais (BREWER E KRAMER, 1985, p. 227-228). O conteúdo de estereótipos engloba desde descrições e atribuição de características degradantes ao outro (por exemplo, diabo, terrorista, inimigo, verme, etc.) a conotações positivas (por exemplo, inteligente, trabalhador, batalhador, etc.). Os estereótipos ajudam a preservar ou criar diferenciações de grupos sociais e contribuem, portanto, à criação de ideologias e percepções entre os grupos, explicando uma variedade de ações que se afirmam a partir da compreensão que se tem do outro.
2. Preconceito – As bases teóricas dos estudos sobre preconceito são encontradas em Allport (1954) *Nature of prejudice*; Dovidio e Gartner (1986) *Prejudice, discrimination and racism*; e, Mackie e Hamilton (1993) *Affect, cognition, and stereotyping*. Preconceito se refere a atitudes negativas que expressam reações afetivas ou emocionais negativas para com outros grupos¹². O preconceito pode

¹² Vários autores assumem este conceito como Allport, 1954; Pettigrew, 1971; Stephan, 1985; Stroebe e Insko, 1989.

assumir múltiplas formas, mas os estudos de Psicologia têm se concentrado em compreender a relação entre conflitos étnicos e os preconceitos existentes entre os grupos, assim como, na relação da discriminação com questões raciais.

3. Discriminação – Refere-se a qualquer comportamento que nega a indivíduos ou grupos de pessoas igualdade de tratamento a que eles desejam (ALLPORT, 1954, p. 50). Esta definição segue o memorando oficial da ONU, no qual discriminação inclui qualquer conduta baseada em uma distinção feita em categorias que não têm qualquer relação com as capacidades, méritos ou o comportamento concreto da pessoa individual (ALLPORT, 1954, p. 51). Atos classificados como discriminação correspondem a rejeição, restrição ou exclusão de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Estas variam desde as violações mais cruas dos direitos humanos (por exemplo, genocídio, escravidão, limpeza étnica e perseguição religiosa) a formas mais sutis (por exemplo, abuso verbal, relações de trabalho, bullying e etc.). Com isso, atitudes, ações ou práticas institucionais que de algum modo subordinam ou marginalizam o indivíduo podem ser consideradas discriminação.

Assim sendo, os conceitos de estereótipo e preconceito estão diretamente relacionados a discriminação por se basear em atributos predominantemente negativos em relação a um grupo inimigo ou a membros do próprio grupo. A partir disto, tem-se a concepção de discriminação social como quadro de ocorrência das categorias citadas.

Discriminar em seu sentido mais amplo é um dos mais elementares e penetrantes processos da atividade humana: discriminamos quando percebemos ou marcamos as características distintivas de algo ou alguém. Discriminação social significa fazer uma diferença no tratamento, geralmente em desconsideração a propriedades e características individuais ou méritos (GRAUMANN E WINTERMANTEL, 1989, p. 183).

O estudo da discriminação social diz respeito a recusa da igualdade de tratamento entre membros do mesmo grupo ou de diferentes grupos, no detrimento da negação da igualdade de representação política, de remuneração, de direitos humanos e sociais, etc. Tal negação de equidade e justiça social nos remetem à desumanização. Para comprovar esse processo, faz-se referência aos diferentes aspectos da discriminação social. Os autores Graumann e Wintermantel (1989, p. 184-186) demonstram a base para esta abordagem:

- a) Discriminação como separação – Dá-se através da diferenciação entre o “eu” e os “outros”, assim como na diferenciação de membros do “mesmo grupo”, “do meu grupo” e de “grupos externos a mim”, o “outro grupo”.

- b) Discriminação como distanciamento – Busca-se imprimir um certo distanciamento entre as partes, a fim de tornar visível a ordem estabelecida.
- c) Discriminação como acentuação – A partir da diferenciação de pessoas, colocando distâncias entre elas, marca-se as diferenças em vez das semelhanças, que tendem a resultar numa acentuação das diferenças entre as categorias em questão.
- d) Discriminação como avaliação – Como a discriminação social tende a desvalorizar o ser discriminado, isto impulsiona (implicitamente) o valor do “eu” e do “meu grupo”, assim como “minha identidade social” em detrimento de quem está sendo discriminado.
- e) Discriminação como fixação – Quando discriminamos alguém, não o tratamos como uma pessoa individual com estados e atividades em mudança, mas como um ser humano fixo em uma categoria ou como um membro típico de um grupo. Assim, o discriminador forma um comportamento típico, ou seja, altamente previsível do alvo. Na discriminação como fixação, o discriminador constrói o estereótipo e, com isso, forma uma maneira fixa de proceder diante dessas categorias (por exemplo, gays, mulheres, judeus, terroristas, travestis, negros, etc.) na extensão da negação do outro.

Como demonstrado, separação, distanciamento, acentuação, avaliação e fixação caracterizam atos de discriminação social. Além disso, fatores humanos sociais, mentais e linguísticos acompanham esse processo. Neste sentido, Graumann e Wintermantel (1989, p. 193) questionaram quais são os pré-requisitos para se entender a existência de atos discriminatórios. Como resposta, eles elaboraram um quadro geral de características sociais, mentais e linguísticas da discriminação social (tabela 1).

Tabela 1 - Características sociais, mentais e linguísticas da discriminação social

Função social	Processos cognitivo-emocionais	Manifestação linguística	Exemplos de discriminação explícita*
Separação	Diferenciação/ Categorização	Nomeação diferenciada	“Nós/Eles”
Distanciamento	Dicotomias Foco nas diferenças sociais	Categorização semântica	Ênfase na diferença de papéis sociais, no discurso do presidente Michel Temer em 08 de março de 2017: “E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada

			formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher" ¹³ .
Acentuação	Exagerar nas diferenças; Acentuar a polarização	Discurso enfático; Mostrar contrastes	“Guerra ao Terror” Se na concepção do termo terrorismo subentende-se que a guerra já está instaurada, significa lançar mais guerra em tudo o que representa o terrorismo.
Degradação	Avaliação negativa de questões sobre a categoria social (preconceitos)	Discurso depreciativo e pejorativo; Ridicularização.	Sobre características físicas: tipo de cabelo, rosto, corpo e estatura. Sobre características de um grupo social: religioso, étnico, etc.
Fixação	Estereótipos	Marcação	Terrorista islâmico, insurgente talibã.
Atribuição	Atribuição categórica de características negativas	Categorização genérica por adjetivos	Preguiçoso, mentiroso, temperamental, louco, malandro.
Tipificação	Categorização de um padrão	Categorização genérica por substantivos	Desde frases populares “Mulher no volante perigo constante” ao uso de termos como “sapatão”.

*Os exemplos foram adaptados pela autora.
Fonte: Graumann e Wintermantel (1989, p. 194).

Na discriminação social, identifica-se processos cognitivo-emocionais que corroboram com casos extremos que levam a deslegitimação de indivíduos. Os processos cognitivo-emocionais podem ser exemplificados por manifestações linguísticas¹⁴ que são usadas para verbalizar esses processos de deslegitimação. A deslegitimação representa a ocorrência de casos extremos de preconceitos, estereótipos e discriminação. Este fator tem sido descrito pelos psicólogos sociais como um processo psicológico que abrange princípios de categorização negativa de grupos.

A deslegitimação é definida como a categorização de grupos em categorias sociais extremamente negativas, excluídas de grupos humanos e que são consideradas atuando dentro dos limites das normas e/ou valores aceitáveis por um determinado grupo ou indivíduo. A deslegitimação pode ser compreendida como uma negação da humanidade do grupo categorizado. (BAR-TAL, 1989, p. 170).

¹³ Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher - Brasília/DF. 8 de março de 2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df> Acesso em: 5 de julho de 2017.

¹⁴ Formas de agir perante o outro, como o próprio ato do discurso e o uso de meios de divulgação em massa.

É neste fundamento extremo de negação da humanidade que a deslegitimação pode ser concebida como uma tipologia da desumanização. Acrescento as características específicas da deslegitimação identificadas por Bar-Tal (1989, p. 171) para visualizarmos esse processo:

a) *Tendência a categorização extremamente negativa.*

O autor traz exemplos do uso dos termos: agressores, inimigos, terroristas e selvagens, que afirmam um processo de deslegitimação pelo uso de atribuições extremamente negativas.

b) *Exclusão permanente do grupo deslegitimado da sociedade.*

Neste caso, o grupo deslegitimado é posto em categorias que são normalmente rejeitas pelas normas e valores sociais da comunidade.

c) *Formulação de um componente eficaz negativo extremamente intenso.*

Dentre outros fatores, a intensidade de emoções negativas entre os grupos deriva do conteúdo extremamente negativo atribuído aos deslegitimados.

d) *Apoio à deslegitimação com o estabelecimento de normas institucionalizadas.*

Normas sociais institucionalizadas fortalecem processos de deslegitimação.

e) *Implicações de ameaça do grupo deslegitimado.*

Neste aspecto, a deslegitimação implica também em comportamentos negativos de parte do grupo deslegitimado que pode se tornar também deslegitimador em relação a outros grupos ou conduzir reações negativas ao grupo opressor.

f) *Prescrição de comportamentos extremamente negativos em relação aos grupos deslegitimados.*

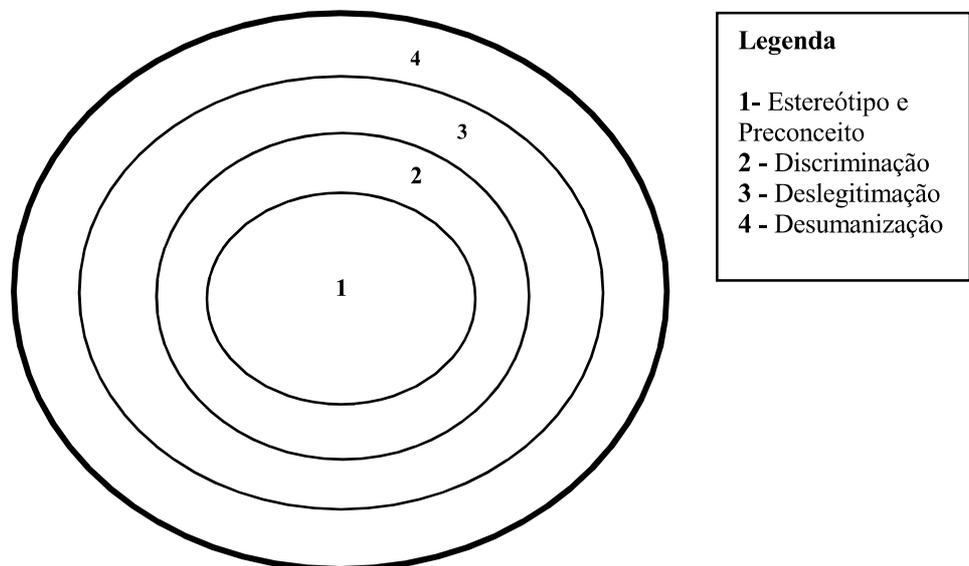
A negação da humanidade é mais visível nesta característica à medida que não é dado tratamento humano ao grupo deslegitimado. O grupo ou o indivíduo é posto em uma categoria que pode ser atribuído um tratamento extremamente negativo, permitindo-se, por exemplo, a escravidão e o extermínio.

Na forma de desumanização pela deslegitimação são negados atributos da singularidade humana. O ser humano quando comparado a animais ou objetos inanimados é estereotipado. Contudo, quando a construção do estereótipo visa negar ou distorcer características do indivíduo e, como consequência, isso pode causar a negação de sua humanidade, o indivíduo foi então deslegitimado e, portanto, desumanizado pela transfiguração de si mesmo em algo contrário à sua natureza. Do mesmo modo, podemos visualizar o uso de preconceitos que tendem a degradar ou subjugar o ser humano, ocorrendo, assim, casos de discriminação que atingem a legitimidade do Ser individual e

fundamentam a desumanização. Este processo pode ocorrer em qualquer contexto das relações intergrupais: internacional, inter-religiosa, interétnica ou intercultural. Na maioria dos estudos na área, a deslegitimação aponta para o conflito entre grupos, embora nem todos os conflitos sejam necessariamente acompanhados de deslegitimação (BARTAL, 1989, p. 179), mas por outros componentes como desindividualização e objetificação.

Realizei a apresentação dos conceitos para mostrar que em casos extremos, as categorias de estereótipo e preconceito somatizam formas de discriminação que tendem a deslegitimação de indivíduos. Como demonstrado, a deslegitimação assume a forma de desumanização. Elaborei uma figura (5) que insere a desumanização neste contexto em duas vias: Primeiro, mostrar seu caráter de abrangência, como fenômeno presente em diversos atos humanos; Segundo, mostrar que os próprios atos humanos, como a construção de estereótipos, preconceitos e o acometimento de discriminação em suas variadas formas de deslegitimação compreendem em seu arcabouço teórico subcategorias de desumanização.

Figura 5 – Composição de categorias que promovem a Desumanização na escala de Deslegitimação



Fonte: Elaboração própria com base na interpretação das categorias abordadas.

Podemos visualizar os atos humanos em sua condição de agir e reagir a fatores externos construtiva ou destrutivamente. É nesta condição ou possibilidade humana de ação e reação que se compõe o ser humano e suas relações. A desumanização se situa nesta linha tênue de ações e reações humanas que tomam forma diante de atos de preconceito e

criação de estereótipos, objetificação, discriminação, deslegitimação e de tantas outras nomenclaturas que categorizam atos desumanos. A figura 5 tem a finalidade de expressar que os atos humanos, quando desumanos, conduzem indistintamente a desumanização. Através de elipses em que cada categoria assume um processo desumanizador que pode evoluir para as demais categorias. A desumanização engloba estas categorias, enquanto categoria de extrema negação do que compõe o ser humano. Dada negação de características da singularidade humana, tem-se a subversão do humano, concebida como forma animalista de desumanização.

Esta explanação nos ajuda a compreender a desumanização presente nas relações humanas no Afeganistão, de modo a demonstrar o paradoxo que se concebeu diante de relações humanas destrutivas.

CAPÍTULO 2

A DESUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES HUMANAS NO AFGANISTÃO

SER HUMANO detido, subordinado, prisioneiro, explorado, domesticado, amarrado, curvado a mim.

Não há mais o HUMANO, há apenas o SER que quase nada representa.

Objeto, animal, antinatural, coisifiquei. Matei o SER, desumanizei.

Já te dei a sentença, tornas-te NÃO HUMANO.

Tornas-te sem direitos, sem voz, sem representação, sem ser, sem humano, sem humanização.

És menos que nada, desumanizei a ti.
Tornei-me o que fiz a ti, desumanizei a mim.

Deisiane C.V.S. Valdevino. 15 de Fevereiro de 2017.

O objetivo desta seção está em identificar elementos das relações humanas no Afeganistão que legitimam atos de desumanização. Nomeio de relações humanas visto que a desumanização engloba uma categoria de desumanidade em que cada indivíduo é visto como ser completo e as relações que se estabelecem entre os seres assumem esta categoria de humanidade ou desumanidade. Neste aspecto, demonstrarei elementos que caracterizam a desumanização sob aspectos da deslegitimação e da objetificação. Deste modo, pontua-se processos que caracterizam a desumanização nas relações humanas. Não há como englobar todos os aspectos da desumanização que se tornaram parte das relações humanas destrutivas. Por isso, a pesquisa se limita a pontuar alguns aspectos para o entendimento do fenômeno. Primeiro, demonstrarei a existência de conflitos étnicos e os processos que caracterizam a deslegitimação entre grupos étnicos. Segundo, demonstrarei as categorias de deslegitimação e de objetificação no contexto das limitações impostas às mulheres afegãs.

Ao contextualizar processos de deslegitimação e de objetificação, destacarei a desumanização na guerra e sua contribuição para as relações humanas destrutivas, exemplificada pelo protagonismo do Talibã no Afeganistão. Se atos desumanizantes que constituem uma sociedade se fortalecem nas guerras, é diante de uma invasão ou intervenção que a desumanização se acentua, assumindo contradições que tornam atos desumanos concebidos como dignos de serem cometidos. É nesta compreensão que se configura o paradoxo, permeado por questões que se opõem à humanidade do outro.

2.1 Os conflitos étnicos

Pesquisadores compartilham do ponto de vista de que os grupos étnicos no Afeganistão existiram desde tempos imemoriais¹⁵, pois a existência da diversidade étnica é de tempo indefinido, sendo esta uma característica secular no Afeganistão. De maneira geral, o questionamento que os autores compartilham é o de compreender em que medida a etnia é uma forma de representação real da população, que se torna uma ferramenta política capaz de mobilizar tensões étnicas. Isto nos conduz a outra questão: por que determinados grupos étnicos chegaram a ter relevância política e militar em detrimento de outros? De acordo com Schetter (2005, p. 3; 7), a etnia se tornou uma força político-militar no Afeganistão, ou seja, tornou-se a base de articulação político-militar e de organização social que favorece a permanência dos conflitos étnicos. A partir deste princípio, esta seção discorre sobre a contribuição do fator étnico nos conflitos e, para exemplificar um caso de desumanização a um grupo étnico, faz-se referência a atos desumanizantes cometidos contra os *hazaras*.

O termo grupo étnico foi atribuído aos povos do Afeganistão pelo antropólogo francês Dolot (1937, p. 43 apud SCHETTER, 2005, p. 4), que em seus estudos, nomeou os habitantes do Afeganistão em categorias étnicas. Outras taxonomias de grupos étnicos foram desenvolvidas ao longo do século XX, sendo provável considerar como Schetter (2005, p. 5), que é impossível calcular quantas categorias étnicas existem no Afeganistão e quão grandes elas são. Pesquisadores têm opiniões contrárias sobre a categorização dos grupos étnicos no Afeganistão. Segundo Shahrani (1986, p. 26; 29), os grupos étnicos são unidades culturais sólidas que foram divididas por fronteiras e estão envolvidas em conflitos há anos. Schetter (2003, p. 2) argumenta que a maioria dos grupos étnicos no Afeganistão foram moldados ou mesmo “criados” no decorrer do século XX e ainda assim, não são as únicas referências da identidade do Estado afegão¹⁶. Como citou Schetter (2003, p. 6-7), as principais dificuldades de categorização de grupos étnicos no Afeganistão ainda são:

(1) Os segmentos da população que foram divididos em categorias étnicas são mesmo ainda hoje, nem sequer familiarizados com tais rótulos étnicos, muito menos cientes de uma identidade. Ismail Khan, um líder regional, é considerado um tadjique, um pashtun ou um farsiwan¹⁷. Ele próprio se recusa a ser atribuído a um determinado grupo étnico.

¹⁵Abraham (2013), Barfield (2010), Dupree (2010), Kaufman (2011), Rais (1999), Schetter (2003, 2005).

¹⁶Schetter (2003, p. 3) exemplifica com uma pesquisa alemã que concluiu a existência de cerca de 54 grupos étnicos (ORYWAL, 1986).

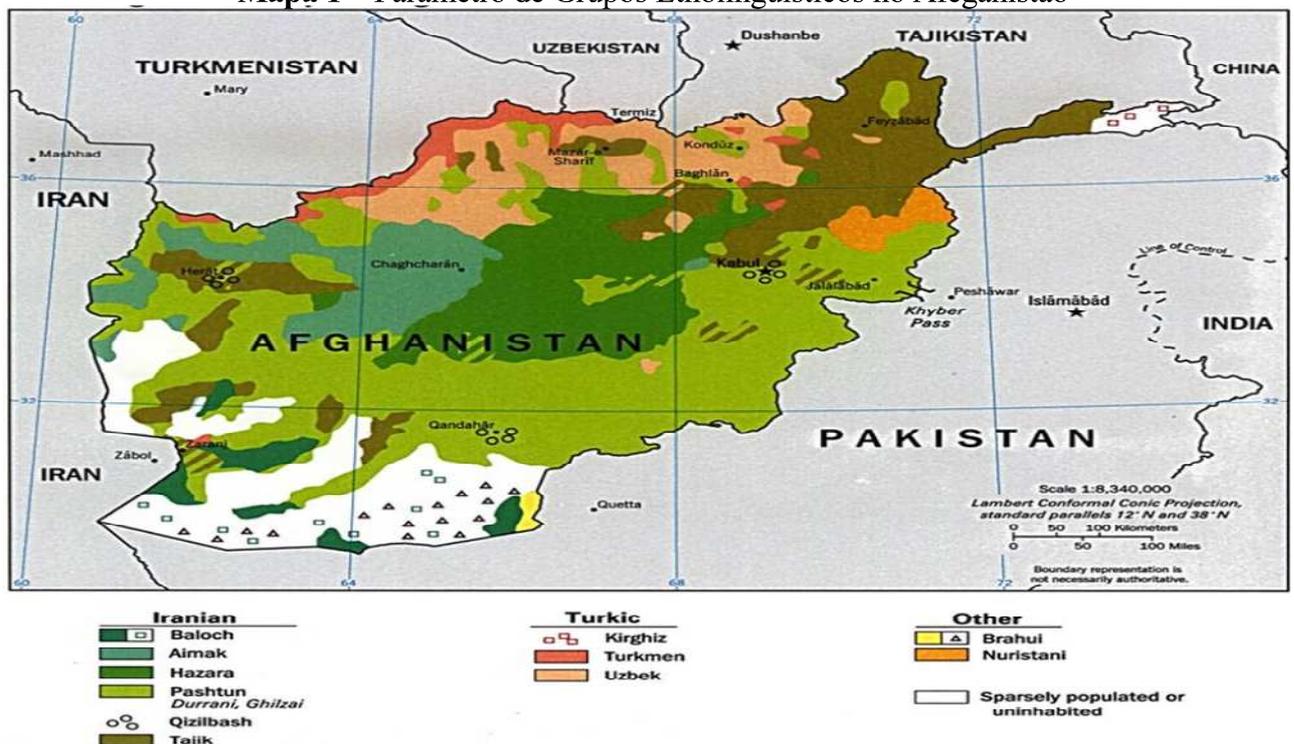
¹⁷Farsiwan é um grupo de pessoas no oeste do Afeganistão que falam a língua persa. Farsiwan não é estritamente um grupo étnico, mas é composto de dois grupos étnicos diferentes, os tadjiques e os pashtuns.

(2) Os critérios estabelecidos por antropólogos não correspondem à realidade do comportamento social. Por exemplo, aqueles que sustentam que os pashtuns falam pashtun e são muçulmanos sunitas estão em grave erro, uma vez que existem também pashtuns xiitas na região de Kandahar e pashtuns de Cabul que muitas vezes não falam uma palavra de pashtun. Um bom exemplo do mencionado é o ex-rei Zahir Shah.

(3) As dificuldades com a diferenciação estão sendo agravadas pelo fato de que muitos afegãos em diferentes situações afirmam ser de etnia diferente. O ex-presidente afegão Babrak Karmal costumava enfatizar sua origem pashtun, enquanto muitos afegãos o consideravam um tadjique ou um imigrante da Caxemira.

Diferentes abordagens de pesquisadores resultam em diferentes formas de categorização étnica ou de não categorizações como em Schetter (2003). Em nosso estudo, a exposição dos grupos étnicos reflete apenas parâmetros. Consciente de que na realidade, as fronteiras das cidades se modificaram e os povos se miscigenaram, reafirmando ou construindo identidades, pois o Afeganistão não é uma “unidade étnica autônoma”, nem a sua cultura nacional é “uniforme” (DUPREE, 2010, p. 57). Realizo uma breve exposição dos grupos étnicos *pashtuns*, *tadjiques*, *hazaras*, *aimaques*, *nuristanis*, *sayyids*, *turcomanos* e *baluchis* (mapa 1) para auxiliar o presente estudo.

Mapa 1 – Parâmetro de Grupos Etnolinguísticos no Afeganistão



Nota: Os grupos estão definidos por falantes derivados da língua persa (*baluchi*, *aimaque*, *hazara*, *pashtun*, *qizilbash* e *tadjique*), da língua turca (*quirguiz*, *turcomanos* e *uzbeques*) e outros grupos etnolinguísticos (*brahui* e *nuristanis*). Em branco estão as áreas pouco povoadas ou inabitadas.

Fonte: CASTENADA, Perry. Map Library at the University of Texas. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/afghanistan.html> Acesso em: 20 de set. 2016.

A palavra “*afghan*” historicamente tem sido usada para designar os membros de um determinado grupo étnico, os pashtuns. Caroe (1965, p. 13) em seu trabalho “*Who is an Afghan?*”, demonstrou três formas diferentes de declarar quem são os afegãos:

- (1) Faz-se referência às cinco tribos pashtuns que vivem dentro e ao redor do Vale de Peshawar. Os descendentes dessas tribos são tidos como “verdadeiros” afegãos por causa dos mitos em torno de sua genealogia;
- (2) Também se referem a todas as tribos que se denominam pashtuns;
- (3) O nome significa qualquer um que vive no Estado constituído do Afeganistão, sendo esta denominação adotada principalmente por estrangeiros.

Considera-se que o Estado afegão foi formado pela expansão política de tribos *pashtuns* no século XVIII, mas não esteve unificado até o final do século XIX, pois a rivalidade entre os grupos étnicos suscitava o domínio de determinadas regiões do país (EMBER, 2001, p. 1). Povos de língua e origem persa (*tadjiques* ou *tajiques*, *hazaras* e *aimaques*) e de língua e origem turca (*uzbeques*, *turcomanos* e *quirguizes*) foram incorporados ao Estado afegão. Além destes, há os descendentes de iranianos e indianos, os *nuristanis* da província de Nur, que se instalaram na região leste do país.

Estima-se que os *pashtuns* se concentraram nas regiões Sudeste, Sul, Oeste e partes do Norte. Os *tadjiques* se fixaram no Nordeste, Noroeste e em centros urbanos. Os *hazaras* são encontrados em Cabul e Mazar-e Sharif. Os *uzbeques* ocuparam o Norte. Há grupos *aimaques* (sunitas descendentes do Irã) no Noroeste, *turcomanos* ao longo da fronteira com o Turcomenistão, *baluchis* no Sudoeste, *nuristanis* e *pashays* no Nordeste de Cabul (EMBER, 2001, p. 1).

Os *pashtuns* acreditam que tem um antepassado em comum com Qais Abdur Rashid (575-661 a.C.), o pai fundador da nação *pashtun*¹⁸. A linhagem *pashtun* faz referência aos filhos de *Qais* e seus nomes de família: *Abdali* (conhecido como *Durrani*), *Gharghasht* (ou *Gurghusht*), *Karlanri* e *Ghilzai*¹⁹. Neste sentido, Barfield (2010, p. 25) categoriza os grupos de descendência *pashtun* em quatro grandes componentes: *Durrani*, *Ghilzais*, *Gurghusht* e *Karlanri*.

Os descendentes dos *Durrani* se localizaram no sul e sudoeste do Afeganistão e seus principais componentes tribais foram divididos em *Zirak* (povos *Popalzai*, *Alikozai*, *Barakzai* e *Achakzai*) e *Panjpao* (povos *Nurzai*, *Alizai* e *Isaqzai*); outros povos de descendência *pashtun* se instalaram em Peshawar, como os *Yusefzai*, *Shinwari* e *Mohammed*. Há *pashtuns* que residem no lado paquistanês da fronteira noroeste e nas áreas setentrionais do Baluchistão²⁰. Os *Ghilzais* são o maior grupo de *pashtun* no Afeganistão e incluem tribos como os *Hotaki*, *Tokhi*, *Kharoti*, *Nasiri*, *Taraki*, *Sulaiman Khel* e *Ahmadzai*. Os *Gurghusht* incluem tribos como *Kakar* e *Musa Khel* (na fronteira com o

¹⁸Norwegian Afghanistan Committee, 2016, online. Disponível em: http://www.afghanistan.no/English/Afghanistan/Ethnic_groups/index.html Acesso em: 10 de out. 2016.

¹⁹ Id.

²⁰ Região árida localizada no Planalto Iraniano, no Sudoeste e no Sul da Ásia, dividida entre Irã, Paquistão e Afeganistão.

Baluchistão) e *Safi* (na região de Kunar). Os *Karlanri* convivem na fronteira noroeste do Afeganistão e seus componentes tribais incluem os *Wardak*, *Orakzai*, *Afridi*, *Wazir*, *Jaji*, *Tani*, *Khattak*, *Zadran*, *Mangal*, *Mahsud* e *Khugiani*. (BARFIELD, 2010, p. 25).

De origem iraniana da Ásia Central, os *tadjiques* formam o segundo maior grupo étnico do Afeganistão²¹. Geralmente são definidos como muçulmanos sunitas não tribais de língua persa e tradicionalmente constituíam a maioria dos moradores urbanos em Cabul, Herat e Mazar-e Sharif, com parte de sua população nas montanhas do nordeste do país (BARFIELD, 2010, p. 25). Os *tadjiques* viveram também no vale do Panjsher e nas províncias do Norte e Nordeste de Parwan, Takhar, Badakhshan, Baghlan, Samangan²². Os *tadjiques* muçulmanos xiitas são encontrados no Oeste, na cidade de Herat e em Cabul (JAWAD, 1992, p. 11).

Xiita é um ramo do islamismo denominado de “partidários de Mohammed Ali”, sendo este considerado pelos xiitas o sucessor legítimo do profeta Maomé. A princípio, as divergências com os sunitas se pautaram nas questões políticas e ideológicas. A palavra sunita vem de *Ahl al-Sunna*, ou “as pessoas da tradição”. A tradição, neste caso, refere-se a práticas baseadas em relatos das ações do profeta Maomé. Os sunitas adotam a Suna – livro que conta a trajetória do profeta Maomé – como referencial na resolução das questões não esclarecidas pelo Alcorão. Estima-se que entre 85% e 90% dos muçulmanos são sunitas²³.

Os *sayyids* são os descendentes do profeta Maomé e especificamente no Afeganistão, o nome também é aplicado para curandeiros e homens santos (ADAMEC, 2003, p. 339). As comunidades de *sayyids* existem na província do Kunar e em Hazarajat. Por sua vez, o grupo étnico dos *turcomanos* costuma viver ao longo da fronteira noroeste do Afeganistão com o Turcomenistão (adjacente às províncias afegãs de Herat, Badghis, Faryab e Jowzjan) e costumam trabalhar como agricultores seminômades, comerciantes e artesãos²⁴. Considera-se que os *turcomanos* e os *uzbeques* se tornaram politicamente dominantes na região desde cerca de 950 d.C. (BARFIELD, 2010, p. 27).

Os *hazaras* eram originalmente muçulmanos sunitas até o século XVI, quando muitos se converteram ao xiismo sob a Dinastia Safavid²⁵ do Irã (ADAMEC, 2003, p.

²¹Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Disponível em: <http://countrystudies.us/afghanistan/39.htm> Acesso em: 10 out. 2016.

²²Id.

²³ Disponível: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab Acesso em: 1 de junho de 2017.

²⁴ Central Asian Cultural Intelligence for Military Operations. Turkmen in Afghanistan. Disponível em: <https://info.publicintellgence.net/MCIA-AfghanCultures/Turkmen.pdf> Acesso em: 15 de out. 2016.

²⁵ Dinastia xiita iraniana que governou a Pérsia de 1501 a 1722, Metz (1989, p. 313).

155), tornando-se muçulmanos xiitas. O grupo étnico dos *hazaras* se divide nas seguintes denominações: *Dai Kundi*, *Dai Zangi*, *Behsud*, *Dai Mirdad*, *Ghazni Hazara*, *Jaghuri*, *Polada*, *Oruzgani*, *Shaikh Ali*, *Walang (Olang)* e *Kala Nau Hazara* (ADAMEC, 2003, p. 155).

Os *hazaras* estão localizados em Hazarajat, área no planalto central do Afeganistão que eles controlam desde o final do século XIX. Tem sua origem na região da Ásia Central e alegam ser descendentes do exército mongol que invadiu o Afeganistão no século XIII sob o comando de Genghis Khan. Historicamente, os *hazaras* têm sido vítimas de discriminação e perseguição por outros grupos étnicos por questões religiosas e raciais. Diante dos conflitos, coube aos *hazaras* a exclusão de posições de trabalho nos setores do governo e em diversos outros aspectos da sociedade como educação e direitos. Mais tarde, o regime Talibã foi brutal em sua perseguição aos *hazaras* e muitos migraram para áreas de Cabul, Herat e Mazar-e Sharif²⁶.

Os *hazaras* historicamente são os mais pobres e mais marginalizados dentre as comunidades étnicas do Afeganistão pela discriminação de longa data que os colocou em uma situação econômica e social inferior (RAIS, 2009, p. 32-3). Ao longo dos conflitos do século XX, os *hazaras* e outros grupos minoritários emergiram das guerras conscientes de exercer um papel mais atuante na sociedade afegã, como os *aimaques*, *nuristanis* e *baluchis*.

Os *aimaques*, grupo composto por muçulmanos sunitas, incluem os *jamshidis*, *firuzkuhis*, *taimanis* e *hazaras sunitas de Qala-i Nau* (ADAMEC, 2003, p. 22). As tribos são seminômades e habitam principalmente Herat, Ghor e Badghis. Por outro lado, os *nuristanis* tradicionalmente residem no Leste entre as tribos *pashtun* de Kunar, no Kalash no Paquistão e entre os *tadjiques* de Badakhshan no Norte do Afeganistão. No entanto, o Amir Abdul Rahman nomeou de Nuristão (“A terra da luz”) uma parte central do vale do Hindu Kush em 1897 e proclamou a islamização dos *nuristanis* (JAWAD, 1992, p. 12).

Uma das minorias étnicas do Afeganistão, os *baluchis* residem nas terras pastorais do Sudoeste e Sul do Afeganistão e nas regiões de Nimruz, Helmand, Farah, Herat, Fariab, Jozjan, Kunduz e Badakhshan (ADAMEC, 2003, p. 55). Praticantes do islamismo sunita, os *baluchis* se dividem entre três países - Paquistão, Irã e Afeganistão - e reivindicam a autonomia do Baluchistão²⁷ desde a década de 1970.

Tadjiques, *uzbeques*, *hazaras*, *sayyids*, *aimaques*, *baluchis* e outras minorias étnicas viram a construção da identidade nacional baseada na etnia *pashtun*. Os *pashtuns* constituem os membros mais influentes historicamente e politicamente ativos na elite do Afeganistão. O acesso a poder e recursos foi limitado à dominação dos *pashtuns*, o que

²⁶Norwegian Afghanistan Committee, 2016, online. Disponível em: http://www.afghanistan.no/English/Afghanistan/Ethnic_groups/index.html Acesso em: 10 de out. 2016.

²⁷ Atualmente é a maior província do Paquistão.

promoveu uma exclusão das particularidades étnicas na formação de uma identidade nacional afegã (RAIS, 2009, p. 36). Todavia, a diversidade do grupo étnico pashtun demonstra o quão é contraditória tal sobreposição de etnias.

Nenhum dos principais grupos étnicos é homogêneo em sua composição interna ou em sua estrutura social. Os *pashtuns*, por exemplo, têm um grande número de tribos e subgrupos com os quais se identificam. Muitas vezes não é a categoria étnica, mas o seu lugar de residência que constitui a base para a identidade de uma pessoa no Afeganistão. A identidade é compreendida como uma concepção de múltiplas camadas no Afeganistão, na qual uma pessoa pode ser um afegão *pashtun*, *gilzai* e *ghaznavi*, dependendo das circunstâncias e do contexto social dentro do qual ele está expressando sua identidade (RAIS, 2009, p. 32-4).

A etnia se tornou o modelo dominante entre os afegãos para julgar as questões políticas²⁸. Isto implica dizer que decisões políticas, posições oficiais do governo e ações militares têm sido interpretadas pelos afegãos no contexto das diferenças étnicas. Se visualizarmos sua história, todos os reis que se estabeleceram no poder provêm do grupo dos *pashtuns* (RAIS, 1999, p. 2) sendo assim, demandas e aspirações dos vários grupos minoritários continuam sob o controle político *pashtun*. A rivalidade histórica entre as tribos *pashtuns* tem frequentemente subjugado outras etnias (ABRAHAM, 2013, p. 76).

Se os grupos étnicos fazem parte das percepções dos indivíduos, no qual se formam os padrões de interações que influenciam a identidade de uma nação (KAUFMAN, 2011, p. 91-2), no Afeganistão, a noção de identidade nacional é forjada pela sobreposição da etnia pashtun sobre as outras. Tal questão suscita a desumanização empregada na própria estrutura política do Estado afegão, no qual as diferenças étnicas possibilitam discursos e práticas desumanizantes. Atos de genocídio, limpeza étnica e violência entre as etnias têm sido comuns nas relações humanas no Afeganistão (MAZHAR et al., 2012, p. 106).

Se analisarmos o Afeganistão pós-Guerra Fria, verificamos que a retirada das tropas soviéticas inaugurou uma nova fase do conflito, um período de guerra civil entre os diversos grupos. A guerra civil afegã tem raízes na polarização política, ideológica e étnica que a invasão soviética causou. A guerra civil afegã acumulou elementos como sectarismo, extremismo religioso e intervenção externa que juntos formam o que Rais (1999, p. 1) chamou de mistura mortal. Com isso, diferenças étnicas foram um dos fatores do recrudescimento de conflitos violentos que concentram duas lutas opostas: a primeira para os *pashtuns* restabelecerem seu domínio político e ideológico e, a segunda, a luta

²⁸ Ver. *International Crisis Group*. Afghanistan: The Problem of Pashtun Alienation. Asia Report. Disponível em: http://www.crisisweb.org/library/documents/report_archive/A401078_05082003.pdf. 17 August 2004. Acesso em: 2 de junho de 2017.

das minorias *hazara*, *tadjique* e *uzbeque* para obter representação política e autonomia de suas áreas de influência (RAIS, 1999, p. 2).

A política soviética no Afeganistão de divisão e domínio fez reunir forças de resistência contra a invasão. A retirada soviética possibilitou a formação de milícias locais para garantir a territorialidade dos grupos étnicos. Deste modo, os grupos étnicos reforçaram suas capacidades militares para manter seus territórios e sua autonomia local. À medida que as milícias locais realizam atos desumanizantes para com os outros grupos étnicos e os julgam (nos tribunais de justiça locais) de acordo com suas próprias crenças, o fator étnico tornou-se significado de divisão (ideológica, política e social), consequente da pronunciada discriminação pashtun contra outras etnias. Etnia e poder político se correlacionam no Afeganistão e compõem os fatores da desumanização nas relações humanas.

Nagel e Olzak (1982, p. 127-43) estudaram as abordagens étnicas sobre os conflitos no Afeganistão e observaram o declínio de poder político da etnia pashtun à medida que outros grupos étnicos se organizavam para desempenhar sua representação política. Assim sendo, como citou Haq (1995, p. 990), “a identidade étnica estava se tornando politizada”. Alguns fatores determinam este princípio de declínio do poder político da etnia pashtun, segundo Mazhar (2012, p. 105): Cabul tem sido disputada pelas minorias étnicas; há desintegração e choque de interesses de membros da etnia *pashtun*; há desengajamento entre os partidos *pashtun* e a população a nível de base que segue os valores locais. O fortalecimento das minorias étnicas, com a politização e formação de milícias desencadearam atos de violência que contribuíram para a complexidade da guerra.

Doravante a complexidade da guerra, o que vem ocorrendo após o 11 de setembro é que o atual cenário de conflitos no Afeganistão pode ser analisado como um momento histórico de possível mudança na tradicional dominância política *pashtun*. As minorias étnicas têm desempenhado um papel atuante junto as forças internacionais de operações, o que significa, para alguns autores, que as minorias não-*pashtun* são mais poderosas politicamente hoje do que antes²⁹.

As questões étnicas podem ser a causa e/ou a justificativa de atos de desumanização. Neste estudo, denomina-se os conflitos étnicos como causa e justificativa simultaneamente, assumindo, assim, um paradoxo da desumanização nas relações étnicas. Por vezes, as questões étnico-religiosas podem ser a causa de atos de desumanização. Como por exemplo, a violência entre muçulmanos sunitas e xiitas:

²⁹ Mazhar et al. (2012), Rais (2002), Saikal (2012), Schetter (2005), Simonsen (2004).

Durante uma manifestação de *hazaras* xiitas em Cabul, na praça Deh Mazang em 23 de julho de 2016, três homens-bomba realizam um ataque suicida de autoria do Estado Islâmico que deixou 80 mortos e mais de 240 feridos.³⁰ Neste caso, a causa foi a luta sectária entre sunitas e xiitas³¹, dois ramos do Islã que vem aprofundando polaridades religiosas e divergências étnicas, sendo causa de atos desumanizantes. Outra ocorrência se deu em 12 de outubro de 2016, quando na celebração de Ashura (principal feriado religioso xiita) houve dois ataques contra as mesquitas de *Karte Saji* e *Karte Shar* em Cabul, deixando 17 pessoas mortas e 62 pessoas feridas, incluindo mulheres e crianças³². Por outro lado, as relações étnicas também servem para justificar atos de desumanização que são causados pelo acometimento de outras questões conflituosas: por exemplo, nas disputas territoriais. Deste modo, os conflitos étnicos podem ser causa e justificativa de atos desumanizantes. Dada constatação sobre a contribuição étnica nos conflitos, seguimos para a seção da desumanidade empregada aos *hazaras* para exemplificar de que modo as diferenças étnicas contribuem para a desumanização de um determinado grupo.

2.1.1 A deslegitimação dos *hazaras*

A referência mais conhecida aos *hazaras* é do best-seller o Caçador de Pipas (*Kite Runner*). Um dia, o protagonista Amir, que tem um amigo *hazara*, Hassan, leva um livro sobre a história do Afeganistão para a escola. Depois de apontar um capítulo sobre os *hazaras* para o seu professor, ele passou por algumas páginas, riu e entregou o livro de volta, dizendo: “Essa é a única coisa que os xiitas fazem bem, disse ele, pegando seus papéis, posando de mártires. O professor enrugou o nariz quando disse a palavra xiita, como se fosse algum tipo de doença” (HOSSEINI, 2005, p. 10). Esta passagem do livro expressa o fardo do papel social atribuído aos *hazaras* no Afeganistão. Os *hazaras* têm sido historicamente alvos de flagrantes atos de desumanização, mas de que modo os *hazaras* têm sido deslegitimados? O questionamento nos possibilita visualizar este cenário de violência étnica.

³⁰Estado Islâmico mata mais de 80 pessoas durante manifestação em Cabul. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/07/23/mundo/noticia/estado-islamico-mata-mais-de-80-pessoas-durante-manifestacao-em-cabul-1739226> Acesso em: 20 de maio de 2017.

³¹ Em países governados por sunitas, xiitas tendem a representar os setores mais pobres da sociedade e são vítimas de discriminação e opressão. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab Acesso em: 20 de maio de 2017.

³² Principal feriado xiita é marcado por atentados no Afeganistão. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/principal-feriado-xiita-marcado-por-atentados-no-afeganistao-20276648> Acesso em: 20 de maio de 2017.

O Afeganistão é considerado um país de minorias (SAIKAL, 2012, p. 80), no qual as identidades dos membros são formadas por associações tribais e locais (de mesma etnia e religião), associações nacionais (busca de poder político e militar) e associações transfronteiriças com os países vizinhos, principalmente o Paquistão. Neste cenário, coube aos *hazaras* o trabalho de uma classe servidora que representa 10% da população do país, o que significa cerca de 2,5 a 3 milhões de pessoas (SAIKAL, 2012, p. 81). Para subsistência, os *hazaras* realizavam trabalhos domésticos e trabalhos manuais básicos, frequentemente empregados de membros de outras etnias, principalmente os *pashtuns*, que subjugavam os *hazaras*. Ser considerado uma classe de servidão os colocava em uma posição vulnerável, de violações e maus tratos que podiam levar ao extermínio.

Os *hazaras* foram objeto de discriminação, perseguição e exploração pelas elites governantes afegãs e seus apoiadores. Os *hazaras* enfrentaram muitas guerras e deslocamentos e foram submetidos a sofrimentos terríveis especialmente durante o reinado do “Amir de ferro” afegão, Abdul Rahman Khan de 1880 a 1901 (MOUSAVI, 1997, p. 50).

Os *hazaras* estão ligados cultural e religiosamente ao Irã³³. Além disso, os *hazaras* são considerados descendentes dos povos da Mongólia e de Ghengis Khan. Este fato foi usado para justificar atos de discriminação e estereotipização de sua etnia. Ao longo da história étnica dos povos no Afeganistão, os *hazaras* foram estereotipados pelo seu tipo físico, pela religião que praticam (muçulmanos xiitas) e pela desqualificação social nos níveis de trabalho a eles atribuídos. Além disso, atos de preconceito também são designados a etnia *hazara*.

Apesar da concepção de preconceito ter a conotação de inferiorizar o outro, esta ação pode variar de moderada a extremamente negativa e degradante, ocorrendo, então, a deslegitimação. É nesta dimensão étnica do preconceito que encontramos a deslegitimação. Soma-se a isto, a construção e a reafirmação de estereótipos sociais para as pessoas da etnia *hazara*. Os *hazaras* sofreram discriminação ao longo de todo o período de dominação política *pashtun*, com o apoio ocasional dos líderes *uzbeques* e *tadjiques* que denunciavam os *hazaras* como falsos muçulmanos, devido à sua fé xiita e a sua aproximação com os iranianos. A subjugação da etnia *hazara* desencadeou a emigração em grande escala para o Irã, Paquistão e Rússia.

Na década de 1970, sob a república de Mohammad Daoud (1973-1978) e sob a presença soviética no Afeganistão, as minorias étnicas se fortaleceram e assumiram posições profissionais melhores que em períodos anteriores da história. No entanto, após

³³ Quase todo o Irã é xiita. A maioria dos Hazara são muçulmanos xiitas, um pequeno número são sunitas. Central Asian Cultural Intelligence for Military Operations. Hazara in Afghanistan. Disponível em: <https://info.publicintellgence.net/MCIA-AfghanCultures/Hazara.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2017.

o período comunista, com a chegada do Talibã ao poder em 1994, os *hazaras* voltaram a ser alvo de violência e repressão. Embora os *hazaras* percebam que nem todos os *pashtuns* eram talibãs e nem todos os talibãs eram *pashtuns*, os abusos cometidos pelos talibãs contra os *hazaras* reavivou os ressentimentos em relação aos *pashtuns*³⁴. Os *hazaras* formaram grupos de resistência xiitas para atingir objetivos políticos, econômicos e sociais. Segundo Suhrke (2011) em *Life is getting better for oppressed Afghans*, os *hazaras* não são mais privados e explorados como costumavam ser, pois houve uma “considerável melhoria da condição da minoria *hazara*”. Suhrke citou como exemplo a Constituição de 2004 que dá aos tribunais o direito de aplicar a jurisprudência xiita em assuntos familiares envolvendo muçulmanos xiitas.

Entretanto, apesar de uma abertura étnica aos *hazaras* no governo e sua postura de organização política e de segurança (formação de milícias *hazaras*), este estudo compreende que o grupo étnico dos *hazaras* permanece com um dos mais desfavorecidos e oprimidos no Afeganistão. Se os *hazaras* não fossem mais tão oprimidos, privados de direitos e explorados como costumavam ser, não seriam a causa e a justificativa de tantos atentados contra sua etnia e seus costumes religiosos. Suhrke se utiliza do argumento para demonstrar que a ação militar internacional no Afeganistão pós-Talibã beneficiou as minorias étnicas. Na verdade, não se modificou o poder político e econômico de domínio da etnia *pashtun*³⁵. Atos de deslegitimação como ataques contra os *hazaras* permanecem frequentes e fundamentam a desumanização dos *hazaras* nas relações humanas entre as etnias no Afeganistão, sendo este apenas um fator de tantos outros dispersos e silenciados.

Em 2011, um ataque suicida contra os *hazaras* matou mais de 70 *hazaras*. Em 24 de fevereiro de 2015, 32 *hazaras* foram sequestrados e 31 ainda estão desaparecidos pelo Estado Islâmico. Em 15 de março de 2015, 10 *hazaras* foram sequestrados em Ghazni (Hazarajat), e um ainda está desaparecido depois que os outros foram libertados (...). Os *hazaras* são alvos de roubo e exploração nas estradas de Heart-Farah, a estrada principal em Hazarajat. Hazarajat é atualmente chamada de “a estrada da morte”. As famílias têm medo de viajar a trabalho e ir à escola em Cabul e não voltarem para casa (GIER, 2015, p.2-3).

Entrevistado pela *Associated Press* sobre a “estrada da morte”, Haji Ramazan Hussainzada, um importante líder *hazara*, declarou que os *hazaras* são tratados como cidadãos de terceira classe e subalternos onde vivem (GIER, 2015, p. 3). Frequentes atos de desumanização por deslegitimação são realizados com base na categorização negativa

³⁴ Id.

³⁵ Os *pashtuns* permanecem no governo com demandas políticas, militares e sociais com a colaboração da intervenção internacional no âmbito das decisões do Estado.

atribuída aos *hazaras*, na exclusão do grupo deslegitimado *hazara* e no comportamento negativo com relação a eles (ataques, roubos e assassinatos). Significar dizer que em diversos períodos da história do Afeganistão, os *hazaras* tiveram negada a sua singularidade humana. Neste sentido, a forma animalista de desumanização é exemplificada no contexto das relações étnicas afegãs, que se tornam desumanizantes à medida que determinados grupos étnicos infligem atos de preconceito, discriminação e estereótipo contra os *hazaras*, de modo a deslegitimá-los.

A subversão de aspectos da singularidade humana dos *hazaras* desencadeou atos de resistência como a formação de milícias locais e a busca de participação política, porém os atos de resistência se utilizam das mesmas ferramentas destrutivas utilizadas pelos que os desumanizam. O desumanizado também se torna desumanizador, assumindo um ciclo de violência cultural moldado por violações de humanidade que contribuem para a complexidade da desumanização. Apesar de suas limitações, este estudo dá luz à teia de violações de humanidade que constitui elementos da desumanização no Afeganistão.

2.2 A desumanização na guerra

A desumanização pode ser estudada sob o aspecto do uso da violência extrema e do comportamento desumano na guerra. A desumanização tem sido frequentemente proposta como um mecanismo que atenua ou mesmo elimina a preocupação moral sobre o comportamento cruel na guerra, no genocídio e em outras formas de violência extrema (LI et al., 2014, p. 285). Os estudos sobre desumanização se concentram em como ela permite abusos em meio ao conflito ou como ela molda as percepções de quem são os “outros” e os “inimigos”, e como diferenciá-los (LUNA, 2015, p. 18). Assim sendo, na perspectiva dos estudos de Psicologia Social, os sentimentos e percepções moldam o modo como as partes se percebem em um conflito.

As imagens negativas de um oponente são formadas para refletir sua natureza, traços ou motivos fundamentais que configuram o inimigo como mal (PRUITT; RUBIN, 1994, p. 103). Por exemplo, os adversários começam a atribuir traços negativos aos oponentes, o que os levam a tratar o adversário como um inimigo maligno, não digno de virtude moral ou mesmo atribuir características de animais de modo a constituir a imagem do inimigo. O estereótipo do inimigo formado e moldado pelas mais indignas percepções contrastam com a percepção de identidade do próprio grupo, concebido como o lado do bem. De acordo com Stein (1996, p. 94):

Uma imagem inimiga é um estereótipo negativo através do qual o grupo oposto é visto como mau, em contraste com o próprio lado, que é visto como bom. Tais imagens podem resultar de um desejo de identidade de grupo e uma necessidade de contrastar os atributos e virtudes distintivos do próprio grupo com os vícios do grupo “externo”.

A partir da imagem do inimigo formada, o estereótipo serve para perpetuar e intensificar o conflito, o que conseqüentemente contribui para a ocorrência de atos desumanos. Além disso, é comum a demonização do inimigo em períodos de guerra, tornando-os não dignos de tratamento humano. Exemplifico estes aspectos em um momento fatídico do cenário afegão de conflitos: o protagonismo Talibã.

2.2.1 A desumanização empregada pelo Talibã

Em diversos artigos estudados na pesquisa³⁶, analistas e acadêmicos retratam o Talibã como um grupo político-religioso que assume uma proposta de ofensiva islâmica contra o Ocidente. O termo talibã deriva da palavra *pashtun* que significa “estudante” e serviu de instrumento para implementar uma interpretação estrita da *Sharia*, a lei islâmica. Os talibãs se denominam como os verdadeiros guardiões de uma identidade nacional afegã, em que o passado e o presente estão entrelaçados em uma narrativa comum de libertação espiritual e política (BARRETO; RAQIB, 2014, p. 19). Segundo Lewis (2002, p. 158-9), há o compromisso de recuperar o passado glorioso através da restituição do islamismo no ápice da vida nacional. Dentre outras considerações, Razi (1990, p. 82) assevera que o apelo ao nacionalismo a partir do fundamentalismo religioso se dá como um reflexo da crise de dignidade, isto é, do senso de autoestima, honra e respeito para com outros indivíduos. De fato, o talibã no Afeganistão se fortaleceu na luta *mujahideen* – os combatentes da liberdade – que se reuniram na resistência contra a invasão soviética no Afeganistão em 1979. Formou-se a *Jihad* ou guerra santa contra os inimigos do Islã, que naquele dado momento, era a União Soviética.

O termo *mujahideen* é uma palavra árabe que significa combatentes da liberdade. Isto é tanto da tradução do árabe e também o termo que foi aplicado pelo presidente Ronald Reagan. Era o método preferido dele de se referir à unificação de vários grupos tribais no Afeganistão com o qual os Estados Unidos trabalharam para derrotar a União Soviética. Os *mujahideen* foram um grupo de pessoas dispostas a repelir qualquer invasão estrangeira. Os *mujahideen* eram compostos principalmente por uma variedade de tribos locais que se uniram para lutar contra a tomada de poder comunista do Afeganistão, mas também estrangeiros foram chamados pelo serviço especial do Paquistão, o *Inter-Services Intelligence* (ISI). A direção do ISI é o equivalente a CIA americana. O ISI desempenhou um importante papel na ajuda americana dos

³⁶ Ver. Drumbl, 2002. Goodson, 2001. Johnson e Waheed, 2011. Judah, 2002. Johnson, 2013. Kleiner, 2000.

mujahideen, ajudando no transporte de armamentos através da fronteira montanhosa entre os dois países e fornecendo ajuda monetária e militar para a resistência (BILLARD, 2010, p. 29).

Entre os afegãos e demais povos que se juntaram à resistência, *mujahideen* passou a significar “soldados de Deus” ou “guerreiros santos” envolvidos em uma guerra santa, a *jiha*d (luta armada contra os inimigos invasores) (TANNER, 2002, p. 244). O berço dos combatentes talibãs foi a luta *mujahideen*. Além disso, muitos dos primeiros recrutas no movimento eram estudantes afegãos refugiados em escolas religiosas islâmicas no Paquistão (*Oxford Islamic Studies Online*). A partir disto, o uso efetivo de símbolos, discursos e terminologias para expressar o descontentamento da população aflita no período pós-Guerra Fria os aproximou das pessoas. O Talibã tem se utilizado de narrativas que dão ênfase a identificadores culturais e retomam uma memória histórica da situação do Afeganistão. Através da divulgação de músicas como forma de propaganda, os talibãs apresentam suas mensagens à população. Johnson e Waheed (2011) produziram análises de muitas formas de propagandas divulgadas pelo Talibã. Citarei como exemplo o cântico *Aghyar Ashna – Stranger Friend* (Amigo estranho) divulgado em 2009.

Devo me queixar de um estranho ou devo me queixar sobre meu amigo? Eu não entendo, não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar de mim?

Devo me queixar de um estranho ou devo me queixar sobre meu amigo? Eu não entendo, não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar de mim?

Os conselhos são mantidos sob o comando do meu inimigo. As decisões são tomadas por pessoas desqualificadas no conselho. Eles aceitam muitos dólares para me matar.

Devo me queixar de seus filhos ou devo me queixar do seu pai.

Devo me queixar de um estranho ou devo me queixar sobre meu amigo? Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar sobre mim?

Eles conspiram para me assassinar com o conselho de estranhos. Alguns covardes em nosso país estavam comemorando meu assassinato.

Devo confiar em seus arrependimentos ou reclamar sobre suas risadas. Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar de mim?

Devo me queixar de um estranho ou devo me queixar sobre meu amigo? Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar de mim?

Minha carne estava sendo cortada e você [o governo afegão] estava despejando sal. Minha carne estava sendo cozida nos espetáculos da brutalidade.

Devo me queixar de um açougue ou devo me queixar de você? Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo reclamar sobre eu mesmo?

Eu mal podia respirar por causa de minhas feridas e dor neste deserto. Eu fui tratado como um hóspede estranho que sofria de dor e ninguém me ofereceu tratamento.

Eu mal podia respirar por causa de minhas feridas e dor neste deserto. Eu fui tratado como um hóspede estranho que sofria de dor e ninguém me ofereceu tratamento.

Devo me queixar de um médico ou de quem devo me queixar? Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo reclamar de mim?

Devo me queixar de um estranho ou devo me queixar sobre meu amigo? Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo me queixar sobre mim?

Fiquei louco por amor verdadeiro e me tornei como ser queimado. Eu sou queimado na linda vela do islamismo.
 Fiquei louco por amor verdadeiro e me tornei como ser queimado. Eu tenho sido queimado na linda vela do islamismo.
 Devo me queixar dos nossos traidores ou reclamar sobre o mundo. Eu não entendo, devo me queixar do mundo ou devo reclamar sobre mim?
 Estou queimado na linda vela do islamismo. Devo reclamar sobre o nosso próprio traidor ou reclamar sobre o mundo. Eu não entendo, devo me queixar sobre o mundo ou devo me queixar de mim?
 Estou gritando pela justiça e me lembro do passado. Onde está a segurança que eu estava feliz? (JOHNSON E WAHEED, 2011, p. 10-11)

De acordo com a análise dos autores, este cântico possui dois objetivos centrais: recrutar novos combatentes e enfraquecer o governo afegão. Para isto, os talibãs usam os costumes tribais para argumentar contra as pessoas que apoiam o governo afegão e as forças internacionais. Visualiza-se também o apelo emocional ao se queixar da crueldade dos afegãos favoráveis ao governo enquanto subvertem a luta dos justos e inocentes (talibãs).

Este cântico desafia as pessoas a se oporem a um corrupto, incompetente (“às pessoas desqualificadas no conselho”), e ao governo brutal a que essas pessoas apoiam (“traidores”); mas também aborda a corrupção do governo (“eles aceitam muitos dólares para matar”) e, por último, o Talibã lembra ao público afegão sobre a antiga justiça e a segurança que existia enquanto governavam o Afeganistão (“eu estou gritando por justiça e lembrança do passado. Onde está a segurança que eu estava feliz? ”). A frase é uma tentativa de obter apoio público, chamando a atenção das pessoas para o desempenho do passado do Talibã, comparando implicitamente o passado do Talibã com a instabilidade e a insegurança sob o atual governo afegão com apoio dos Estados Unidos e seus aliados (JOHNSON E WAHEED, 2011, p. 11-12).

O Talibã buscou simbolizar a missão de redenção espiritual e política do Afeganistão. Isto se verifica em assertivas como: “O Talibã é o representante legítimo dos afegãos”; “Fé e nação são uma obrigação religiosa e nacional de libertar o país da ocupação”; O Talibã pediu a todos os muçulmanos que “se libertem da ocupação estrangeira e lutem contra as forças de ocupação” (MUJAHID, 2012, 2013 apud BARRETO; RAQIB, 2014, p. 18). O Ocidente torna-se o “inimigo”, o “outro”, o “demônio a ser destruído”. A “missão restauradora” Talibã consiste na ideia de estabelecer um regime islâmico a fim de fortalecer este regime no Afeganistão. Para seguir estes princípios, o Talibã criou regras de conduta e comportamento.

Tradicionalmente, os afegãos viviam com três códigos legais concomitantes: o direito consuetudinário local, a lei religiosa e o código legal oficial do Estado (BARFIELD, 2008, p. 351). O renomado código legal não religioso tradicional na sociedade afegã é o *Pashtunwali* – o código de conduta pashtun que regula comportamentos interpessoais. Durante mais de um século, os afegãos resistiram aos esforços de modernização do Estado para retirar o *Pashtunwali* e outras convenções locais a fim de estabelecer princípios nacionais (BARFIELD, 2008, p. 349; 352). Sem sucesso,

estabeleceu-se as incongruências entre *Pashtunwali* e outras convenções locais, como a *Sharia*.

Sharia significa “caminho a seguir”, tecnicamente se refere ao código de comportamento ou sistema de vida para os que seguem o Islã, com direitos e deveres individuais e sociais, assim como normas que estabelecem a fusão jurídico-espiritual das relações humanas. Deste modo, é o código de leis do Islamismo em que não há separação entre a religião e o Estado. O movimento Talibã alegou em 1996 que os princípios da *Sharia* são eternos e enraizados na tradição afegã (BURNS, 1996, *online*), de modo que os talibãs usam dois conjuntos de legitimidade (a *Sharia* e o nacionalismo afegão-*pashtun*). A interpretação Talibã da *Sharia* estabeleceu leis gerais para os seguidores do Islã. Citarei as principais normas³⁷ do Talibã no poder em 1996:

- É proibido a qualquer pessoa ouvir música.
- É proibida a exibição de filmes, televisão e vídeos para todos.
- É proibido celebrar o ano novo tradicional em 21 de março. O talibã proclamou o feriado não islâmico.
- O Dia do Trabalho (1º de maio) não deve ser comemorado, porque é considerado feriado “comunista”.
- Solicitou que todas as pessoas com nomes não islâmicos os alterassem para nomes islâmicos.
- Orientou cortes de cabelo forçados na juventude afegã.
- Solicitou que os homens usassem roupas islâmicas e um “boné” tradicional.
- Ordenou que os homens não devem raspar ou cortar as barbas, pois estas devem crescer.
- Solicitou que todas as pessoas frequentassem orações nas mesquitas cinco vezes ao dia.
- Proibiu a criação de pombos e pássaros, descrevendo-o como não-islâmicos. Os infratores serão presos e os pássaros serão mortos.
- Ordenou que todos celebrem a canção *Allah-o-Akbar (God is Great)* e abstenham-se de palmas.
- Proibiu jogos tradicionais, incluindo brincadeiras e competições de pipa que é “não-islâmica” de acordo com o Talibã.

³⁷ Ver. Taliban Rules, Decrees, Laws and Prohibitions - 1996. Disponível em: <https://defence.pk/pdf/threads/taliban-rules-decrees-laws-and-prohibitions-1996.70560/> Acesso em: 23 de maio de 2017.

- Qualquer pessoa que carregue literatura censurável será executada.
- Qualquer pessoa que se converta do Islã para qualquer outra religião será executada.
- Todos os alunos devem usar turbantes. Eles dizem: “Sem turbante, sem educação” (*no turban, no education*).
- As minorias não-muçulmanas devem ter um distintivo ou colocar um pano amarelo no vestido para se diferenciar da maioria da população muçulmana.
- Proibiu o uso da internet por afegãos comuns e estrangeiros.

Neste contexto, aqueles que não seguem as regras representam o ser exterior à padronização talibã, coisificado, identificado e inferiorizado pelas diferenças e pelo ato de sua existência não ser codificada por valores que se configuram na padronização que o Talibã busca estabelecer. Para ilustrar, há um ditado Talibã sobre grupos étnicos não-*pashtuns* no Afeganistão: *Aos tadjiques o Tadjiquistão, aos uzbeques o Uzbequistão e aos hazaras o “goristão”*, o cemitério (SANTANA, 2017, p. 213). Quando esteve no poder, o regime Talibã cometeu massacres visando membros das etnias *hazaras*, *tadjiques* e *uzbeques* (ARMAJANI, 2012, p. 206). A pluralidade étnica se inter-relaciona com questões políticas, morais e religiosas que assumem contextos de relações destrutivas. Neste processo, verifica-se um cenário de violência cultural nas questões que tangem as etnias, as decisões políticas, a moral religiosa e demais aspectos da cultura (língua, ideologia, costumes e artes). A violência simbólica incorporada à propagação cultural do Talibã é usada para legitimar um ou mais tipos de violência. Com isso, aspectos da cultura são frequentemente usados para justificar ou legitimar a violência direta cometida contra outro Ser.

Especificamente, nas relações humanas, destaca-se as restrições impostas pelo Talibã às mulheres no Afeganistão, são elas³⁸:

- 1 – Proibição completa do trabalho feminino fora do lar, que também se aplica a professoras, engenheiras e a maioria das mulheres profissionais. Apenas algumas mulheres médicas e enfermeiras podem trabalhar em alguns hospitais em Cabul.
- 2 – Permite-se a atividade feminina fora da casa apenas se for acompanhada por um *mahram* (parente masculino próximo, como pai, irmão ou marido).
- 3 – Proibição das mulheres lidarem com lojistas masculinos.
- 4 – Proibição das mulheres serem tratadas por médicos do sexo masculino.

³⁸Revolutionary Association of the Women of Afghanistan (RAWA). Disponível em: <http://www.rawa.org/rules.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

- 5 – Proibição das mulheres estudarem em escolas, universidades ou qualquer outra instituição educacional (o Talibã converteu as escolas das meninas em seminários religiosos).
- 6 – Exigência de que as mulheres usem um véu longo (*Burqa*), que as cobrem da cabeça aos pés.
- 7 – É permitido chicoteamento, batimento e abuso verbal de mulheres não vestidas apropriadamente ou de mulheres não acompanhadas por um *mahram*.
- 8 – É permitido chicoteamento de mulheres em público por ter tornozelos não cobertos.
- 9 – É permitido apedrejamento público de mulheres acusadas de ter relações sexuais fora do casamento.
- 10 – É proibido o uso de cosméticos. (Mulheres com unhas pintadas devem ter dedos cortados).
- 11 – É proibido às mulheres falar ou apertar as mãos de homens que não são *mahram*.
- 12 – É proibido às mulheres rir alto. (Nenhum estranho deve ouvir a voz de uma mulher).
- 13 – É proibido que as mulheres usem sapatos de salto alto, o que produziria som ao caminhar. (Um homem não deve ouvir os passos de uma mulher.)
- 14 – É proibido às mulheres utilizar táxi sem um *mahram*.
- 15 – É proibida a presença das mulheres em reuniões públicas de rádio ou televisão, de qualquer tipo.
- 16 – É proibido às mulheres praticar esportes ou entrar em um centro ou clube desportivo.
- 17 – É proibido às mulheres andar de bicicleta ou motocicleta, mesmo com seus *mahrams*.
- 18 – É proibido às mulheres usar roupas de cores vivas. Nos termos do Talibã, estas são cores “sexualmente atraentes”.
- 19 – É proibida a reunião de mulheres para ocasiões festivas ou para qualquer propósito recreativo.
- 20 – É proibido às mulheres lavar roupa ao lado de rios ou em um lugar público.
- 21 – Foi estabelecida a modificação de todos os nomes de lugares no feminino, incluindo a palavra “mulheres” de locais das cidades. Por exemplo, o “jardim feminino” foi renomeado como “jardim de primavera”.

- 22 – É proibido que as mulheres fiquem nas varandas de seus apartamentos ou casas.
- 23 – Foi estabelecido uma pintura obrigatória de todas as janelas, de modo que as mulheres não possam ser vistas de fora de suas casas.
- 24 – É proibido alfaiates masculinos tomando medidas de mulheres ou costurando roupas femininas.
- 25 – É proibido banhos públicos femininos.
- 26 – É proibido que homens e as mulheres viajem no mesmo ônibus.
- 27 – É proibido pernas de calças alargadas (largas), mesmo sob uma burca.
- 28 – É proibida a fotografia ou filmagem de mulheres.
- 29 – É proibido fotos de mulheres em jornais e livros ou penduradas nos muros de casas e lojas.

A própria instituição de regras e modos de comportamento que monopolizam e privam a vida dos indivíduos já se configuram processos desumanizadores. Quando as regras de conduta e comportamento são infligidas, o tratamento para com os indivíduos “transgressores” pode ser estudado sob a perspectiva de atos desumanizantes. Neste sentido, processos desumanizadores conduzem a atos desumanizantes, ou seja, dado o estabelecimento de normas de conduta que desumanizam, o desvio da norma tem por consequência um ato explícito de desumanização. Por isso, identificar atos desumanizantes cometidos pelo Talibã nos ajudam a expor o poder destrutivo da guerra sob as relações humanas no Afeganistão.

Os talibãs se concentraram na aplicação da *Sharia* e, com este intuito, eles estabeleceram um Supremo Tribunal Talibã e tribunais inferiores para dar cumprimento aos processos. No Afeganistão governado pelo Talibã (1996-2001) foram aplicadas punições severas. Para citar alguns exemplos:

Condenada por adultério, uma mulher recebeu 100 chicotadas diante de 30 mil espectadores no estádio de Cabul em 27 de fevereiro de 1998; No mesmo dia, dois ladrões tiveram as mãos amputadas; Três ladrões tiveram as mãos direitas e os pés esquerdos amputados publicamente em um estádio no sul do Afeganistão. As execuções eram realizadas publicamente, as pessoas são penduradas, corta-se a garganta ou derrubavam paredes sobre elas. Uma mulher condenada por adultério teve sentença de morte em março de 1997. O Mulá Omar apontou que o direito penal islâmico permite multas e punições físicas. Entre os últimos, ele mencionou a decapitação para assassinos, a morte para mulheres culpadas de adultério, assim como, punições como chicotadas e amputação (KLEINER, 2000, p. 22).

Atitudes vexatórias segundo as leis do Talibã também conduzem a morte, como no caso da decapitação de 17 pessoas, sendo quinze homens e duas mulheres que realizaram uma festa no sul do Afeganistão em 2012. Eles ouviram música e dançaram, o que contrariou

a interpretação Talibã das leis do Islã. Para expressar a reprovação ao evento, as pessoas foram mortas³⁹. Neste caso, ao realizar a violência direta, faz-se perpetuar processos de violência cultural. Por sua vez, estes se tornam parte de um cenário de violência estrutural no Afeganistão, no qual as violações da humanidade do Outro justificam atos de violência contra o Ser deslegitimado.

O Talibã construiu estereótipos para diversas categorias sociais, por exemplo: para as mulheres, para os afegãos de crenças diferentes das leis da *Sharia* (como os *hazaras*) para os estrangeiros e, de modo geral, para as pessoas que infringem as normas de conduta e comportamento. O estereótipo criado pelo Talibã atribuiu características comportamentais às mulheres, numa padronização do gênero feminino. As pessoas que infringem as normas do Talibã sofrem penalidades que podem levar à morte. Além disso, os estrangeiros e tudo o que diz respeito ao exterior é considerado inimigo do Islã, sendo demonizado quando se trata especificamente, da intervenção internacional. Os exemplos servem para demonstrar a estereotipização à medida que o Talibã se utilizou de formas de deslegitimar pessoas.

Pode-se também demonstrar a deslegitimação sob o aspecto da discriminação. Utilizo os exemplos citados para inferir sobre os aspectos da discriminação que claramente se articulam às ações do Talibã. Na discriminação como separação e distanciamento, analiso que o Talibã buscou diferenciar-se de outros grupos ao compor a separação e a aversão entre o “eu” e o “outro”. Neste cenário, o “outro” representa o que é externo e mantém influência no Afeganistão, como a intervenção internacional. Além disso, há também a discriminação com afegãos de diferentes crenças e com afegãos que não cumprem as normas estabelecidas pelo Talibã, sendo permitida a execução de atos vexatórios e humilhantes. Neste caso, o “outro” pode ser também representado por aqueles que transgridam as normas de conduta e comportamento. Assim sendo, marca-se as diferenças ao invés das semelhanças (discriminação como acentuação) e, com isso, acentua-se as diferenças entre os defensores do Islã (os talibãs) e os “outros” (o estrangeiro, o afegão transgressor, as mulheres transgressoras, o inimigo invasor, etc.).

Na discriminação como avaliação, identifica-se que, para o Talibã, seus valores e normas de comportamento são primordiais para a homogeneização dos indivíduos. O valor do “meu grupo” está no centro das ações do Talibã em detrimento dos “outros” que são discriminados. Na discriminação como fixação ocorre a fixação do ser humano em

³⁹ Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,taleban-decapita-17-civis-apos-irem-a-festa-no-sul-do-afeganistao,922215> Acesso em: 21 de maio de 2017.

categorias de indivíduos. Por exemplo, em relação às mulheres, elas são categorizadas para formarem um comportamento típico e imutável. Esta forma de discriminação do Talibã promove a formação de uma maneira fixa de lidar com as categorias discriminadas. Ademais, o Talibã se utiliza da deslegitimação de indivíduos em processos que envolvem tanto a categorização extremamente negativa do inimigo quanto a formação de normas de comportamento como um componente destrutivo que promove a exclusão permanente ou a morte de pessoas. Com isso, prescreve-se atos extremamente negativos em relação ao grupo ou ao ser deslegitimado.

A partir dos processos de estereótipos, discriminação e deslegitimação, infere-se que a forma de desumanização animalista caracteriza atos desumanizantes empregados pelo Talibã. Dada negação da singularidade humana, quando o outro é considerado isento de cultura ou tem sua cultura subjugada (ausência de cultura), quando toma o outro como “inimigo do Islã” (associa-se atos de crueldade e grosseria ao outro e não a si), quando irracionaliza o outro por não seguir os princípios estabelecidos pelo Talibã (irracionalidade de pensamentos e ações do outro) e quando infantiliza e inferioriza o inimigo que não compreende a missão islâmica do Talibã (infantilidade, inferioridade).

O “inimigo” é associado a qualquer forma de intervenção estrangeira, sendo digno de ser exterminado em uma “guerra justa”. Entretanto, a contradição está no fato de o Talibã desumanizar inclusive os próprios afegãos e afegãs quando não cumprirem ou se desvirtuarem das leis estabelecidas. Como se busca estabelecer a ascensão política e espiritual de uma nação, se, contraditoriamente, forja-se a humanidade de um conterrâneo e, desumaniza-o, sob a justificativa de valores distorcidos por leis pré-estabelecidas? No aspecto da desumanização infligida pelo Talibã, afegãos e afegãs tem sua humanidade forjada pelo poder destrutivo da guerra. E o que vem depois das guerras? No Afeganistão, mostrou-se que a desumanidade se instaura diante da fragilidade das relações humanas.

2.3 A desumanização do Ser mulher

Tradicionalmente, as mulheres afegãs têm sido tratadas socialmente e legalmente como inferiores aos homens. O status de uma mulher pode variar de acordo com a idade e com as normas dos grupos sociais e étnicos a que ela pertence (KAKAR, 1979, p.171). A reclusão feminina varia em cada grupo étnico. Nas áreas do Sul, *pashtuns* e *uzbeques* estão entre os grupos mais restritos, enquanto *hazaras*, *nuristanis* e *tadjiques* são tidos como menos rigorosos (GOODSON, 2001, p. 416).

No século XX houve maior participação social da mulher em áreas urbanas do Afeganistão, como Cabul. As reformas de Amir Habibullah Khan (no poder de 1901-1919) possibilitaram o aumento da educação em Cabul. Logo em seguida, o rei Amanullah (1919-1929) defendeu a educação das mulheres, buscou reformar práticas de casamento discriminatórias e defendeu o uso facultativo do véu. No entanto, as mulheres tiveram mais direito a educação a partir da década de 1950 e foi também nesse período que elas puderam trabalhar em órgãos públicos. Antes do Talibã no poder, 60% dos professores da Universidade de Cabul eram mulheres, assim como quase metade dos estudantes; as mulheres constituíam 50% dos trabalhadores do governo civil (em Cabul, 70% dos 130 mil funcionários públicos), 70% dos professores e 40% dos médicos (SPILLIUS, 1996 apud SCHULZ, 1999, p. 244). Entretanto, a invasão soviética modificou este cenário.

A conquista comunista no Afeganistão em 1978 iniciou o processo que levou o país ao atual declínio no status das mulheres. Durante o período comunista (1978-1992), mulheres em Cabul e em cidades como Kandahar, Herat, Jalalabad e Mazar-i-Sharif tiveram maior liberdade do que nunca, tornando-se a maioria da população estudantil na Universidade de Cabul, servindo em unidades paramilitares, trabalhando em todos os setores profissionais e servindo em posições governamentais de alto nível. (...) A maioria das mulheres afegãs, no entanto, viviam no campo ou haviam sido levadas ao exílio, agregando a população de refugiados no período de 1981 a 1996 no Paquistão. Nos campos de refugiados proliferavam uma nova ideologia islâmica dos grupos mujahideen que reduziram a liberdade das mulheres e levou a um retorno do uso obrigatório do véu (GOODSON, 2001, p. 417).

Durante este período as mulheres sofreram não só pela continuação das guerras, mas se tornaram vítimas de humilhação, estupro e maus tratos. O cenário de imposições à desumanização das mulheres perdurou com o Talibã que formulou políticas de gênero extremamente severas sob a afirmação de que a *Sharia* preserva os costumes tradicionais do Afeganistão. De fato, nas áreas tradicionais pashtuns, o comportamento das mulheres é considerado parte integrante da honra da família e do clã (GOODSON, 2001, p. 416). A possibilidade de modernização no passar dos séculos XX e XXI no Afeganistão proporcionaram condições das mulheres participarem da vida pública, principalmente nas áreas do Norte e nos centros das cidades. Porém, a ascensão de grupos islâmicos e a associação da modernização com o comunismo prejudicaram o status das mulheres e retrocederam suas conquistas ao impor restrições sobre suas vidas.

Na perspectiva Talibã, sob as leis da *Sharia*, as filhas recebem metade da herança recebida pelos filhos homens, as mulheres não têm acesso a seus dotes nem a negociação do casamento, não há liberdade sexual nem possibilidade de planejamento familiar (GOODSON, 2001, p. 419). Ademais, há a total negação de direitos: é proibido aparecer

em público livremente, exercer um trabalho, educação, acesso a serviços de saúde, livre escolha de vestimentas, liberdade de expressão e etc. Tais flagrantes de negação da humanidade me fez questionar por que a atribuição de normas de conduta e comportamento para as mulheres se tornaram peça central da política social Talibã? Por que se fez necessário, inclusive, a instauração de um Ministério da Promoção da Virtude e da Prevenção do Vício (*Amr bil-Marooif wa Nahi an il-Munkir*) enquanto outras questões que poderiam ser articuladas em ministérios não tiveram a mesma importância e centralidade?

Pode-se inferir que a divisão interna do Talibã em facções compõe diferentes pontos de vista sobre as formas de atuação do grupo. Além das divergências internas, os talibãs tiveram que lidar com o fato de que muitos combatentes foram educados em *madrassas*⁴⁰ e campos de refugiados no Paquistão. Por isso, fez-se necessário inibir a exposição às mulheres por seus combatentes adolescentes, que levaram vidas protegidas em *madrassas*. Como citou Dupree (1998, p. 151): “As autoridades dependem de sua jovem milícia para permanecer no poder, mas eles são menos otimistas sobre sua capacidade real de controlá-los”. Os talibãs construíram unicamente este ministério para garantir a implementação eficaz de suas políticas e sua perpetuação em áreas de influência no Afeganistão. Ademais, ainda segundo Dupree (1998, p. 152) “a intenção é humilhar as mulheres e causar danos psicológicos consideráveis”, inferiorizando-as de modo a silenciar qualquer ato que questione o Talibã. Qualquer afegão que questione estes atos é equivalente a questionar o Islã. Tais bases de formulação da política talibã são para restringir e marginalizar as mulheres, citando Rashid (2000, p. 105), no Afeganistão se criou um “gênero desaparecido” (*vanished gender*) e invisibilizado. De modo mais incisivo, Goodson (2001, p. 424) chamou de “*apartheid* de gênero” a situação infligida às mulheres afegãs no século XXI.

Destarte, a talibanização contribuiu para a negação da humanidade às mulheres afegãs. Mas que elementos compõem a negação da humanidade às mulheres? A análise apresentada a seguir segue o princípio de verificar aspectos norteadores da desumanização empregada pelo Talibã e orientá-los de acordo com a base teórica.

Os processos de desumanização das mulheres têm seu fundamento no patriarcado e nos costumes tradicionais de regiões rurais do Afeganistão. No entanto, o protagonismo Talibã possibilitou cruelmente o avanço da desumanização às mulheres ao estabelecer na linguagem, nas emoções, na ideologia e nas leis modos de negar a humanidade das

⁴⁰ Escolas religiosas islâmicas favoráveis a militância.

mulheres. A partir disto, diversas formas de desumanização foram impostas às mulheres pelo Talibã. Neste estudo, apresento que a desumanização imposta às mulheres afegãs atinge ambos os aspectos da negação da humanidade de alguém, natureza e singularidade humanas.

Primeiro, vamos nos ater a negação da natureza humana que retira das mulheres as características que representam sua humanidade no tocante a responsividade emocional, cordialidade interpessoal, abertura cognitiva, individualidade e profundidade. Se analiso as restrições de gênero e a ausência de autoafirmação da mulher pela total restrição à liberdade de expressão e à sua autonomia (*negação da responsividade emocional*), identifico que é negada a *abertura cognitiva* (direito à educação, por exemplo) e as diferenças individuais na personalidade (*cordialidade interpessoal*). Do mesmo modo, nega-se os aspectos mais profundos do ser mulher (*profundidade*), suas crenças e costumes próprios, à medida que trata às mulheres como inferiores e se baseia em valores religiosos para impor atos desumanizantes, como em alguns exemplos: Mulheres e meninas não podem trabalhar fora de casa ou interagir com homens que não são parentes, elas devem ser escoltadas em público por um marido, pai, filho ou irmão, e usar véus e burcas, que as cobrem da cabeça aos pés e devem ser usadas em todos os momentos em público (SCHULZ, 1999, p. 242); pais estão proibidos de ensinar suas filhas a lerem; adolescentes talibãs com armas carregam antenas de carro ou cabos elétricos para que eles possam chicotear qualquer mulher que eles decidirem que não está devidamente seguindo os regulamentos⁴¹.

Neste sentido, ocorre a desumanização na forma de objetificação da mulher ao negá-las a autonomia e a subjetividade e inclui-las num patamar de flagrante subordinação às leis abusivas do Talibã. A desumanização mecanicista se dá pela mulher ser considerada um ser autômato, homogêneo e objetificado. Trata-se a mulher com frieza, indiferença e superficialidade. Nega-se as possibilidades do ser, sem considerar que negam à capacidade humana de afegãos e afegãs transcenderem os conflitos que perduram ao longo dos séculos.

Segundo, trata-se a negação da singularidade humana às mulheres como seres ausentes de civilidade, sensibilidade moral, aperfeiçoamento, racionalidade e maturidade. Diante da tentativa de invisibilizar socialmente as mulheres e negar a subjetividade da mulher na vida social (*civilidade*), inviabiliza-se a expressão de sentimentos e afetos nas

⁴¹ Goodwin, 1998, online. Buried Alive. Afghan women under the Taliban. Disponível em: <http://www.ontheissuesmagazine.com/1998summer/su98goodwin.php> Acesso em: 10 de junho de 2017.

relações com as mulheres (*negação da sensibilidade moral*) e nega-se a capacidade da mulher de aperfeiçoar-se e buscar conhecimento (*aperfeiçoamento*). Além disso, nega-se a mulher a capacidade de exercer sua inteligência e racionalidade. Nesta conjuntura, a desumanização animalista se baseia em atos desumanizantes que caracterizam formas de deslegitimação da mulher no Afeganistão.

O Talibã construiu estereótipos para as mulheres a partir da descrição de normas de conduta e comportamentos, fortaleceu diferenciações entre grupos para exercer sua ideologia e explicou suas ações a partir da compreensão que eles impuseram ao Ser mulher. A compreensão que o Talibã formou do “outro”, neste caso, da mulher, personalizou a mulher em uma caricatura animalizada, irracional, imatura e ausente de valores que foram justificados com base na lei da *Sharia*. Com isso, o Talibã excluiu a mulher da vida social com o estabelecimento de normas institucionalizadas que impõem ameaças e punição às mulheres deslegitimadas.

Formas de discriminação também podem ser demonstradas. Na discriminação como separação e distanciamento, identifique a exclusão e o distanciamento da mulher perante o homem. A ênfase na separação dos gêneros feminino e masculino chega ao patamar de discriminação como acentuação, pois ao colocar distâncias entre as pessoas, marca-se as diferenças, e isso produz a desvalorização do ser discriminado. A mulher é discriminada enquanto ser humano fixo em uma categoria, possibilitando, assim, a existência de uma maneira fixa de proceder quando ocorre “transgressões”.

Além de deslegitimá-las, a privação é uma violência direta que pode desencadear traumas psicológicos e pensamentos suicidas, dentre tantas outras consequências. Na perspectiva da violência cultural institucionalizada, a violência estrutural contra as mulheres passa a ser legitimada e, assim, torna-se “aceitável” na sociedade afegã. Com isso, a legitimação do uso da violência contra a mulher possibilita atos de repressão, alienação e exploração.

Em diversos aspectos da desumanização, a mulher afegã pode se tornar um ser mecanizado e animalizado. Contudo, a desumanização atinge a todos direta ou indiretamente, desumanizando não apenas o ser objetificado, inferiorizado e/ou subjugado, mas também o desumanizador, que danifica aspectos da singularidade humana e/ou da natureza humana na subversão da alteridade que o Outro representa.

2.3.1 A resistência

“Agradecemos a todos por visitarem a página das mulheres mais oprimidas do mundo”⁴². Assim começa o manifesto da Associação Revolucionária das Mulheres do Afeganistão (RAWA) para abordar a resistência das mulheres afegãs ao ambiente hostil e desumano que o Afeganistão se tornou. A RAWA é a mais antiga organização das mulheres do Afeganistão, a qual lutam principalmente por liberdade e justiça social. A organização foi formada em 1977 por um grupo de estudantes universitárias em Cabul que se engajaram na luta pelos direitos das mulheres. Atualmente as mulheres da RAWA são ativistas que usam pseudônimos e atuam na clandestinidade. Apesar dos obstáculos, essas mulheres publicam em revistas e artigos internacionais, mantêm um site para divulgação de artigos, mobilizam outras mulheres para adquirirem consciência social e política sobre sua humanidade e seus direitos e oferecem ajuda emergencial em atividades ligadas à saúde⁴³. Em seu manifesto, a RAWA expõe questões culturais e políticas que deslegitimam mulheres e crianças.

A violência contra as mulheres subiu a níveis sem precedentes. As mulheres sofrem de violência doméstica, estupro, estupro coletivo, abuso sexual, homicídio, imolação, assassinato honroso, casamentos forçados a menores de idade com homens muito mais velhos que elas, troca de meninas no casamento por mercadorias e dezenas de outras desgraças semelhantes. As meninas têm sido torturadas nos porões, têm tido narizes, lábios e orelhas decepadas, têm sido privadas de comida e espancadas até a morte, pelas famílias ou pelos sogros. O que ficamos sabendo através da mídia é apenas a ponta do iceberg. (...) O Parlamento tentou legalizar o apedrejamento até a morte por adultério, a surra na esposa e assassinato em nome da honra [do homem]. A maioria das mulheres em prisões afegãs hoje foram condenadas pelo Judiciário misógino por “crimes morais”, tais como fugir de casa, de maridos, de sogros cruéis, fugir com amante, etc. (...) Inúmeros casos de execuções públicas foram realizados pelos tribunais simulados de talibãs e mulás em todas as partes do Afeganistão⁴⁴.

Além das mulheres, meninos também são objetificados e práticas de pedofilia perpetuam a tradição de abusos contra meninos afegãos (*Bacha Bazi*⁴⁵) que se tornam objetos

⁴² A Guerra das Mulheres. 2001. Disponível em: http://www.rawa.org/independent_pt.htm Acesso em 8 de junho de 2017.

⁴³ Comunicado da RAWA no dia Internacional da Mulher em 8 de Março de 2010. Disponível em: <http://www.rawa.org/rawa/2010/03/11/a-emancipa-o-das-mulheres-afg-s-n-o-ser-atingida-enquanto-a-ocupa-o-os-criminosos-talib-e-os-da-frente-nacional-n-o-forem-demitidos.html> Acesso em: 8 de junho de 2017.

⁴⁴ A RAWA sobre Crimes de Guerra dos EUA no Afeganistão. 2017. Disponível em: <http://www.rawa.org/rawa/2017/04/12/http-www-globalresearch-ca-a-associacao-revolucionaria-das-mulheres-do-afeganistao-rawa-sobre-crimes-de-guerra-dos-eua-no-afeganistao-5570269.html> Acesso em: 5 de junho de 2017.

⁴⁵ Em persa, significa pedofilia. Ver. Pobreza, prestígio e medo mantêm a pedofilia no Afeganistão. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/pobreza-prestigio-e-medo-mantem-a-pedofilia-no-afeganistao.57253bbd149a7410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> Acesso em: 5 de junho de 2017.

sexuais. Apesar das práticas de pedofilia serem proibidas pelo Talibã, esta prática é frequente em regiões do sul e norte do Afeganistão. Assim sendo, mulheres e crianças têm frequentemente sua humanidade negada. Um dos aspectos do Islã amplamente propagados pelo Talibã é a degradação e a opressão das mulheres, vistas mais como animais que como seres humanos e tratadas mais como autômatos que seres humanos. Neste sentido, a resistência das mulheres é uma forma de demonstrar que apesar das tentativas de subversão da humanidade da mulher afegã, ela encontra meios de se sobressair da opressão imposta pela desumanização que as cerca.

O manifesto da RAWA se baseia no fato de que “as pessoas do Afeganistão estão esmagadas entre as forças armadas dos Estados Unidos e seus aliados, dos jihadistas e fundamentalistas talibãs e do recém-formado Estado Islâmico, em uma guerra contínua que se estende por mais de uma década”⁴⁶. Em entrevista ao jornal *The Independent* em 2001, uma integrante da RAWA expõe sua luta:

“Eu ouvi dizer que o Talibã restaurou alguma ordem e disciplina em Cabul, mas eles roubaram a alma das pessoas. Eu tenho ouvido estórias, mas eu vi com meus próprios olhos, e é inacreditável. Pessoas sentindo medo o tempo todo; se elas não fossem mortas por fome, explosões ou doenças, elas sentiam medo de ser aprisionadas ou condenadas à morte por nenhuma razão. O Talibã diz que isso é a lei Islâmica, na verdade isso tudo é um exagero. Eles até mesmo dizem que as mulheres não podem usar burcas novas, mas somente velhas. Nós estamos promovendo duas batalhas: com as nossas famílias, para fazê-las entender que temos que trabalhar para o Afeganistão e com os fundamentalistas, que querem regredir o país. Isto é o porquê que queremos educar tanto meninos quanto meninas na mesma classe: para ensiná-los sobre o progresso. (...) Nós sabemos que nosso caminho é muito difícil e que levará muito tempo para mudar atitudes, mas nós nunca pararemos, estamos preparadas para fazer sacrifício atrás de sacrifício pelo Afeganistão”⁴⁷.

Além do Talibã, há a permanência das tropas americanas e da OTAN no Afeganistão que, segundo elas, contradizem a proposta de pacificação em uma “guerra ao terror” e conduzem o Estado afegão ao prolongamento dos conflitos. “Nós estamos fartas dos crimes e brutalidades das forças dos Estados Unidos no Afeganistão ao longo dos últimos anos, porque dezenas de milhares de afegãos foram mortos por suas bombas e tiroteios, e na verdade, o terrorismo foi ainda mais alimentado”⁴⁸. Ademais, segundo elas, “os Estados Unidos não apenas não libertaram o nosso povo, mas impuseram ao nosso povo

⁴⁶A RAWA sobre Crimes de Guerra dos EUA no Afeganistão. 2017. Disponível em: <http://www.rawa.org/rawa/2017/04/12/http-www-globalresearch-ca-a-associacao-revolucionaria-das-mulheres-do-afeganistao-rawa-sobre-crimes-de-guerra-dos-eua-no-afeganistao-5570269.html> Acesso em: 5 de junho de 2017.

⁴⁷ A Guerra das Mulheres. 2001. Disponível em: http://www.rawa.org/independent_pt.htm. Acesso em: 5 de junho de 2017.

⁴⁸A RAWA sobre Crimes de Guerra dos EUA no Afeganistão. 2017. Disponível em: <http://www.rawa.org/rawa/2017/04/12/http-www-globalresearch-ca-a-associacao-revolucionaria-das-mulheres-do-afeganistao-rawa-sobre-crimes-de-guerra-dos-eua-no-afeganistao-5570269.html> Acesso em: 5 de junho de 2017.

nossos maiores inimigos”⁴⁹. As seguintes considerações da RAWA são essenciais para compreender o cenário desumano sobre os crimes cometidos por tropas americanas e seus aliados no Afeganistão:

Os crimes das forças dos Estados Unidos e seus aliados tais como assassinatos, torturas e ataques noturnos nunca serão mostrados, assim como a insegurança e a instabilidade do nosso país, e da situação devastadora das mulheres e das pessoas que não recebem nenhuma atenção. São mostrados os horrores dos crimes do Talibã para justificar a guerra dos Estados Unidos ou isoladas “histórias de sucesso” para pintar um quadro cor-de-rosa da situação do Afeganistão⁵⁰.

Por tudo que foi exposto até então, esta seção serve de ponte para entendermos o porquê do meu objeto de estudo. O manifesto das mulheres afegãs contradiz o discurso oficial midiático sobre os méritos da presença militar no Afeganistão e sua provável retirada desde 2014 que ainda não se concebeu. Deste modo, a denúncia das mulheres afegãs de violações cometidas pelas tropas militares, pelo Talibã e pelo Estado Islâmico possibilitam inferir que o paradoxo que compõe as relações humanas destrutivas no Afeganistão se fundamenta no discurso e na prática dos grupos armados (locais, nacionais e internacionais) que contribuem para a ocorrência de atos desumanos. Para expor um dos autores da desumanização, analisarei na seção seguinte elementos do discurso e da prática das tropas militares internacionais que conduzem a atos desumanizantes e, por sua vez, contribuem para o aprofundamento das desumanidades cometidas à população afegã. É sobre este papel desumanizador que o estudo de caso se debruça.

⁴⁹ Id.

⁵⁰ Id.

CAPÍTULO 3

ESTUDO DE CASO DO PAPEL DESUMANIZADOR DA ISAF NO AFEGANISTÃO

O discurso: - Lutamos pela igualdade e liberdade da nação, somos superiores ao inimigo.
A realidade: - Tornei-me também o inimigo.

Quantas guerras seriam travadas se os seres humanos percebessem que aqueles com quem estão lutando não são diferentes deles mesmos?

Deisiane C.V.S. Valdevino. 16 de Maio de 2017.

Esta seção retrata a desumanização empregada no discurso e na prática militar da ISAF no Afeganistão. Conduzida pela OTAN como uma estratégia de contrainsurgência, a ISAF se utiliza de mecanismos do discurso para justificar ações táticas. Na busca de descrever com clareza o estudo de caso, divide-se a abordagem em três momentos: Apresentação da ISAF – Análise de discurso – Fenômenos da relação discurso-prática.

- a) No primeiro momento, na seção *Diretrizes da ISAF*, apresenta-se os aspectos norteadores da ISAF no panorama da contrainsurgência no Afeganistão, no período de 2003 a 2014.
- b) No segundo momento, a seção *Análise de discurso* investiga elementos da desumanização no discurso da contrainsurgência e, em seguida, utiliza-se do Memorando de orientações táticas da ISAF de 2009 (Anexo A) e de 2010 (Anexo B), lançados pelo Centro de Comando da ISAF (COMISAF) para comprovar tais fundamentos.
- c) No terceiro momento, demonstra-se dois fenômenos do discurso da ISAF que têm implicações práticas nas relações humanas: o emprego do termo dano colateral (*Collateral Damage*) para se referir a morte de civis e o paradigma do soldado como caçador (*The Soldier as a Hunter*) para se referir a ação de combate dos soldados.

3.1 Diretrizes da ISAF

Esta seção é o momento de apresentação da ISAF para podermos adentrar as questões que cercam seu papel desumanizador no Afeganistão. Inicialmente, a ISAF esteve sob a responsabilidade da ONU, quando em 11 de agosto de 2003, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se tornou responsável pela coordenação das ações

da ISAF, terminando a rotatividade de seis meses entre os Estados do Conselho de Segurança da ONU no comando da operação. As diretrizes da ISAF seguiram o ideal da contrainsurgência no Afeganistão. Com isso, o discurso operacional e documental da ISAF foi desenvolvido com base nas orientações dos documentos oficiais da contrainsurgência desenvolvidos pelo governo e pelas forças armadas dos Estados Unidos. Neste sentido, apresento as noções fundamentais da contrainsurgência e da insurgência no Afeganistão, as abordagens da contrainsurgência centrada no inimigo e centrada na população e delinuo aspectos de sua expansão pelo país.

Enquanto a insurgência é definida pelo uso organizado da subversão e da violência para apreender, anular ou desafiar o controle político de uma região, as operações de contrainsurgência são definidas como um esforço civil e militar abrangente para derrotar e conter simultaneamente a insurgência e abordar a raiz de suas causas (GUIA DA CONTRAINSURGÊNCIA, 2009, p. 6; 12). Neste sentido, há duas abordagens da contrainsurgência, a centrada no inimigo e a centrada na população.

A abordagem centrada no inimigo enfatiza a derrota do inimigo como a principal tarefa a ser cumprida e permite o uso de diversos meios de violência para tal objetivo. A abordagem centrada na população muda o foco do constante combate para derrotar a insurgência e se concentra em estabelecer o apoio da população. A abordagem centrada no inimigo pode ser resumida em *“primeiro derrotar o inimigo e tudo mais se seguirá”* e a abordagem centrada na população se resume em *“primeiro proteger e apoiar a população e tudo mais se seguirá”* (GUIA DA CONTRAINSURGÊNCIA, 2009, p. 14). Nos anos iniciais de sua atuação, a ISAF desenvolveu a atividade de contrainsurgência centrada no inimigo. A mudança de abordagem se deu a partir de 2009, na qual passou a ser centrada na população e, nos anos finais de seu mandato, buscou-se um equilíbrio entre as duas formas de abordagem.

Sob o comando da OTAN, a construção da paz é reinterpretada como uma forma de contrainsurgência⁵¹. Nas abordagens centrada no inimigo e centrada na população, dá-se ênfase sobre a governança da segurança que faz com que a reforma do setor de segurança faça parte da construção do Estado, exigindo esforços para treinar e equipar tropas para lutar contra o Talibã (SEDRA, 2007 apud JACKSON, 2011, p. 1808). Em apoio ao governo do Afeganistão, a ISAF conduz as operações para reduzir a capacidade da insurgência, apoiar o crescimento da capacidade de atuação das forças nacionais de segurança afegãs e facilitar melhorias na governança e no desenvolvimento

⁵¹ Turner (2015) avalia a ideia e a prática da paz como contrainsurgência, explorando a simbiose da paz com os métodos da contrainsurgência e demonstrando suas incoerências.

socioeconômico, a fim de proporcionar um ambiente seguro para uma estabilidade sustentável que seja favorável para a população⁵².

Deste modo, as principais funções da ISAF no Afeganistão se pautaram em: apoiar a adesão aos princípios do Estado de direito e da boa governança, proporcionar treinamento e assistência para a sustentação financeira a longo prazo das forças de segurança afegãs; apoiar o processo de planejamento e organização das forças de segurança; assegurar a transparência, prestação de contas e fiscalização; apoiar a criação e sustentação de processos tais como recrutamento, treinamento, gestão e desenvolvimento de pessoal e combate aos insurgentes⁵³. A preocupação fundamental foi de aumentar a capacidade do Estado⁵⁴ para que ele possa responder, antecipar e prevenir ameaças para garantir a segurança (LOADA, 2015, p. 12; SEDRA, 2006, p. 323). Desde o princípio, o plano operacional da ISAF permitiu maior atuação junto às unidades da *Afghanistan National Security Forces* (ANSF).

A ISAF prestou apoio ao governo afegão e à comunidade internacional na reforma do setor de segurança, incluindo tutoria, treinamento e apoio operacional ao Exército Nacional Afegão (ANA) e à Polícia Nacional Afegã (ANP). O objetivo era construir forças profissionais, independentes e sustentáveis que pudessem fornecer segurança ao povo afegão em todo o país⁵⁵.

Não obstante, uma estratégia bem-sucedida de contrainsurgência em trabalho conjunto com o governo deve demonstrar que tem a disposição de oferecer proteção à população civil. De acordo com a diretriz tática da ISAF (2009, p. 1), “conquistar e manter o apoio [da população] deve ser nosso imperativo operacional predominante”. Isto se configura quando as operações de contrainsurgência são retratadas com dois propósitos: as estratégias destinadas a derrotar os insurgentes e as estratégias destinadas a conquistar corações e mentes da população (ENTERLINE; MAGAGNOLI, 2009, p. 1). O Manual de Campo da Contrainsurgência do Departamento do Exército dos Estados Unidos indica o significado da conquista de corações e mentes:

O significado do termo *Hearts and Minds* compreende dois componentes: “corações” significa persuadir as pessoas de que seus melhores interesses são conquistados pelos interesses das operações de contrainsurgência e “mentes” significa convencer as pessoas de que o uso da força militar pode protegê-los e que resistir à contrainsurgência é inútil. Não há a preocupação se as pessoas gostam das tropas. O cálculo é realizado pelo auto interesse, não pela emoção,

⁵² ISAF. Mission Statement. Disponível em: <http://www.isaf.nato.int/mission.html> Acesso em: 29 de maio de 2017.

⁵³ ISAF MISSION. Rolute Support. Disponível em: <http://www.rs.nato.int/> Acesso em: 20 de maio de 2017.

⁵⁴ Refere-se à capacidade do Estado (*state capacity*) de transformar seus objetivos em realidade, quando o governo central é capaz de representar os interesses do Estado.

⁵⁵ ISAF's mission in Afghanistan. Disponível em: http://www.nato.int/cps/in/natohq/topics_69366.htm Acesso em: 29 de maio de 2017.

é o que conta nas operações de contrainsurgência (MANUAL DE CAMPO DA CONTRAINSURGÊNCIA, 2006, p. A-5).

Pela sua natureza, o objetivo estratégico de conquistar corações e mentes depende de atividades táticas. Egnell (2010, p. 283) divide essas atividades em várias categorias, uma das quais implica uma mentalidade diferente na condução de operações militares, envolvendo uma abordagem menos coercitiva e enfatizando o uso mínimo da força. Os comandantes da ISAF repetidamente enfatizaram a abordagem de conquista de corações e mentes no Afeganistão, ao dizer que o terreno humano é decisivo para um resultado bem-sucedido da missão (ORBONS, 2012, p. 114). Ao se apoiar na campanha de conquistar corações e mentes, a ISAF buscou construir apoio popular para o governo enquanto combatia os insurgentes e, por isso, tornou-se fundamental uma competição política e militar contra os insurgentes.

As estratégias da contrainsurgência devem ser projetadas para proteger simultaneamente a população da violência insurgente, fortalecer a legitimidade e a capacidade das instituições governamentais para governar de forma responsável e marginalizar os insurgentes politicamente, socialmente e economicamente (GUIA DA CONTRAINSURGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS, 2009, p.12).

As operações de contrainsurgência no Afeganistão assimilaram três grupos de insurgência: *Quetta Shura*, *Haqqani* e *Hezb-I-Islami Gulbuddin*. Segundo relatório da ISAF, os três grupos compartilhavam objetivos comuns, mas possuíam diferentes estruturas de comando e agiam com planos estratégicos separados.⁵⁶ Neste cenário, os talibãs de *Quetta Shura* representam a maior força de combate contra as forças da OTAN e estão sob o comando do mulá Omar, que governou o Afeganistão de 1996 até a queda do Talibã do poder de Cabul em 2001. A rede *Haqqani* tem como líder Jalaluddin Haqqani, que foi líder da resistência *mujahideen*. A rede opera nas províncias de Khost, Paktia e Paktika. Outro líder da resistência *mujahideen*, Gulbuddin Hekmatyar está sob o comando do grupo *Hezb-I-Islami Gulbuddin* que mantém bases nas províncias de Nangarhar, Nuristão, Kapisa e Kunar, no leste do Afeganistão⁵⁷.

Em relação a expansão das operações, de início, a atuação da ISAF se limitou à cidade de Cabul até que, em outubro de 2003, a ONU determinou a expansão da atuação da ISAF para todo o Afeganistão⁵⁸. Em 28 de Junho de 2004, a OTAN anunciou que iria estabelecer equipes de reconstrução das províncias de Mazar-e-Sharif, Meymana, Feyzabad e Baghlan, todas ao norte do Afeganistão. Este processo foi concluído em 01

⁵⁶ Insurgency in Afghanistan: Who are they? 2009. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-afghanistan-insurgency-sb-idUSTRE58O2F620090925> Acesso em: 12 de junho de 2017.

⁵⁷ Id.

⁵⁸ Resolução 1510 do CSNU. Adotada em 13 de outubro de 2003.

de outubro de 2004, marcando a conclusão da primeira fase da expansão da ISAF. A expansão da ISAF em 2006 foi para o sul, momento em que as forças de coalizão lideradas pelos Estados Unidos expandiram as tropas por seis províncias: Day Kundi, Helmand, Kandahar, Nimroz, Uruzgan e Zabul. Em 2008, a responsabilidade pela segurança da província de Cabul foi transferida para as forças afegãs. Por fim, a expansão da ISAF para o leste representou a fase final da alocação das forças militares internacionais no Afeganistão.

Programas no âmbito da reforma do setor de segurança como *Disarmament, Demobilization, and Reintegration* (DDR - Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de combatentes), *Disbandment of Illegal Armed Groups* (DIAG – Programa de Dissolução de Grupos Armados Ilegais que teve início em 2005) *Village Stability Operations* (VSO – Operações de Estabilidade Local) e *Afghanistan Peace and Reintegration Program* (APRP – Programa de Reintegração e Reconciliação de combatentes) foram criados sob a supervisão da ISAF junto às forças nacionais afegãs no trabalho das operações de contrainsurgência. Deste modo, programas como DDR, DIAG e APRP foram criados para promover a transição do conflito para a paz, restabelecer estruturas de segurança e acabar com a violência (SEDRA, 2010, p. 16).

Ao final do mandato da ISAF, na reunião de cúpula da OTAN em 4 de setembro de 2014, no País de Gales, os Estados⁵⁹ assumiram o compromisso de prolongar o apoio financeiro e militar para o Afeganistão após 2014. Por conseguinte, a Resolução 2189 foi aprovada no Conselho de Segurança em 12 de dezembro de 2014, na qual saúda o acordo entre o Afeganistão e a OTAN. É estabelecida a missão de apoio *Resolute Support Mission* (RSM) com a justificativa de dar continuidade à participação militar internacional no Afeganistão⁶⁰. Diante do exposto, elementos da desumanização na campanha de contrainsurgência conduzida pela ISAF no Afeganistão serão seguidamente analisados sob o ponto de vista do discurso.

⁵⁹ Contribuição de tropas pelos seguintes Estados: Albânia, Armênia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bahrein, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Dinamarca, El Salvador, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Jordânia, República da Coreia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malásia, Mongólia, Montenegro, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Estados Unidos, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, República da Macedônia, Tonga, Turquia, Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos. ISAF: *Facts and Figures*. 2014.

⁶⁰ É uma nova missão liderada pela OTAN para treinar, aconselhar e auxiliar as forças e instituições de segurança afegãs. A missão foi lançada em 1 de janeiro de 2015, imediatamente após o desligamento da ISAF. Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_07/20160707_2016-07-RSM-Placemat.pdf Acesso em: 07 jul. 2017.

3.2 Análise de discurso

A análise de discurso empregada consiste em analisar a estrutura de um texto e, com isso, compreender as construções ideológicas que formam a estrutura discursiva em questão. A leitura do material, por si só, não é suficiente para revelar os sentidos. O sentido é a questão fundamental desta análise. Segundo Canguilhem (1980, p. 376 apud ORLANDI, 2001), o sentido só pode ser definido, e, portanto, compreendido, se “em relação a”. O que implica dizer que o sentido do discurso deve ser relacionado a outro (s) sentido (s) e não restrito como “algo em si mesmo”. Ademais, “...não há procedimento fixo para se fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275).

As diferentes maneiras de analisar os aspectos da discursividade possibilitam pôr em evidência as “verdades ocultas do discurso”. Neste sentido, a pergunta que conduz a presente análise é: Quais são as estratégias discursivas que contribuem para a propagação de um discurso com elementos de desumanização? Portanto, a análise de discurso é a metodologia aplicada para avaliar os elementos contidos no discurso da ISAF.

Para tal pretensão, aborda-se os elementos de desumanização no discurso da contrainsurgência da ISAF e, em seguida, delimita-se três aspectos do discurso nos conteúdos oficiais abordados: *pessoas que escrevem* e para que finalidade é produzido o material de divulgação; *a quem se destina*, quem são os leitores; e, por fim, *a mensagem textual* sobre o que diz o texto e de que modo os sentidos se relacionam a desumanização.

3.2.1 A desumanização no discurso da contrainsurgência

A ISAF emitiu uma série de diretrizes táticas para ajudar os comandantes a entender o ambiente operacional e as potenciais habilidades necessárias para serem bem-sucedidas nas operações. Nas primeiras operações no Afeganistão, os comandantes orientaram suas unidades para matar e capturar o inimigo (*enemy-centric*). Neste sentido, a doutrina da contrainsurgência no Afeganistão constrói uma dualidade: nós *versus* eles, ou seja, contrainsurgentes *versus* insurgentes. Os contrainsurgentes representam as forças internacionais que atuam junto às forças de segurança do governo afegão. Os grupos insurgentes, naquele dado momento, configuravam-se em três grandes blocos *Quetta Shura*, *Haqqani* e *Hezb-I-Islami Gulbuddin*. Nesta concepção de nós *versus* eles, as forças internacionais lutam contra os “perpetradores” que representam *eles*, a insurgência.

Assim sendo, constrói-se a partir do discurso a desumanização do insurgente. Os autores French e Jack (2015, p. 19) indicam a possibilidade das duas formas de desumanização no discurso:

Por um lado, podemos equiparar pessoas com objetos ou máquinas inanimadas (em um contexto militar, isso se reflete no uso de expressões como *neutralize targets* e *legitimate targets*). Por outro lado, podemos equiparar pessoas como seres animados, mas inferiores, ou seja, animais não humanos, perigosos ou monstros imaginários (virtualmente toda propaganda militar sobre o inimigo envolve exemplos disso).

Os autores consideram que o discurso da desumanização animalista é pior que o da desumanização mecanicista, porque a mecanicista treina as tropas para “neutralizar alvos” e a animalista treina para “exterminar” e “destruir” (FRENCH E JACK, 2015, p. 27). Nesta forma de visualizar a desumanização no discurso, o apelo a agressão no discurso animalista é maior, pois interfere psicologicamente no julgamento do inimigo, sendo visualizado como alvo de ódio e como permissível de desrespeito, reduzindo assim, o cálculo estratégico das ações contra o inimigo. Enquanto na concepção mecanicista no discurso, a resposta à agressão é uma estratégia mais elaborada. Ainda nesta concepção dos autores, o discurso mecanicista mantém na doutrina militar a necessária objetificação do inimigo, sem permitir a desumanização animal do inimigo, que seria uma concepção mais extrema de desumanizar o inimigo no discurso.

Na verdade, os termos empregados são formas semânticas do discurso que conduzem a mesma finalidade, que é justificar o ato de matar. A desumanização no discurso está frequentemente vinculada à realidade da guerra e o tom do discurso varia de acordo com as ameaças e ações específicas que devem ser empregadas contra o inimigo. Se a guerra envolve o ato de autorizar a morte intencional de outros seres humanos, o discurso é um elemento fundamental para isto. O que se diferencia no ato do discurso é o seu papel sobre a prática. Tais considerações fundamentam um discurso com elementos de deslegitimação do insurgente que o desumaniza para justificar o ato de combate (a guerra) e a própria destruição do inimigo (o ato de matá-los). Por um lado, justificar o ato de cometer assassinatos contra os considerados insurgentes se traduz no discurso de deslegitimação do Ser (por exemplo, *marginalizar os insurgentes politicamente, socialmente e economicamente*). Por outro, a suavização do discurso para se referir ao insurgente pode ocorrer numa forma de objetificação em que nenhuma palavra que lembre um sentido humano é adicionada, mas utilizada como um substantivo abstrato para se referir ao inimigo.

Outra consideração no discurso é a recorrência ao princípio da conquista de corações e mentes, que é usado em diferentes contextos⁶¹. Como citou Egnell (2010, p. 282), tornou-se uma abordagem normativa que confere legitimidade às ações de um determinado ator externo que pode não corresponder às expectativas da população local. No Afeganistão, a doutrina militar da contrainsurgência se traduz em diversas atividades táticas que envolvem obter o apoio da população para estabelecer legitimidade ao governo e à presença militar internacional.

A campanha de contrainsurgência centrada na população é utilizada no discurso pela necessidade das forças internacionais se aproximarem da população para obter ganhos estratégicos nas operações. Conquistar corações e mentes serve para convencer a população de que a força pode protegê-los e que resistir é inútil (EXUM, 2011, p. 8). A população é vista como mero instrumento que pode ser controlado para adquirir ganhos militares e políticos durante a guerra. Há uma ênfase na relação entre as pessoas e as tropas. Alegadamente, há sempre uma “população neutra” que tem que ser conquistado pela dissuasão, o que pode incluir táticas militares de imersão como persuasão ou do uso da linguagem de proteção (MUJAHID, 2016, p. 49). Com isso, as formas de convencimento e controle da população são projetadas com base no auto interesse.

No discurso, utilizar-se da população, associar-se e recorrer ao seu apoio é justificado pelo combate aos insurgentes e pela estratégia de construir apoio ao governo afegão para legitimá-lo. É neste sentido que a conquista de corações e mentes serve para “drenar o mar que os insurgentes nadam” (*drain the sea in which the insurgents swim*) (EGNELL, 2010, p. 282) e combater a expansão e o domínio do Talibã. As referências a população no discurso são de um instrumento para atingir outros fins, ou seja, torna-se uma aproximação forjada pela doutrina de conquista de corações e mentes, mascarada pela estratégia na guerra.

Nós ouvimos dizer que para ganhar esta guerra, derrotar esta insurgência e usar nossas táticas de contrainsurgência é *conquistando corações e mentes das pessoas*. Isto é verdadeiro, mas é difícil definir o que é ganhar corações e mentes das pessoas. Quero dizer... *conquistar corações e mentes das pessoas é dar a elas segurança*. Dar a elas um meio para cuidar de suas famílias. Dar a elas um meio para levar sua colheita para o mercado, educar seu povo e todas as necessidades básicas da vida, como ter um teto sobre suas cabeças e algo para comer são formas de conquistar corações e mentes, *mas a única maneira de ganhar corações e mentes das pessoas é mostrando que estamos dispostos a vencer a guerra* e isso envolve o risco de entrar nas vilas envoltos nos veículos blindados e nós dizemos que “tudo está certo, que tudo vai ficar bem”, “estamos aqui para ajudá-lo, você está seguro, não se preocupe mais agora”. Se você é afegão e está olhando para este veículo monstro que você nunca viu antes, com soldados armados até os dentes e por todo lugar, você realmente

⁶¹ Nas questões relacionadas a governança, desenvolvimento, ajuda humanitária e operações militares.

acredita que eles estão aqui para ajudá-lo? Que está tudo bem? Que eles estão aqui para fornecer segurança, especialmente quando no passado, talvez, tenham bombardeado indiscriminadamente e destruído suas propriedades com ataques noturnos a casas afegãs, o que para eles é uma afronta quando viola suas casas. Especialmente quando eles sabem que são inocentes. *Nós e a nossa missão de destruir a insurgência às vezes se tornam exagerados e reagimos mal. Então vamos ter que assumir algum tipo de risco*⁶² (...).

O discurso induz que proteger a população significa *vencer a guerra*. É possível proteger o Ser ao mesmo tempo em que informa que apenas pode protegê-lo dando andamento a uma guerra em sua própria nação? As incoerências do discurso assumem a postura do auto interesse nas ações realizadas para a população (distribuição de mantimentos, construção de infraestrutura e demais ações de “paz”). A missão é *destruir a insurgência* e isto envolve *assumir riscos*. Neste cenário, assume-se o risco de destruir casas e locais públicos e assume-se o risco de cometer assassinatos em prol da destruição do inimigo, ou seja, do extermínio do Ser. Além disso, assume-se o risco de causar a morte de pessoas que não estão envolvidas no combate (as vítimas civis).

Se o discurso na guerra não pode ser conciliado com o reconhecimento da humanidade do inimigo, a forma de evasão psicológica frequentemente usada é a de negar a humanidade do inimigo no devido modo que for atribuído a sua desumanidade. Animalista ou mecanicista, a doutrina militar na guerra pode conter elementos de ambas as concepções que ajudam a determinar o comportamento do desumanizador para o Ser desumanizado. Nenhum manual doutrinário será flexível o suficiente para um ambiente tão fluído, mas de qualquer modo é preciso criar um *operational design* ou *commander's intention* que constitui a base para a improvisação quando a situação sair do controle (KILCULLEN, 2006, p. 2). Por isso, analisa-se a seguir os Memorandos de 2009 e de 2010 para visualizar o papel do discurso sobre a prática.

3.2.2 Análise de discurso de documentos oficiais da ISAF

No discurso oficial da OTAN, a ISAF começou o mandato no Afeganistão com uma abordagem centrada no inimigo e as unidades altamente qualificadas coordenaram a missão de matar ou capturar o inimigo (SPRINGER, 2012, p. 93). Todavia, a imersão de novos membros na causa Talibã e o alto número de mortes de civis com resultado das capacidades cinéticas foram fatores que contribuíram para uma mudança de abordagem⁶³.

⁶² Sargento-Major do Comando da ISAF, Michael Hall. Transcrição do vídeo The concept of winning the hearts and minds. 5 de jan. de 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNAUO9RgYAM>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

⁶³ Operações cinéticas e não cinéticas. Quando as capacidades militares se concentram em destruir forças inimigas através da aplicação de danos físicos com o foco na neutralização do inimigo são chamadas de

Formulou-se que o sucesso no Afeganistão está em ganhar o apoio da população. A declaração de missão da ISAF tornou-se centrada na população em 2009: “A ISAF, em parceria com o governo afegão, realiza operações de contrainsurgência centradas na população, possibilita uma ANSF expandida e efetiva e apoia uma melhor governança e desenvolvimento para proteger o povo afegão e proporcionar um ambiente seguro com estabilidade” (ISAF apud HRYCHUK, 2012, p. 12). Embora a ISAF tenha pretendido limitar as vítimas civis ao modificar a abordagem de ação, a nova declaração da missão nunca teve como objetivo restringir a atuação dos comandantes e soldados (SPRINGER, 2012, p. 96). Ao assumir o cargo de comandante da ISAF, o general Stanley McChrystal reuniu uma equipe de avaliação estratégica para rever a guerra no Afeganistão. Em 30 de agosto de 2009, o general McChrystal divulgou sua avaliação estratégica sobre o Afeganistão.

A ISAF é uma força militar que está mal configurada para a contrainsurgência, inexperiente na linguagem e na cultura local e luta com os desafios inerentes à guerra da coalizão. Essas desvantagens intrínsecas nos preocupam com a proteção de nossas próprias forças, operamos de uma maneira que nos distanciou - fisicamente e psicologicamente - das pessoas que procuramos proteger. Além disso, corremos o risco de derrota estratégica ao perseguir vitórias táticas que causam danos colaterais desnecessários. Os insurgentes não podem nos derrotar militarmente, mas podemos nos derrotar⁶⁴.

A reavaliação da estratégia de 2009 do general McChrystal determinou que a forma operacional se concentrou muito nas operações de captura e precisou de mais equilíbrio para aproveitar o benefício potencial de todos os recursos disponíveis diante dos esforços realizados. Para divulgar os modos de operação, o general McChrystal e sua equipe da ISAF produziram diretrizes táticas que encorajavam os comandantes a se concentrarem na população e nas comunidades afegãs e não apenas no inimigo. No ano seguinte, o general Petraeus assumiu o cargo de comandante da ISAF. A estratégia de contrainsurgência não se modificou e no discurso houve a revisão das orientações táticas e o termo centrado na população (*population-centric*) foi removido da declaração da missão e substituído por *conduct operations*.

Estas breves constatações são fundamentais para a análise do discurso. As referências documentais de 2009 e 2010 que serão abordadas se referem a normas de conduta na missão dos envolvidos na contrainsurgência. McChrystal e Petraeus, generais do comando da ISAF, formularam os memorandos estudados na pesquisa. A escolha de

kinetic capabilities (capacidades cinéticas). Quando as capacidades militares apoiam a segurança e o bem-estar da população, a estabilidade da nação anfitriã e a coordenação de atividades militares e civis são chamadas de *non-kinetic capabilities* (capacidades não cinéticas) (HURLEY et al., 2009, p. 1).

⁶⁴ Stanley McChrystal, “Commander’s Initial Assessment,” ISAF. 2009. Disponível em: https://static.nzz.ch/files/6/5/4/Afghanistan_Assessment_1.3630654.pdf Acesso em 10 de julho de 2017.

tais documentos se deu pelo fato de serem as diretrizes que modificam o discurso militar de contrainsurgência da ISAF para um discurso “supostamente” mais brando em relação ao inimigo e, ainda assim, com elementos de desumanização.

3.2.2.1 Pessoas que escrevem

Para investigar elementos de desumanização no discurso, os discursos em forma de diretrizes táticas (memorandos) elucidam expressamente os modos de ação da ISAF. Além disso, os conteúdos nos esclarecem qual é a tese desenvolvida para justificar o papel da ISAF no Afeganistão. Vincula-se a linguagem militar à ideologia da contrainsurgência. Deste modo, a interpretação crítica das principais diretrizes permite captar a organização do discurso e as relações de persuasão e contradição presentes na ideologia empregada. O memorando de 2009 foi desenvolvido pelo general Stanley McChrystal e o de 2010 pelo general David Petraeus que ocuparam o cargo simultâneo do Comando das forças dos Estados Unidos no Afeganistão e do Comando da ISAF. Relatam-se breves considerações sobre os respectivos generais.

McChrystal graduou-se na Academia Militar em Nova Iorque e se tornou Chefe do Comando de Operações Especiais Conjuntas (*Joint Special Operations Command - JSOC*) de 2003 a 2008, na qual desempenhou sua função na Carolina do Norte (sede do Comando Central dos Estados Unidos) e em diversos países como Catar, Coreia do Sul e Arábia Saudita, atuando também no serviço secreto junto ao Pentágono⁶⁵. Atuou no Iraque na operação *Multi-National Force Iraq* (MNF-I) com as forças de coalizão e no comando do JSOC teve mérito em capturar o presidente iraquiano Saddam Hussein⁶⁶ em 2003 e Abu Musab Al-Zarqawi⁶⁷ em 2006.

Petraeus estudou na Academia Militar dos Estados Unidos e ocupou posições de liderança em unidades de infantaria na Europa, Estados Unidos e Oriente Médio. Além disso, ele serviu em várias equipes do exército: Assistente do Chefe de Estado Maior do Exército, Assistente militar do Supremo Comandante da Coalizão na Europa, Chefe das Operações das Forças das Nações Unidas no Haiti e Assistente Executivo do Presidente do Estado-Maior⁶⁸.

⁶⁵Biografia de Stanley McChrystal. Disponível em: <https://www.biography.com/people/stanley-mcchrystal-578710> Acesso em: 14 de julho de 2017.

⁶⁶ Em 2003, os Estados Unidos iniciaram a intervenção militar no Iraque com um bombardeio sobre Bagdá, Saddam foi preso e condenado à morte em 2006 pelo Tribunal Especial iraquiano.

⁶⁷ Líder da Al-Qaeda no Iraque.

⁶⁸ Departamento de Defesa dos Estados Unidos. General David H. Petraeus. Commander of International Security Assistance Force & Commander of U.S. Forces Afghanistan. Disponível em:

Enquanto McChrystal alternou missões no estrangeiro com tarefas de espionagem (Coreia do Sul e Arábia Saudita) e no trabalho de treinamento e inovação das tropas nos Estados Unidos, Petraeus esteve na universidade (concluiu Ph.D. em Relações Internacionais na Universidade de Princeton) e nas missões de manutenção de paz (Haiti e Bósnia). Os dois percursos os conduziram para a defesa da mesma doutrina que viria a ser recorrente após a Guerra no Iraque: a contrainsurgência. Petraeus e McChrystal foram considerados dois dos mais brilhantes militares após a invasão do Estados Unidos no Iraque. Enquanto eram generais na guerra do Iraque promovida pela administração Bush, eles estenderam seu poder de influência na campanha política de contraterrorismo⁶⁹ para delinear uma estratégia militar de contrainsurgência.

Desde o início, McChrystal estava determinado a colocar sua marca pessoal no Afeganistão, a usar o lugar como laboratório para uma teoria militar controversa conhecida como “contrainsurgência”. COIN, como a teoria é conhecida, é o novo evangelho dos homens condecorados do Pentágono, uma doutrina que tenta combinar a preferência dos militares pela violência de alta tecnologia com as exigências de uma guerra duradoura em Estados como o Afeganistão. A COIN exige que sejam enviados muitos soldados de solo não só para destruir o inimigo, mas para viver entre a população civil e lentamente construir, ou construir do zero, outro governo nacional - um processo que até os defensores mais ferrenhos reconhecem que demora anos, se não décadas, para ser completado. (...) Em 2006, depois que o general David Petraeus fez um teste “beta” da teoria durante seu “avanço” no Iraque, ela rapidamente conquistou seguidores ferrenhos entre teóricos estrategistas, jornalistas, oficiais do exército e representantes do governo civil⁷⁰.

Não há uma estratégia real de construção de paz no Afeganistão, anteriormente configurada como “missão de paz e segurança da ONU”. Sob o comando da OTAN, a ISAF agiu em prol de uma *estratégia de influência política democrática* e de uma *estratégia militar de influência dos Estados Unidos no Afeganistão*. O envolvimento dos Estados Unidos no Afeganistão é uma campanha de *auto-interesse* dos mais diversos setores envolvidos (econômico, social, militar, governamental, etc.).

Todavia, há divergências, especialmente nos setores político e militar da campanha de contrainsurgência, que podem não se alinhar frequentemente. O artigo intitulado *The Runaway General* publicado em 22 de junho de 2010 pela revista *Rolling*

<http://web.archive.org/web/20110228183126/http://www.defense.gov/bios/biographydetail.aspx?biographyid=166> Acesso em: 14 de julho de 2017.

⁶⁹ A expressão contraterrorismo é a atividade que engloba as medidas ofensivas de caráter repressivo, a fim de impedir, dissuadir, antecipar e responder às organizações terroristas ao desencadear operações que visam a captura de integrantes terroristas, bem como aquelas efetuadas para liberar instalações ou reféns que venham a cair sob o controle dessas organizações (PINHEIRO, 2011, p. 9).

⁷⁰ Um general com ideias muito próprias. Publicado em 26 de junho de 2010. Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/noticia/general-stanley-mcchrystal/#imagem0> Acesso em: 13 de julho de 2017.

Stones mostra um exemplo destes aspectos sobre a guerra no Afeganistão.⁷¹ Como citado no artigo escrito por Michael Hastings, o general McChrystal fez críticas a membros do governo Obama. Ademais, membros da equipe do general fazem piada do vice-presidente Joe Biden⁷², que estaria contra os esforços de McChrystal para aumentar o número de soldados em combate. A repercussão do conteúdo publicado gerou a renúncia de McChrystal do cargo de general. Um dia após a publicação do conteúdo, Obama fez uma declaração na Casa Branca sobre o a renúncia de McChrystal e sua substituição como chefe das operações da ISAF.

Hoje eu aceitei a renúncia do general Stanley McChrystal como comandante da ISAF. Eu o fiz com grande pesar, mas também com a certeza de que é o correto para a nossa missão no Afeganistão, para os nossos militares e para o nosso país. (...) A conduta representada no artigo recentemente publicado não segue os padrões que devem ser estabelecidos por um comandante, enfraquece o controle civil das Forças Armadas que está no centro do nosso sistema democrático e corrói a confiança necessária para nossa equipe trabalhar unida para atingir nossos objetivos no Afeganistão. Acredito que essa missão exige união de esforços dentro da nossa aliança e da minha equipe de segurança nacional. E não acho que possamos sustentar essa união de esforços e atingir nossos objetivos no Afeganistão sem fazer essa mudança⁷³.

Ao anunciar a saída de McChrystal, Obama disse que a troca de comando não representa uma mudança na política dos Estados Unidos para o Afeganistão: “O general Petraeus participou inteiramente da nossa revisão (da estratégia) e ele ajudou a projetar a estratégia que temos atualmente”, ou seja, a contrainsurgência. Com isso, o anúncio público demonstrou que a estrutura militar está subordinada ao poder político. Obama nomeou o chefe do Comando Central dos Estados Unidos, David Petraeus para o cargo. Petraeus foi um dos promotores da nomeação de McChrystal em 2009.

Por força das guerras iniciadas pela Administração Bush, Petraeus e McChrystal tornaram-se os dois rostos mais visíveis das forças militares dos Estados Unidos. Considerados excepcionais, reúnem as características exigidas aos oficiais que a América quer hoje ter: fortes e inteligentes, bons estrategistas, são capazes de cumprir o comando no terreno, ao mesmo tempo que conseguem defender as estratégias que executam no Congresso ou perante os aliados de Washington. São guerreiros intelectuais e políticos. O percurso militar de Petraeus faz dele o militar modelo, o exemplo que qualquer soldado deve aspirar a ser. McChrystal aparecia logo a seguir, como o seu principal discípulo. Talvez menos brilhante, mas alguém de quem também se podia esperar tudo⁷⁴.

⁷¹The Runaway General. Publicado em 22 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.rollingstone.com/politics/news/the-runaway-general-20100622> Acesso em: 13 de julho de 2017.

⁷² “Biden? Ou você disse *'bite me'* (me morda)?”, diz um assessor de McChrystal. Conteúdo publicado na matéria The Runaway General.

⁷³ President Obama’s Statement on general McChrystal and Afghanistan. The Obama White House. Publicado em 23 de junho de 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UKI5i_ZAW_4 Acesso em: 13 de julho de 2017.

⁷⁴ David Petraeus e Stanley McChrystal: o oficial perfeito e o general rebelde. Publicado em 1 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/07/01/mundo/noticia/david-petraeus-e-stanley-mcchrystal-o-oficial-perfeito-e-o-general-rebelde-1444803> Acesso em: 15 de julho de 2017.

Estas considerações nos servem para demonstrar o alinhamento da proposta da contrainsurgência no Afeganistão promovida pelos generais. Os memorandos analisados representam uma forma de discurso escrito que serve de base para entender o que se procede nas entrelinhas da materialidade discursiva associada a prática militar no Afeganistão. Apesar da expansão militar no país e o emprego de alta tecnologia militar, o alto número de mortes de civis e a crescente quantidade de pessoas que se aliavam com os talibãs eram fatores que dificultavam ganhos reais na geração de estabilidade⁷⁵. O memorando de 2009 escrito por McChrystal foi desenvolvido em um momento de mudança de abordagem no discurso militar da contrainsurgência. No ano seguinte, o general Petraeus publicou novo memorando que se alinha a abordagem centrada na população e, claramente, não suaviza o discurso contra o inimigo.

3.2.2.2 A quem se destina

Em 2009, a missão da ISAF consistia de 42 nações (Figura 6) que se dividiam em 26 grupos de reconstrução das províncias chamados *Provincial Reconstruction Teams* (PRTs) e em média 67700 soldados foram distribuídos para atuar nas províncias. Os PRTs formaram bases em regiões estratégicas do Afeganistão⁷⁶.

Figura 6 – Contribuição de Soldados por Nações*

	Albania	250		Finland	130		Lithuania	250		Spain	1000
	Australia	1200		France	3070		Luxemburg	8		Sweden	430
	Austria	4		Georgia	1		Netherlands	2160		The former Yugoslav Republic of Macedonia*	185
	Azerbaijan	90		Germany	4245		New Zealand	220		Turkey	820
	Belgium	510		Greece	125		Norway	600		Ukraine	10
	Bosnia and Herzegovina	2		Hungary	310		Poland	2025		United Arab Emirates	25
	Bulgaria	460		Iceland	8		Portugal	105		United Kingdom	9000
	Canada	2830		Ireland	7		Romania	990		United States	31855
	Croatia	290		Italy	2795		Singapore	2			
	Czech Republic	340		Jordan	7		Slovakia	240			
	Denmark	700		Latvia	165		Slovenia	80			
	Estonia	150								Total (appx)	67700

*Os números de soldados são baseados em estimativas.

Fonte: ISAF *Facts and Figures*. 2009. Disponível em: http://www.nato.int/isaf/placemats_archive/2009-10-01-ISAF-Placemat.pdf Acesso em: 17 de julho de 2017.

⁷⁵ O número de vítimas civis em 2009 foi de 5968 entre mortos e feridos. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53229#collapseOne> Acesso em: 15 de julho de 2017.

⁷⁶ Os PRTs foram instalados nas capitais de províncias de Cabul, Kandahar, Lashkar Gah, Tarin Kowt, Qalat, Herat, Farah, Qala-i-Naw, Chaghcharan, Mazar-e Sharif, Feizabade, Kunduz, Pol-e Khomri, Meymaneh, Bagram, Lowgar, Sharana, Khost, Mehtar Lam, Bamiyan, Panjshir, Jalalabad, Ghazni, Asadabad, Nuristão, Wardak e Gardez (2009, p. 1). ISAF *Facts and Figures*. 2009.

Ambos os memorandos se destinam a soldados, marinheiros, aviadores, fuzileiros navais, civis e apoiadores da OTAN/ISAF, forças armadas dos Estados Unidos e público em geral (ANEXO A; ANEXO B, p. 1). Trata-se de uma parceira direta das forças internacionais com as forças armadas dos Estados Unidos no Afeganistão que se distribuíram em PRTs para executar as demandas da missão. Leva-se em consideração a ideologia presente na elaboração dos memorandos e na interpretação do discurso pelas diversas bases militares que se instalaram no Afeganistão. Diante dos desafios da missão estabelecida, o discurso assumiu diretrizes táticas que influenciaram no contexto e na tomada de decisão das ações na guerra.

3.2.2.3 As mensagens

Nesta abordagem, transcreve-se trechos do discurso escrito nos memorandos. Para identificá-los, referencia-se o ano e a página que cada sentença corresponde. Articula-se elementos de ambos os memorandos para depois fazer uma análise do conteúdo do discurso promovido para divulgação. Partindo do princípio de que a tradução por si só é um discurso, segue-se uma interpretação de minha própria tradução. As mensagens são abordadas sob três elementos chaves: os trechos que tratam da população, dos insurgentes e da forma de conduta das tropas. Configuram-se três elementos que representam os três grupos humanos principais do discurso da contrainsurgência (a população, o insurgente e o soldado). O conteúdo verbal dos memorandos é no imperativo como forma de descrever as devidas ordens de conduta aos leitores.

Inicia-se a análise pelo discurso da conquista de corações e mentes. Os memorandos de 2009 e 2010 contêm recorrentes referências de como deve ser a relação das tropas com a população. Ambos enaltecem esta relação nos seguintes trechos:

- a. *As pessoas são o prêmio. Todos devemos entender o povo do Afeganistão (2009a, p.1).*
- b. *Trate-os com respeito. Pergunte a si mesmo: “Como eu gostaria que os soldados tratassem a mim e minha família? ” (2009a, p. 1).*
- c. *Precisamos entender as pessoas e ver as coisas pelos seus olhos (2009b, p. 1).*
- d. *A vontade das pessoas é o objetivo (2009b, p. 3).*
- e. *Devemos conhecer as pessoas, seu ambiente e aspirações, e trabalhar junto com elas para atender às suas necessidades (2009b, p. 4).*
- f. *Ganhar a confiança das pessoas é uma grande parte da nossa missão (2009b, p. 4).*

- g. *Seja uma força positiva na comunidade, proteja as pessoas de danos e promova a segurança para que as pessoas possam trabalhar e criar suas famílias em paz (2009b, p. 5).*
- h. *Assegure, proteja e sirva a população (2010, p.1).*

No entanto, esta forma de conduta com a população é justificada pelo auto-interesse das forças internacionais e do governo afegão:

- i. *Toda interação com a população, positiva ou negativa, influencia a percepção dos afegãos da ISAF (2009, p.1).*
- j. *Apenas providenciando-lhes segurança e ganhando sua confiança o governo afegão e a ISAF podem prevalecer (2010, p.1).*
- k. *Ajude os afegãos a gerar governança responsável com o governo (2010, p.1).*
- l. *O povo afegão decidirá quem ganha essa luta e nós, governo e ISAF estamos lutando por seu apoio (2009b, p. 1).*

A ideia de auto-interesse abordada é no sentido de que há interesses que não estão no discurso, mas foram maquiados na doutrina da contrainsurgência, como o processo de geração de estabilidade pela governança da segurança. No Afeganistão, dá-se ênfase sobre a governança da segurança que faz com que a reforma do setor de segurança faça parte da construção do Estado, exigindo esforços para treinar e equipar tropas para lutar contra o Talibã e estabelecer as estruturas políticas democráticas (SEDRA, 2007 apud JACKSON, 2011, p. 1808). Repetidamente se assevera no discurso:

- m. *Proteger as pessoas é a missão. O conflito será conquistado persuadindo a população, não destruindo o inimigo. A ISAF terá sucesso quando o governo afegão ganhar o apoio das pessoas (2009b, p. 1).*
- n. *Concentre-se nas pessoas, não nos militantes (2009b, p. 7).*
- o. *Se prejudicarmos civis afegãos, semeamos as sementes de nossa própria derrota (2009b, p. 7).*

De fato, as pessoas são um instrumento para o sucesso da contrainsurgência, mas não representam a questão central⁷⁷. Sem visualizar as entrelinhas do discurso é provável conceber que não há neste sentido um elemento de desumanização, pois se valoriza e enaltece o papel da população. Entretanto, a população não é o foco da abordagem, mas

⁷⁷ O que define o sucesso da contrainsurgência é um governo legítimo com instituições econômicas e de segurança, no qual os insurgentes e seus líderes são cooptados, marginalizados ou separados da população e as forças insurgentes são desmobilizadas, dissolvidas ou reintegradas às estruturas políticas e sociais do país (Manual do Governo dos Estados Unidos, 2009, p. 16).

o insurgente. As referências feitas a população é constantemente visando o sucesso da contrainsurgência e o que representa esse sucesso no discurso é a vitória das ações contra os considerados insurgentes. A população é posta entre dois polos de interesse, as forças internacionais e o governo *versus* os insurgentes. Como citado, *o terreno decisivo é o terreno humano* (2010, p. 1).

Minha interpretação do discurso classifica a população como objeto do discurso da ISAF. Ainda que se atribua argumentos como *proteger o povo afegão é a missão* (2009b, p. 1), de fato, as pessoas são o prêmio (*the prize*), como um troféu, mas não são a razão de ser da missão. A missão é de combate ao insurgente e do que diz respeito a *ele*. A população é como uma peça de xadrez que pode ser manuseada e manipulada:

- p. *Nós e os insurgentes estamos apresentando um argumento para o futuro para o povo do Afeganistão: eles decidirão qual argumento é o mais atraente, o mais convincente e tem a maior chance de sucesso* (2009b, p. 1).
- q. *Ganhe o apoio das pessoas e a guerra é conquistada, independentemente de quantos militantes são mortos ou capturados* (2009b, p. 4).
- r. *Construa relacionamentos com líderes tribais, comunitários e religiosos. O sucesso requer comunicação, colaboração e cooperação. Procure os desfavorecidos, os desprotegidos e os descontentes e os tragam no time* (2009b, p. 4).
- s. *Troque ideias e crie relacionamentos, mas não apenas com aqueles que nos procuram. Ganhe a confiança das pessoas, converse com elas, faça perguntas e aprenda sobre suas vidas. Ouça o que elas dizem. Esteja ciente de tudo. Não seja um peão no jogo de outra pessoa. Passe algum tempo, escute, procure se aconselhar e beba muito chá.* (2010, p. 2).

Na relação da ISAF com a população deve ser empregada o poder de dissimulação das tropas envolvidas nas comunidades. Trata-se a população como um instrumento para obter ganhos estratégicos, como se a população precisasse ser conquistada e aceitar a convivência com as tropas estrangeiras em sua comunidade. Ademais, trata-se como se fosse necessária a convivência da população com as tropas para que os soldados estabeleçam segurança:

- t. *As pessoas precisam saber que nós não vamos abandoná-las* (2010, p. 2).

Há o tratamento de inércia da população no discurso e da negação da subjetividade. À medida que a população representa milhões de pessoas, afegãos e afegãs que sobrevivem no conflito, assumir uma ordem de classificação denominada de “população” no discurso significa reduzir o papel de um elemento central em qualquer conflito, as vítimas civis.

Caso a população fosse o centro de gravidade da contrainsurgência, a redução do número de mortes de civis seria prioridade em qualquer operação. Se o discurso desumaniza por objetificar a população, a prática permite sua total desumanização ao permitir o acometimento de vítimas civis e considerá-las falhas de operação.

Em relação ao Ser considerado insurgente, o discurso se refere a eles tanto como “extremistas violentos”, “insurgentes” e “inimigos capazes de atos bárbaros”, quanto na ideia de “alvo” (*target*). Há elementos do discurso que verbalizam atitudes de agressão, sendo, portanto, elementos do discurso animalista. Como demonstrado nos seguintes trechos:

- u. *Persiga o inimigo implacavelmente (2010, p.1).*
- v. *Quando os extremistas lutam, faça-os pagar (2010, p. 1).*
- w. *Cace o inimigo agressivamente, mas use apenas o poder de fogo necessário para vencer a luta (2010, p. 1).*
- x. *Transforme as ideologias extremistas de nossos inimigos em práticas agressivas e violência indiscriminada contra eles. Pendure suas ações bárbaras como pedras em seus pescoços (2010, p. 3).*
- y. *Na ausência de orientação, descubra que ordens seriam dadas e execute-as agressivamente (2010, p. 4).*

Além destas orientações de um discurso animalista, há também elementos do discurso que condizem com a forma mecanicista, são eles:

- z. *Procure e elimine quem maltrata a população (2010, p.1).*
- aa. *Toda a rede é o alvo, não apenas indivíduos (2010, p.1).*
- bb. *Identifique e separe os “reconciliáveis” dos “irreconciliáveis”. Identifique e relate os obstáculos à reintegração. Ajude nossos parceiros a lidar com a parte “reconciliável”, mesmo enquanto trabalhamos com nossos parceiros para identificar e matar, capturar, expulsar ou atacar os “irreconciliáveis” (2010, p. 3).*

Na concepção mecanicista do discurso, deixa-se subentendido o sujeito que é “quem maltrata a população” e o “alvo”. Estes termos se referem aos inimigos da contrainsurgência. Além disso, subentende-se que os “reconciliáveis” e os “irreconciliáveis” são as pessoas que de alguma forma se envolveram com os grupos considerados insurgentes e, de acordo com suas ações, podem ser reintegrados ou sofrer represálias como a prisão, a expulsão da comunidade ou a morte. As duas formas de desumanização estão inseridas no conteúdo e equilibram o discurso e a abordagem prática. Equilibra-se o discurso a fim de dar ênfase no elemento de prudência das tropas

nas operações. A sistematização do discurso é desenvolvida com elementos de desumanização ao se utilizar de ambas as categorias na linguagem, sem reforçar explicitamente uma única forma de se referir ao inimigo.

Em relação ao soldado, trata-se das ações que ele deve exercer em campo, seja na relação direta com a população, seja no combate aos insurgentes. Seguem-se as mais relevantes constatações no discurso:

cc. *Nossa posição excessivamente agressiva aliena moradores locais e potencialmente os leva para os braços da insurgência (2009a, p. 1).*

dd. *Viva entre as pessoas (2010, p. 1).*

ee. *Seja um bom convidado (2010, p. 2).*

ff. *Trate as forças afegãs como irmãos de armas (2010, p. 3).*

gg. *Viva nossos valores. Seja fiel aos valores que nos afeiçoamos. É o que nos distingue de nossos inimigos (2010, p. 3).*

O soldado é conduzido em seu treinamento a operar as diretrizes da contrainsurgência e isso envolve saber lidar com as questões locais, interagir com a população e estar alinhado com os valores da missão. Nas normas de conduta se assevera a ação agressiva quando convir necessário. Deste modo, incita-se no discurso a desumanização do próprio soldado para com o Ser que se deve realizar a agressão. O soldado pode ser o desumanizador e o desumanizado que implica no termo de caça para com os insurgentes e de caçador para com o próprio soldado.

Os elementos de desumanização também estão empregados nos termos utilizados para se referir ao insurgente e na forma de agir contra os insurgentes, incitando o ódio e a agressão. No tocante a população, a forma de tratamento no discurso enaltece a relação do soldado com as pessoas, porém esta relação é permeada de interesses estratégicos para a missão de contrainsurgência. Ainda que a abordagem no discurso se baseie na doutrina centrada na população, esta não se torna a missão, mas um meio de exercer influência para obter o sucesso da contrainsurgência. No estudo sobre a prática militar no Afeganistão vamos compreender esta forma de desumanização da população e do soldado, sob a perspectiva das mortes perpetradas contra civis e do soldado como agente de caça.

3.3 Entre o discurso e a prática militar da desumanização

O ataque de 11 de setembro de 2001 teve como consequência imediata o lançamento da guerra ao Terror que orientou as operações de contraterrorismo,

conduzidas pela *Operation Enduring Freedom* sob o comando das tropas especiais do exército dos Estados Unidos⁷⁸. O discurso da estratégia de contrainsurgência da ISAF se insere no contexto após a saída do Talibã do poder de Cabul. A ISAF não se configurava no discurso como uma missão de contraterrorismo, mas como uma missão de geração de estabilidade pautada pela ideia de contrainsurgência. McChrystal afirmou que as operações de contraterrorismo funcionam melhor quando são acopladas aos esforços de contrainsurgência para aumentar a capacidade do país anfitrião de governar e reforçar a capacidade de suas forças nacionais⁷⁹. Deste modo, trata-se de uma guerra em que diversas questões se articulam para justificá-la.

Os talibãs perderam poder em Cabul, mas isto não significa perda de poder em áreas estratégicas do país. A conflituosa relação do Talibã com o governo afegão não reproduz um ambiente de “estabilidade”. A campanha da contrainsurgência mascara a realidade, porque justifica o longo período de permanência das tropas internacionais no Afeganistão como necessária para o treinamento das forças nacionais e para a legitimidade do governo, com a geração de vilas de estabilidade que ligam comunidades locais ao governo central, dentre outros fatores. É como se os benefícios da permanência das tropas fossem maiores que os malefícios. Há de se pesar na balança da violência estrutural se tais fundamentos contribuem para a preservação da singularidade humana e da natureza humana das partes fundamentais do conflito, os próprios seres humanos.

A desumanização enquanto prática tem início no interior dos indivíduos envolvidos no conflito e se externaliza à medida que a ação ou reação humanas se utiliza da violência, tornando-se o ato da violência (direta, estrutural ou cultural), a desumanização do Outro. Do nível macro (as tropas, a população, os grupos talibãs) ao nível micro (o soldado, o civil e o indivíduo do grupo Talibã), a desumanização nas relações humanas se torna presente em lugares como o Afeganistão, onde a alteridade ainda não se sobressai diante da violência estrutural. Vejamos o caso da morte de civis e, por fim, o soldado, micro objeto de análise da ISAF. É das relações humanas destrutivas que se trata a prática militar neste estudo.

⁷⁸ A Operação Liberdade Dourada descreve oficialmente o engajamento militar dos Estados Unidos nas operações de contraterrorismo no Afeganistão no período entre outubro de 2001 e dezembro de 2014.

⁷⁹ *Questions and answers With Former U.S. Commander in Afghanistan*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/01/09/world/asia/q-and-a-with-gen-stanley-mcchrystal.html> Acesso em: 18 de julho de 2017.

3.3.1 A morte de civis: o dano colateral

A expressão *collateral damage* (dano colateral) foi desenvolvida pela força aérea dos Estados Unidos para encobrir a morte de civis causadas pelas operações militares (PERICE, 2007, p. 109). O termo foi usado nas décadas de 1950 e 1960 como um jargão de guerra e se tornou comum na Guerra do Golfo em 1991 (MANDEL, 2004, p. 46). Porta-vozes da OTAN se referiram deliberadamente a morte de civis como danos colaterais ao longo da Guerra do Kosovo em 1999⁸⁰. Deste modo, a expressão se tornou comumente usada pelo governo e forças de segurança dos Estados Unidos para se referir às operações militares no exterior que causam a morte de civis. Em vez de “morte”, usa-se “danos”. Em vez de “pessoas”, usa-se “colateral”. A definição militar oficial dos Estados Unidos é de que um dano colateral representa um dano não intencional ou acidental a pessoas ou objetos que não seriam alvos militares legais dadas as circunstâncias⁸¹. Como demonstrado, o termo dano colateral é encontrado no discurso militar oficial.

Neste estudo, dá-se ênfase a morte de civis, pois representa o aspecto mais explícito da desumanidade nas relações humanas – a morte de pessoas – como resultado das operações da ISAF. Nesse processo, a relação que as tropas estabelecem com a população local se torna fundamental no combate aos considerados insurgentes. As relações humanas que se estabelecem entre soldados e civis podem ser diretas (o soldado vivenciando os costumes da comunidade, denominado de imersão no local) ou indiretas (o soldado que se mantém no posto de comando e controla drones e explosivos no trabalho de monitoramento do terreno). Apesar da estratégia de contrainsurgência centrada na população, a guerra resultou em altos índices de vítimas civis.

O relatório da UNAMA sobre o Afeganistão divulgado em 2016 mostra um número recorde de mortes de civis desde que começou a contagem em 2009. Nos primeiros seis meses de 2016 foram registrados entre mortos e feridos 5.166 civis, dos quais quase um terço eram crianças⁸². O número total de vítimas civis registrado pela ONU-UNAMA entre 1 de janeiro de 2009 e 30 de junho de 2016 subiu para 63.934,

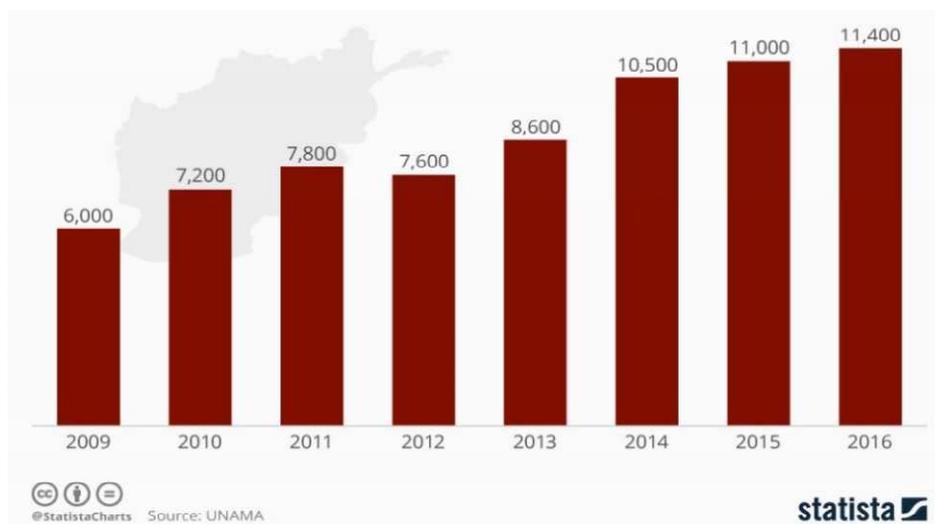
⁸⁰ Jamie Shea, General Jertz, General Wesley Clark entre outros representantes militares na OTAN são citados em suas colocações sobre a Guerra do Kosovo e o cometimento de danos colaterais na obra *How America Gets Away With Murder* de Michael Mandel, 2004.

⁸¹ Dicionário de Termos Militares do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Disponível em: http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf. Acesso em: 1 de nov. 2016.

⁸² Afghanistan: record level of civilian casualties sustained in first half of 2016 -- UN report. Disponível em: <http://unama.unmissions.org/afghanistan-record-level-civilian-casualties-sustained-first-half-2016-un-report>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

incluindo 22.941 mortes e 40.993 feridos⁸³. Neste relatório, define-se as vítimas civis como aquelas que sofreram ferimentos físicos ou morte por operações militares que causaram danos ao bem-estar pessoal ou comunitário.

Gráfico 1 – Civis mortos e feridos no Afeganistão (2009-2016)



Fonte: UNAMA

Extraído de: <https://www.statista.com/chart/9634/civilian-deaths-and-injuries-in-the-afghanistan-conflict/>
Acesso em: 15 de julho de 2017.

O número de vítimas civis no conflito foi elevado e os Estados Unidos e a ISAF reconheceram que o *dano colateral* estava tendo consequências estratégicas negativas, pois ajudava a promover o Talibã. De qualquer modo, o assassinato de afegãos pelas forças dos Estados Unidos e da ISAF minou os esforços para estabilizar o Afeganistão e resultou em um declínio na aprovação e no apoio às forças militares no país (RANJBAR; THIER, 2008, p. 1). Os militares dos Estados Unidos e da ISAF consideraram as mortes civis como *danos colaterais* – os efeitos infelizes e acidentais da guerra (SUHRKE, 2015, p. 100). Como Neta Crawford (2013) argumentou: esses efeitos eram de natureza sistêmica e se tratavam de “acidentes normais” como o resultado previsível de um sistema defeituoso de guerra.

Segundo Rogers et al. (2016, p. 18-22), identifica-se algumas causas principais que acometem “danos” à população afegã: ataques aéreos, invasões noturnas, detenções e munições não detonadas. As mortes de civis por ataques aéreos dos Estados Unidos e da OTAN quase triplicaram de 2006 a 2007⁸⁴. As mortes causadas pela munição aérea

⁸³ Id.

⁸⁴ Afeganistan: Civilian Deaths From Airstrikes. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2008/09/08/afghanistan-civilian-deaths-airstrikes> Acesso em: 20 de julho de 2017.

tornaram a capacidade de atuação da ISAF controversa (como a própria ISAF observou)⁸⁵. Contudo, o impacto político do resultado dos ataques aéreos promoveu mudanças na diretriz tática, ao menos no discurso oficial, buscou-se diminuir o número de vítimas nas operações⁸⁶.

Nas operações de busca e apreensão conhecidas como *night rands* ocorreram abusos associados a ataques noturnos. Ao realizar invasões noturnas há o elemento surpresa, sendo uma estratégia tida como vantajosa para prender combatentes. “Matar” ao invés de capturar nas missões ainda é o recomendado, apesar do objetivo primário dos ataques noturnos ser de busca e apreensão, há missões puramente para “matar” (ROGERS et al., 2016, p. 22). Falhas no sistema de inteligência como a identificação errada de civis com combatentes também podem ocorrer. Este tipo de abordagem aumenta o risco de ações indiscriminadas contra civis (morte, lesões e problemas emocionais) e aterroriza comunidades locais. Além disso, o Afeganistão é um dos países do mundo mais atingidos por minas terrestres e munições não detonadas. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária ao Afeganistão, estima-se que no país há cerca de 10 milhões de minas terrestres, sendo Cabul a capital mais minada do mundo⁸⁷.

Os civis mortos recebem a classificação de um termo neutro, o dano colateral. Este não possui nome, idade nem identidade. Termo que simplifica o real dano causado, por vezes, os assassinatos são tratados como uma mera consequência que resulta do risco inerente e de possíveis falhas nas operações. A desumanização neste caso se refere ao ato em si, pois anteriormente ao ato não era atribuída nenhuma característica singular aos civis que justificasse a morte. Matar é negar a humanidade do Outro na forma mais extrema da violência. O ato de matar é uma violência exposta e visível. O que ocorre no Afeganistão é um contexto de massiva violência direta, em que a violência foi elevada ao máximo grau de sua potência ao retirar a vida do Outro. Deste modo, permissível na guerra, a violência direta (o ato de matar e cometer violações ao Outro) se constitui na estrutura social e a segmenta de forma que se manifesta como violência estrutural. A estrutura da guerra permite que ocorra este tipo de procedimento. Então, forma-se um contexto de violência estrutural ao infligir a violência direta sobre as pessoas. O ato de

⁸⁵ The ISAF Civilian Casualty Avoidance and Mitigation Framework: Sustaining Best Practices, May 30, 2014, p. 38 apud Muhammedally, 2016.

⁸⁶ Human Rights Watch, Troops in Contact: Airstrikes and Civilian Deaths in Afghanistan, 8 de set. 2008. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/afghanistan0908web_0.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2017.

⁸⁷ Afghanistan: Landmine Fact Sheet. UN Demining Program (UNMAP). Disponível em: <http://www.afghan-network.net/Landmines/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

matar termina por ser naturalizado. Nesta concepção, a preocupação fundamental das tropas internacionais consiste em identificar se a vítima representa um civil ou um insurgente. O ato de matar ou o não matar não é a questão central da estratégia, a preocupação está em identificar que posição no conflito ocupa aquele. Ser para poder mensurar os ganhos estratégicos.

A doutrina da contrainsurgência enfatiza a importância de evitar vítimas civis, pois a violência indiscriminada é considerada contraproducente (ARREGUIN-TOFT, 2007, p. 163). No entanto, a importância dada à população não significa que as operações são menos violentas que a incursão em qualquer outro tipo de conflito e, como em qualquer outra forma de guerra, é admitida perda de vidas (MANUAL DA CONTRAINSURGÊNCIA DOS EUA, 2009, p. 12). A incapacidade de evitar vítimas civis pode fortalecer o grupo considerado insurgente em longo prazo (HULTMAN, 2012, p. 247) e inviabilizar qualquer perspectiva de restabelecer a segurança com o apoio militar internacional. Assim sendo, no combate aos considerados insurgentes, as práticas da ISAF infligiram duras consequências à população nas operações que ocasionaram em morte de civis.

3.3.2 O paradigma do soldado como caçador

A construção cultural do soldado como caçador se desenvolveu em conjunto com a construção política da Guerra contra o Terror e foi metaforicamente concebida como “caça às presas”. O discurso político oficial do governo Bush empregou o modelo de guerra como caça que interconectou governo, discurso militar e meios de comunicação na divulgação da mensagem do soldado como caçador (WILL E STEUTER, 2009, p. 196). Na prática, o sucesso da “caça” se consolida no comportamento do soldado diante do inimigo.

O modelo de guerra-como-caça/soldado-como-caçador se tornou instrumento de ação de forma pragmática para os soldados dos Estados Unidos (WILL E STEUTER, 2009, p. 197). Há evidências de que esta concepção influenciou o comportamento desumanizador dos soldados no Afeganistão. Os autores Giustozzi e Reuter (2011, p. 28) chamam de *o outro lado da contrainsurgência* a campanha da ISAF de capturar e matar os combatentes (*capture-and-kill-operations*). Além das mortes perpetradas contra combatentes e civis, as práticas recorrentes foram a circulação de fotos das mortes e de manter guardado como souvenirs (partes do corpo do indivíduo morto) que recordam a

experiência e o sucesso da caça⁸⁸. Logo, há três proposições que se inserem nesta teia de relações destrutivas que cercam o papel do soldado como caçador e potencial desumanizador:

- a. O soldado como caçador (processo de auto desumanização).
- b. O insurgente (desumanização mecanicista e/ou animalista).
- c. A desumanização de civis não combatentes nem vítimas de “danos colaterais” (desumanização mecanicista e/ou animalista).

Há um processo de auto desumanização do soldado ao se auto reconhecer como caçador e assumir esta compreensão de si e do inimigo a ser combatido (a caça). Em *Less Than Human: Why We Demean, Enslave, and Exterminate Others*, Smith (2011) assevera que o treinamento militar comumente se concentra em superar a integridade moral do recruta para que ele não tenha escrúpulos ao receber o comando de matar, pois as questões morais são uma “desvantagem” que impede o soldado de fazer seu trabalho. Diferente da compreensão de Smith, os autores French e Jack (2015, p. 9) demonstram que a desumanização exerce um papel no treinamento militar, pois os sentimentos morais podem ser frequentemente preservados e cuidadosamente direcionados. Nesta concepção, o treinamento precisa desumanizar o inimigo para alcançar a distância moral necessária para realizar a missão. Assim sendo, é uma preocupação recorrente saber como ensinar as tropas a matar sem perder o controle de exatamente quem, como, quando e de que forma elas matam.

Nossas tropas não podem nem devem evitar desumanizar seus inimigos em algum grau. Assim como é sua responsabilidade matar certas pessoas de certas maneiras em certas vezes, é responsabilidade da liderança ajudá-los a realizar isso treinando-os para desumanizar apenas certas pessoas de certa forma em certos momentos. Deste modo, trabalha-se a agilidade mental e emocional do soldado para mudar rapidamente entre diferentes modos cognitivos; saber a diferença de quando tratar alguém como um “alvo a ser neutralizado” para tratar como um prisioneiro ferido a quem se deve prestar auxílio. No entanto, essa agilidade em saber conduzir os próprios atos na guerra é o exercício de moralidade empregada na doutrina militar (FRENCH E JACK, 2015, p. 33).

Grossman (1996, p. 23) se refere a alguns métodos adotados para ajudar os soldados a alcançarem a devida distância moral e emocional para atuar sobre os inimigos, como o ato de disparar em alvos com formas humanas, mas não refletir sobre o ato de matar. Conceber a desumanização como parte do treinamento militar tem a específica função de desencadear o potencial necessário de agressão na guerra. Neste sentido, a palavra “matar” é evitada e substituída por neutralizar alvos (*neutralize targets*). Suaviza-se o

⁸⁸ Photo Gallery: The Kill Team in Afghanistan. Disponível em: <http://www.spiegel.de/fotostrecke/photo-gallery-the-kill-team-in-afghanistan-fotostrecke-65981.html>. Acesso em: 22 de julho de 2017.

discurso para potencializar as ações de combate ao inimigo. De certa forma, a manipulação da linguagem concebida desde os fundamentos da doutrina militar da contrainsurgência tem buscado minimizar os efeitos da guerra no soldado. Por outro lado, não há garantias de que as formas de manipulação da linguagem e do discurso doutrinário não vão afetar o soldado em combate e no seu posterior retorno da guerra. O ato de desumanizar o soldado para o contexto da guerra pode ter como consequência distúrbios mentais e traumas psicológicos, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. No caso dos pilotos de drones e veículos aéreos não tripulados (*Predator Drones and Unmanned Aerial Vehicles - UAVs*), apesar do distanciamento físico, eles testemunham as mortes e podem monitorar o mesmo local em que ocorreu a carnificina por muitos dias, de modo que testemunham a violência do combate e monitoram os acontecimentos que se seguem no local⁸⁹.

No entanto, em solo afegão, a tendência dos soldados ao encarar a realidade da guerra é a diminuição de elementos cognitivos positivos em relação à população e aos talibãs (BRAENDER, 2015, p. 7-16). Neste sentido, os elementos cognitivos positivos que constituem os sentimentos de empatia, compaixão e valores morais decrescem diante da convivência entre civis e combatentes talibãs. Seja a relação entre o soldado e o civil ou entre o soldado e os talibãs, estas relações se formam a partir de bases cognitivas destrutivas, como a desconfiança. Deste modo, não há como mensurar, diagnosticar ou mesmo conter o limite ideal de desumanização do soldado desde seu treinamento. Caso houvesse esta possibilidade estaríamos tratando de um treinamento militar com base em um modelo mecanicista de desumanização, no qual o soldado poderia ser manipulado e ter suas ações minimamente controladas e automatizadas. Na verdade, o treinamento militar do soldado como caçador visa equilibrar os elementos de desumanização para que o soldado cumpra as demandas da guerra.

O soldado precisa se ver como caçador para reconhecer o Ser inimigo no qual a violência direta será empregada, ou seja, precisa se distanciar emocionalmente do inimigo. O que define o processo de auto desumanizar-se é a ação e reação do soldado na guerra, ou seja, a ação e reação prática desta concepção metafórica de soldado caçador. Nos estudos sobre a desumanização do soldado, concebe-se que é na atuação prática que se pode identificar até que ponto desencadeou o perfil de desumanizador no soldado. No

⁸⁹ DAO, James. 2013. Drone Pilots Are Found to Get Stress Disorders Much as Those in Combat Do. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/02/23/us/drone-pilots-found-to-get-stress-disorders-much-as-those-in-combat-do.html> Acesso em: 10 de junho de 2017.

tocante a distância psicológica-emocional do soldado na diminuição do senso de empatia, Grossman (1996) distingue entre quatro meios de distância emocional: mecânica, social, moral e cultural.

- a) A *distância mecânica* se estabelece por meios tecnológicos, sendo a tecnologia um meio de estabelecer distância física. Através da tela se concebe um exercício de irrealidade, como se o perpetrador vivenciasse a experiência de um jogo. Segundo Braender (2015, p. 2), a distância tecnológica implica na objetificação da vítima e permite um distanciamento emocionalmente conveniente na guerra.
- b) A *distância social* diz respeito ao entendimento de que há classes sociais superiores e outras menos dignas de humanidade (GROSSMAN, 1996, p. 160). Assim sendo, a distância social reafirma a divisão de classes sociais e emprega características pejorativas às classes consideradas inferiores. Por exemplo, a criação de um status social na área militar pode influenciar a formação de uma distância cultural em relação às sociedades que as tropas convivem. Neste cenário, visualiza-se as sociedades em que as tropas atuam como culturalmente distantes e os inimigos dignos de extermínio devido a sua inferioridade. Nesta visão, matar o inimigo não é diferente de matar um animal ou – mais precisamente – exterminar vermes que corroem determinada estrutura social (BRAENDER, 2015, p. 3).
- c) A *distância cultural* é visualizada como forma de desumanização animalista, pois emprega ao inimigo características de ausência de cultura ou inferioridade cultural, a fim de separar o soldado emocionalmente do inimigo para facilitar o assassinato. As diferenças raciais e étnicas são exploradas para incentivar que o perpetrador desumanize a vítima (GROSSMAN, 1996, p. 160). O processo de distanciamento emocional pode ir além da noção de supremacia cultural quando se concebe a distância moral.
- d) A *distância moral* não implica em visualizar o inimigo como inferior culturalmente, mas em considerar que o propósito da missão é mais relevante que o propósito do inimigo. A matança é justificada porque o inimigo possui uma causa inferior, o que não implica em sua inferioridade cultural, mas na percepção de que a causa das ações do inimigo molda as regras de ação contra ele. Na distância moral se sobressaem as ações e reações de vingança e crueldade, sendo associada a guerras civis e conflitos de qualquer natureza.

A distância psicológica construída pelo treinamento militar do soldado implica em desenvolver uma concepção de moralidade que se afasta do sentido do humano. A moral empregada na desumanização do inimigo não condiz com qualquer perspectiva de alteridade, mas atua em sua negligência. As “distâncias” consistem em matar sem sentir a dor do outro e trabalhar psicologicamente na redução ou na ausência de empatia do soldado. Fatores como distância mecânica, social, cultural e moral são tão eficazes quanto a distância física em permitir que o assassino negue que ele esteja matando outro ser humano (GROSSMAN, 1996, p. 158). O distanciamento do soldado favorece a perpetuação de um cenário de violência direta que termina por se tornar estrutural na relação tropas-combatentes e tropas-civis. Assim sendo, “as distâncias” potencializam as ações na guerra.

Entre dezembro de 2009 e outubro de 2010 ao menos 17 líderes talibãs e dezenas de combatentes foram mortos na província de Kunduz. (...). As operações das Forças especiais em Kunduz prepararam cuidadosamente o terreno e lideraram a matança ou a captura dos alvos pretendidos. De acordo com informações oficiais da ISAF, entre 8 de maio e 8 de agosto de 2010, 365 “líderes insurgentes” foram mortos ou capturados, principalmente pelo SOF, em todo o Afeganistão. De acordo com a ISAF, as forças de coalizão realizaram 83 mais operações cinéticas em julho de 2010 do que em julho de 2009. Em todo o Afeganistão, o número de operações aumentou constantemente ao longo dos últimos anos: em 2009, eles aumentaram de 100 a 125 para 500 por mês e em junho de 2010 a 1000 por mês. (GIUSTOZZI E REUTER, 2011, p. 28-9).

No Afeganistão, as tropas internacionais consideram os adversários como “insurgentes”, ou “*ragheads*”⁹⁰. Ambos os termos retratam o inimigo como uma criatura sem rosto e sem nome, mas apenas “*raghead*” implica em inferioridade, visto que chamá-los de “talibãs” é reconhecidamente uma forma naturalizada de atribuí-los representação (enquanto substantivo e não como característica que implique em um adjetivo). Contudo, a desumanização animalista ocorre na medida em que a atribuição do termo do “insurgente” assume uma oposição aos contrainsurgentes, que tende a categorizar os talibãs numa posição extremamente negativa no conflito. Formula-se um componente eficaz negativo denominado de “insurgência”, que se contrapõe aos que estabelecem as normas institucionalizadas, os “contrainsurgentes”. Com isso, prescreve-se um comportamento negativo em relação ao grupo deslegitimado de “insurgentes” que dá margem a ocorrência de casos de preconceito, estereotipização e discriminação dos indivíduos (SCHNEIDER, 2005, p. 408).

⁹⁰ Gíria ofensiva usada como termo depreciativo para os árabes ou para pessoas que usam turbantes e *Keffiyeh* (lenço quadrado dobrado e usado em volta da cabeça).

A desumanização mecanicista dos combatentes talibãs também pode ocorrer. Ao inferir categorizações que suprimem as características predominantemente humanas e tornam o Ser objetificado desumanizado, como nas categorizações de alvo, presa e/ou caça. A forma de desumanização imposta ao “insurgente” pode ocorrer negando-se a natureza humana e/ou a singularidade humana. O que define a forma de desumanização do insurgente é a conduta do soldado (caçador e potencial desumanizador) em relação ao Ser que o insurgente representa. As ações dos soldados podem se basear em conceber os “insurgentes talibãs” com aspectos de ausência de cultura, grosseria, amoralidade, ausência de autocontrole, irracionalidade e infantilidade.

Do mesmo modo, as tropas podem retratá-los com elementos de inércia, frieza, indiferença, rigidez, passividade e superficialidade. Desta forma, não há como conceber um único sentido de desumanidade empregada pelo soldado, dada as possibilidades de negar a humanidade do inimigo em um cenário de extrema violência direta. A violência direta é intencional, mas não necessariamente foi efetivada fisicamente. Como citado, pilotos de drones e soldados que monitoram o terreno também são agentes de violência direta ao promover danos físicos. As “distâncias” visam formar uma cápsula de proteção psicológica para o soldado ao cometer violações justificadas pela guerra. No entanto, as “distâncias” não os protegem das transgressões de consciência que são humanamente morais (o ato de cometer violações e atrocidades contra outros seres humanos).

Portanto, a composição de equilíbrio cognitivo do soldado para realizar ações destrutivas direcionadas contra o inimigo é falha, visto que as diferenças cognitivas de personalidade possibilitam que os indivíduos reajam de formas diversas ao vivenciar situações de violência. A desumanização de civis que não são combatentes nem vítimas de “danos colaterais” é um caso específico de desumanização que contravém a perspectiva de equilíbrio cognitivo do soldado. Trata-se do assassinato de civis por diversão, como o caso dos soldados retratados no documentário *The Kill Team* produzido em 2011.

O documentário se baseia na história de Adam Winfield, um soldado da infantaria dos Estados Unidos no Afeganistão que - com a ajuda de seu pai Chris - tentou alertar as autoridades para os crimes cometidos por seu pelotão contra os civis. Os pedidos de ajuda de seu pai foram ignorados e negados pelos órgãos militares. Uma vez que os companheiros soldados de Winfield descobriram sua relutância em compactuar com as violações contra civis, eles o ameaçaram de morte. O soldado Winfield encontrou-se atraído para um abismo moral entre participar da matança e sobreviver ou morrer, visto que não conseguiu retornar aos Estados Unidos naquele momento. O documentário inclui entrevistas com os principais indivíduos envolvidos no caso, incluindo Winfield, seus pais, seu advogado de defesa e seus compatriotas soldados quando o caso foi julgado pelo tribunal de justiça do Exército dos Estados

Unidos. *The Kill Team* é uma forma de captar histórias pessoais da guerra que são silenciadas na cobertura da mídia⁹¹.

Os soldados eram membros da Segunda Divisão de Infantaria do Exército dos Estados Unidos parte da ISAF (*Fifth Stryker Brigade, Second Infantry Division*), que havia sido implantada em uma região perto de Kandahar. De acordo com o depoimento dos soldados e de documentos legais do processo, a decisão de matar civis afegãos começou após a chegada do Sargento Calvin Gibbs na base de comando em novembro de 2009. Os assassinatos tiveram início em 2010. Apesar do pai de Winfield tentar denunciar o pelotão, as perpetrções contra os afegãos se tornaram conhecidas pela mídia quando outro soldado, Justin Stoner, denunciou o desenfreado consumo de drogas. Além do sargento Calvin Gibbs, outros onze soldados foram acusados de assassinatos e violações, entre eles, os soldados Jeremy Morlock, Andrew Holmes, Michael Wagnon e Adam Winfield. Os soldados disseram ao comando de investigação criminal do exército que Gibbs se gabava das coisas com as quais ele realizou enquanto servia no Iraque e disse o quão fácil seria “lançar uma granada contra os afegãos e matá-los”⁹². Segundo os depoimentos, Gibbs elaborou um plano com Jeremy Morlock e outros membros da unidade para formar uma “equipe de matar”. Enquanto patrulhavam nos meses seguintes após a chegada de Gibbs, alegadamente mataram ao menos três civis afegãos; as mortes eram registradas como situações de combate⁹³.

Em 2011, os soldados e o sargento foram acusados de assassinar civis afegãos pela justiça militar dos Estados Unidos. As acusações se basearam em alegações de que os soldados “caçavam” os afegãos, tiravam fotografias com os cadáveres (fotos que compartilhavam com os outros) e retiravam partes do corpo como lembranças e simulavam que as vítimas eram combatentes⁹⁴. As partes do corpo também serviam como troféus humanos, principalmente dedos cortados e fragmentos do crânio⁹⁵. Segue alguns depoimentos dos soldados do *Kill Team*, extraídos do documentário citado.

⁹¹ The Kill Team. Independent Lens. Dirigido por Dan Krauss. Disponível em: <http://www.pbs.org/independentlens/films/kill-team/> Acesso em: 25 de julho de 2017.

⁹²Soldier Is Convicted of Killing Afghan Civilians for Sport. 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/11/us/calvin-gibbs-convicted-of-killing-civilians-in-afghanistan.html> Acesso em: 27 de julho de 2017.

⁹³ Id.

⁹⁴ US soldiers 'killed Afghan civilians for sport and collected fingers as trophies. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/sep/09/us-soldiers-afghan-civilians-fingers> Acesso em: 26 de julho de 2017.

⁹⁵Kill Team: The Documentary the Army Doesn't Want You to See. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/kill-team-the-documentary-the-army-doesnt-want-you-to-see> Acesso em: 26 de julho de 2017.

- a. Gibbs tira um dedo e diz: “Isto é do seu cara morto”, recorda Jeremy Morlock no documentário. “Pegue os dedos, deixe-os se decompor, então pegue os ossos e faça um colar de ossos dos dedos” e “fotografe suas experiências de combate”. Segundo Morlock, “morte, cadáveres, tripas e sangue, tudo isso fala por si só... Você aprende a não se importar com isso”.
- b. O soldado Justin Stoner comentou: “Desde o dia que entram aqui até o dia que saem, nós os treinamos para matar. Seu trabalho é matar. Vocês são da infantaria. Seu trabalho é matar tudo o que aparece no seu caminho. Então por que você fica zangado quando fazemos isso? Tudo o que fizemos foi expor na mídia que somos horríveis, somos o *Kill Team*, somos o pelotão desonesto e todas essas coisas. Não me importo com o que os militares dizem, mas isso vai além de nós. Nós somos os que foram pegos”.
- c. Como informou Jeremy Morlock: “Não tinha como não ser cercado pelo Gibbs. Não tinha como não ser pressionado a fazer aquelas coisas. A pressão constante de ter que matar e o risco de você ser morto, era impossível não se render à insanidade daquilo tudo”.
- d. “O sargento me perturbava, dizia que eu deveria concordar em matar e que todos os afegãos eram selvagens. (...) A guerra é nojenta. É só um bando de homens com armas”, disse Adam Winfield.

Como demonstrado, a presa pode se tornar qualquer indivíduo. O soldado como caçador transgrediu a regra da caça, apenas concedida no discurso aos insurgentes serem as presas. Fotos, vídeos e exibição das partes do corpo das vítimas representam a consagração de um momento transitório de triunfo da ação do caçador ao obter seu troféu de guerra (WILLS E STEUTER, 2009, p. 199). Com isso, emprega-se a possibilidade de negar a humanidade de civis vítimas de perpetrções em ambas as formas de desumanização. Neste cenário da relação soldado-civis, identificam-se formas de desumanização mecanicista em violações do corpo do Outro de qualquer natureza: sexual, cortes no corpo para distribuição de “lembranças” da matança ou esquartejamento por “diversão”⁹⁶. Os atos citados correspondem a formas de objetificar os civis para atingir a finalidade ilusória de “diversão na guerra” pela subjugação do Outro. O dano colateral neste aspecto não existe, pois, as perpetrções são direcionadas a atos de violência extrema contra determinado (s) indivíduo (s) previamente selecionados.

⁹⁶US soldiers killed Afghan civilians for sport and collected fingers as trophies. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/sep/09/us-soldiers-afghan-civilians-fingers> Acesso em: 26 de julho de 2017.

Na desumanização animalista são comumente atribuídos termos como *selvagens* e *cães* para se referir às vítimas. No caso citado, Gibbs recrutou soldados para assassinar civis que ele chamava de *selvagens*, sendo a caça aos afegãos inocentes por “esporte”, uma visão reforçada pela declaração do sargento da equipe, comparando a amputação das partes do corpo como troféus para colecionar⁹⁷. Escolhe-se a vítima e calcula-se a forma de matá-la. Nesta configuração, o soldado como caçador escolhe a caça e prepara o terreno para abatê-la. O esquartejamento e a coleta de partes do corpo como souvenirs pode também ser considerado como forma de desumanização animalista. As intenções, ações e reações do soldado desumanizador contra o Ser desumanizado somadas às condições psicológicas e morais são fatores que delineiam as classificações animalista e mecanicista neste aspecto.

Ao me debruçar sobre tais apontamentos, deparei-me com as limitações da pesquisa sobre as crenças que levam os soldados a se engajarem no Afeganistão e sobre as relações que se estabelecem em solo com os civis. Ao questionar o que os motivam a lutar no Afeganistão e o que se modifica com a convivência em solo afegão, reconheci que é algo particular de cada soldado a forma que o potencial cognitivo de desumanização animalista ou mecanicista pode vir a se desenvolver. Cabe a mim reafirmar na pesquisa que sentimentos que inibem aspectos da natureza e singularidade humanas provavelmente possibilitaram a crueldade de ações destrutivas nas relações entre soldados e civis e entre soldados e combatentes.

O soldado é treinado para cometer a violência direta e termina por se tornar parte integrante de um cenário de violência estrutural. A morte de civis termina sendo não natural, mas naturalizada pela campanha da contrainsurgência. Do mesmo modo, as violações cometidas aos considerados insurgentes se tornam naturalizadas. As relações humanas que se estabelecem entre os soldados da ISAF, a população e os combatentes são parte do processo de violência estrutural que assola o Afeganistão. Destarte, o soldado termina por se tornar um potencial desumanizador neste cenário de violência estrutural.

⁹⁷ Kill Team. US platoon commander guilty of Afghan murders. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/11/kill-team-calvin-gibbs-convicted>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de abordagens filosóficas sensíveis a um entendimento de nossa humanidade, esta dissertação não evitou o sentido abstrato do ser humano nem as meias verdades sobre desumanização, pelo contrário, apropriou-se das incoerências. Conduzi o estudo a partir da natureza humana, lidei com a percepção de alteridade e com as abordagens da desumanização. Utilizei a antítese do *paradoxo*, palavra esta que se configura pela contradição das relações humanas, especificamente em momentos de guerra, em que se despertam as possibilidades de crueldade. Esta figura de linguagem foi usada porque extrapola o senso comum da guerra e nos orienta a um sentido humano, porém não imaginário, que é o grito da desumanização. Como demonstrado, o paradoxo da desumanização no Afeganistão encontra terreno fértil nas relações humanas destrutivas e perpetua processos desumanizantes.

Dentre outros fatores, o histórico secular de fragmentação política é um reflexo das divergências entre as diversas etnias que constituem o Afeganistão. Como exemplificado, a deslegitimação da etnia *hazara* retrata a enraizada negação de aspectos da singularidade humana entre as etnias. Além disso, o protagonismo Talibã contribuiu para a desumanização em atos de degradar e violar a humanidade dos que não seguem seus princípios e normas. A negação da humanidade às mulheres, sua objetificação sexual e sua deslegitimação enquanto indivíduos imprimem uma dupla negação de aspectos de sua natureza e singularidade humanas. Por isso, fiz referência à desumanização do Ser mulher ao demonstrar um caso específico de desumanidade que interfere diretamente nas relações interpessoais no Afeganistão e, por vezes, justificam a continuidade da prática de atos desumanizantes.

Será este fenômeno afegão uma constante sucessão de ocorrências desumanas? A percepção do processo desumanizador da ISAF no Afeganistão é apenas uma parte de um fenômeno social que engloba as relações humanas; é apenas uma parte do histórico de invasões e de processos sociais, culturais e políticos que atingem os diversos âmbitos (nacional, local/comunitário, familiar e individual). O todo que compreende aspectos da desumanização no Afeganistão é imensurável, porém o estudo de um dos componentes desse processo nos ofereceu meios para a compreensão do fenômeno, ou ao menos, de parte dele.

No caso da ISAF, orientou-se aspectos de desumanização no discurso com a atribuição de termos que remetem a subversão de aspectos da natureza humana e da singularidade humana dos considerados insurgentes. Na prática, elementos da desumanização foram encontrados em questões pontuais como a caça aos insurgentes, a

morte de pessoas inocentes por diversão e os danos às vítimas civis como resultado das operações. Na teoria e na prática, aspectos da desumanização estiveram vinculados às demandas da guerra. O papel desumanizador da ISAF é encontrado no micro objeto de análise, o soldado. A ISAF representa a instituição, mas o soldado é quem a representa, sendo o potencial desumanizador nas operações de contrainsurgência. O presente estudo se limitou a utilizar as ferramentas teóricas para auxiliar o entendimento sobre desumanização e expor tais especificidades cognitivas que formam a desumanidade nas relações.

Uma possível resposta aos conflitos no Afeganistão pode ocorrer através de uma transformação profunda das causas estruturais da violência. Transcender as barreiras impostas pela violência estrutural é um dos desafios, visto que a desumanização das relações humanas no Afeganistão provocou a subversão de aspectos que conduzem o ser humano à alteridade. As enraizadas formas de violência impedem o autêntico encontro dos indivíduos com a alteridade nas relações que se estabelecem entre a população, as tropas e os combatentes. Neste cenário, as barreiras étnico-sociais, econômicas e securitárias perpetuam a violência estrutural.

Ao estudar a desumanização e, especificamente, estudar o caso afegão, compreendi que é preciso pensar para além do paradoxo das questões que tornam tangível a compreensão da desumanização no Afeganistão; é preciso reconhecer meios de transcendê-la. Estudos sobre humanização relacionados às perspectivas de violência e de paz podem ser possibilidades de pesquisa para se pensar o estabelecimento de relações humanas contrutivas, ao encontro da alteridade e do sentido do humano. No Afeganistão, tais perspectivas esbarram nas questões que tangem os processos de desumanização nas relações humanas. Buscar a transcendência das relações humanas destrutivas significa ir ao encontro das possibilidades e potencialidades humanas. Portanto, processos de alteridade e humanização merecem ser estudados como parte das perspectivas de paz para a transformação de conflitos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 2007. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2017.

AGOSTINHO, Santo. **O livre arbítrio**. 2º Ed. São Paulo: Paulus, 1995. Patrística. Disponível em: https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/santo_agostinho_-_o_livre-arbitrio.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

_____. **Confissões**. São Paulo: Canção Nova. Organização: Lucia Maria Csernik. 2007a. Disponível em: http://img.cancaonova.com/noticias/pdf/277537_SantoAgostinho-Confissoes.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

_____. **De Trindade** Livros IX - XIII. Textos Clássicos de Filosofia. Paulinas Editora, Prior Velho - Portugal, 2007b. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_de_trinitate_livros_ix_xiii.pdf Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

_____. **A cidade de Deus: contra os pagãos**. La Ciudad de Dios. Taurus Livros Online. 2012. Disponível em: [http://portalconservador.com/livros/Santo-Agostinho-A-Cidade-de-Deus\(ESP\).pdf](http://portalconservador.com/livros/Santo-Agostinho-A-Cidade-de-Deus(ESP).pdf) Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Reading, MA: Addison-Wesley. 1954.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª Edição/ 6ª Reimpressão. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

ARISTÓTELES. **A Política**. Texto integral. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. Trad. Torrieli Guimarães. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf Acesso em: 04 de abril de 2017.

_____. **Ética a Nicômacos**. Texto integral. São Paulo: Editora Martin Claret. 2005.

ARMAJANI, Jon. **Modern Islamist Movements: History, Religion, and Politics**. [S.l.]: Wiley-Blackwell. 2012.

ARREGUIN-TOFT, Ivan. **How to lose a war on terror: A comparative analysis of a counterinsurgency success and failure. Understanding victory and defeat in contemporary war** Review. 142-167. 2007.

BARRETO, Amilcar. RAQIB, Mariam. The Taliban, religious revival and innovation in Afghan nationalism. **National Identities**. Vol.16, pp. 15-30. 2014.

BAR-TAL, D. Cap. 8. 'Delegitimation: the extreme case of stereotyping.' In **Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions**. Eds, D. Bar-Tal, C. F. Graumann, A. W. Kruglanski, and W. Stroebe. New York: Springer, 1989.

BARTKY, S. L. **Femininity and domination: Studies in the phenomenology of oppression**. New York: Routledge. 1990.

BATISTELA, Airton C; BONETI, Lindomar W. 2008. **A relação homem/natureza no pensamento moderno**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1424_959.pdf Acesso em: 13 de abril de 2017.

BBC BRASIL. Entenda as diferenças entre sunitas e xiitas. Disponível: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_diferencas_sunitas_xiitas_muculmanos_lab Acesso em: 1 de junho de 2017.

BEN-ARI, E. **Mastering soldiers**: Conflict, emotions, and the enemy in an Israeli military unit. Oxford, UK: Berghahn Books. 2001.

BIOGRAFIA DE STANLEY MCCHRYSTAL. Disponível em: <https://www.biography.com/people/stanley-mcchrystal-578710> Acesso em: 14 de julho de 2017.

BRAENDER, Morten. **Deployment and Dehumanization**: A Multi-Method Study of Combat Soldiers' Loss of Empathy. 2015. Disponível em: http://resmilitaris.net/ressources/10223/14/res_militaris_article_braender_deployment_and_dehumanization.pdf Acesso em: 20 de jul. 2016.

BREWER, M. B., KRAMER, R. M. The psychology of intergroup attitudes and behavior. *Ann. Rev. Psychol.* 36:219-43. 1985.

CALOGERO, Rachel M. Objectification theory, self-objectification, and body image. In: Cash, Thomas, ed. **Encyclopedia of Body Image and Human Appearance**. Academic Press, pp. 574-580. 2012. Disponível em: <https://kar.kent.ac.uk/33425/1/ENCY.OBJTHEORY.CASH.pdf> Acesso em: 18 de fevereiro de 2017.

CALOGERO, R. M. On objects and actions: Situating self-objectification in a system justification context. In S. J. Gervais (Ed.), **Objectification and dehumanization**. New York: Springer, (pp. 97–126). 2013.

CANGUILHEN, L. **Le Cerveau et lá Pensée**. Paris, Murs, 1980.

CARTA DA ONU. Disponível em: http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf Acesso em: 15 out. 2016.

Centro Budista Kadampa Lamrim. Disponível em: <http://www.santosmedita.org.br/2013/05/os-8-simbolos-auspiciosos/> Acesso em: 15 de abril de 2017.

COLMAN, Andrew M. **Oxford Dictionary of Psychology**. Oxford University Press, 2003.

CRAWFORD, Neta. **Accountability for Killing**. New York: Oxford University Press, 2013.

DAO, James. 2013. **Drone Pilots Are Found to Get Stress Disorders Much as Those in Combat Do**. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/02/23/us/drone-pilots->

[found-to-get-stress-disorders-much-as-those-in-combat-do.html](#) Acesso em: 10 de junho de 2017.

DAVIDSON, Donald. Hempel on Explaining Action. In **Essays on Actions and Events**. New York: Oxford University Press, 1980.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS. General David H. Petraeus. Commander of International Security Assistance Force & Commander of U.S. Forces Afghanistan. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20110228183126/http://www.defense.gov/bios/biographydetail.aspx?biographyid=166> Acesso em: 14 de julho de 2017.

_____. Dicionário de Termos Militares. Disponível em: http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf Acesso em: 1 de nov. 2016.

DEPARTAMENTO DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Manual de Campo da Contrainsurgência. 2009. Disponível em: <https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-24fd.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2016.

_____. Manual de Campo da Contrainsurgência, 2006. Disponível em: <http://usacac.army.mil/cac2/Repository/Materials/COIN-FM3-24.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2017.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DOVIDIO, J. F. GAERTNER, S. L. The aversive form of racism. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), **Prejudice, discrimination, and racism**. Orlando, FL: Academic. (pp. 315–332). 1986.

DOWER, J. W. (1986). **War without mercy: Race and power in the Pacific war**. New York, NY: Pantheon Books.

EGNELL, Robert. Winning ‘Hearts and Minds’? A Critical Analysis of Counter-Insurgency Operations in Afghanistan, **Civil Wars**, 12:3, 282-303. 2010.

ELSTER. **Nuts and Bolts for the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

ENTERLINE, Andrew J; MAGNOLI, Joseph. **Is the chance of success in Afghanistan better than a coin toss?** A detailed analysis of 20th century counterinsurgencies suggests not. 27 agost. 2009. Disponível em: www.foreignpolicy.com/articles/2009/08/27/is_the_chance_of_success_in_afghanistan_better_than_a_coin_toss?print=yes&hidecomments=yes&page=full Acesso em: 20 de jul. 2016.

ESTEVEZ, Julio C; GONÇALVES, Carolina; SANTOS, Lenilson. **Ética, política e educação em Aristóteles**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói, RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

EXUM, Andrew M. **Hearts and Minds in Afghanistan: Explaining the Absence of Victory**. 2011.

- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FORD, Alexander S. **Dehumanization and irregular warfare**. Monterey, California: Naval Postgraduate School. 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, pp. 179/191. 1989.
- FREDRICKSON, B. L., ROBERTS, T., NOLL, S. M., QUINN, D. M., & TWENGE, J. M. That swimsuit becomes you: Sex differences in self-objectification, restrained eating, and math performance. **Journal of Personality and Social Psychology**, 75, pp. 269–284. 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 1996. Editora Paz e Terra. Coleção Leitura. Ano de publicação: 2009.
- FRENCH, Shannon E. JACK, Anthony I. **Dehumanizing the Enemy: The Intersection of Neuroethics and Military Ethics**. 2015.
- GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, Vol. 27, No. 3, pp. 291-305. 1990. Disponível em: <https://www.galtung-institut.de/wp-content/uploads/2015/12/Cultural-Violence-Galtung.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2017.
- _____. **Peace by Peaceful Means**. Peace and conflict, development and civilization. Oslo: International Peace Research Institute. 1996.
- GERVAIS, Sarah J. Bernard, Philippe. Klein, Olivier. Allen, Jill. Toward a Unified Theory of Objectification and Dehumanization. In **Objectification and Dehumanization**. (pp. 1-23). New York: Springer. 2013.
- GIER, Nicholas F. **The Genocide of the hazaras descendants of Genghis Khan** fight for survival in Afghanistan and Pakistan. 2015. Disponível em: <http://www.maca-usa.org/MACADocuments/HazarasGierNick.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2017.
- GIUSTOZZI, Antonio. REUTER, Christoph. **The insurgents of the Afghan North**. The rise of the Taleban, the self-abandonment of the Afghan government and the effects of ISAF's "capture and kill campaign". Afghanistan Analysts Network. 2011. Disponível em: <https://www.afghanistan-analysts.org/wp-content/uploads/downloads/2012/10/AAN-2011-Northern-Insurgents.pdf> Acesso em: 25 de julho de 2017.
- GOLDENBERG, J. L. Immortal objects: The objectification of women as terror management. In S. J. Gervais (Ed.), **Objectification and Dehumanization** (pp. 73–96). New York: Springer. 2013.
- GOMES, Carla Silene. **Lévinas e o Outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito do Departamento de Direito da PUC-Rio – Teoria do Estado e Direito Constitucional. 2008.

- GOODSON, LARRY P. Perverting Islam: Taliban social policy toward women. **Central Asian Survey**, 20(4), pp. 415–426. 2001.
- GRAUMANN, Carl Friedrich. WINTERMANTEL, Margret. Cap. 9. Discrimination speech acts: A functional approach. In **Stereotyping and Prejudice Changing Conceptions**. Editores: Arie W. Kruglanski, Daniel Bar-Tal, Cari F. Graumann, Wolfgang Stroebe. Springer Series in Social Psychology: Nova Iorque. 1989.
- GROSSMAN, Dave. **The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society**. Time Warner Book Group. 1996.
- GRUENFELD, D. H., INESI, M. E., MAGEE, J. C., & GALINSKY, A. D. Power and the objectification of social targets. **Journal of Personality and Social Psychology**, 95, pp. 111–127. 2008.
- HALL, Michael. Transcrição do vídeo **The concept of winning the hearts and minds**. 5 de jan. de 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CNAUO9RgYAM> Acesso em: 15 de julho de 2017.
- HAMILTON, D. L. **Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior**. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1981.
- HANDDOCK-LOBO, Rafael. **Da existência ao infinito: Ensaio sobre Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. **A Justiça e o Rosto do Outro em Lévinas**. Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-132, abr./set. 2010. Disponível em: http://www.sfjp.ifcs.ufri.br/revista/downloads/a_justica_e_o_rosto_do_outro_em_levina_s.pdf Acesso em: 01 de maio de 2017.
- HASLAM, N.; Bastian, B.; Bissett, M. Essentialist beliefs about personality and their implications. **Personality and Social Psychology**, v. 30, n. 12, pp. 1661-1673. 2004.
- _____. Bain, P., Douge, L., Lee, M., & Bastian, B. More human than you: Attributing humanness to self and others. **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 89, pp. 973-950. 2005.
- _____. **Dehumanization: An Integrative Review**. Personality and Social Psychology Review. Vol. 10, No. 3, 252-264. 2006.
- _____. LOUGHNAN, Steve. HOLLAND, Elise. The Psychology of Humanness. In **Objectification and Dehumanization**. (pp. 25-52). New York: Springer. 2013.
- HASTINGS, Michael. **Um general com ideias muito próprias**. Publicado em 26 de junho de 2010. Rolling Stone. Disponível em: <http://rollingstone.uol.com.br/noticia/general-stanley-mcchrysal/#imagem0> Acesso em: 13 de julho de 2017.
- HASTINGS, Michael. **The Runaway General: The profile that Brought Down McChrystal**. Publicado em 22 de junho de 2010. Rolling Stone. Disponível em:

<http://www.rollingstone.com/politics/news/the-runaway-general-20100622> Acesso em: 13 de julho de 2017.

HEFLICK, N. A. GOLDENBER, J. L. (2009). Objectifying Sarah Palin: Evidence that objectification causes women to be perceived as less competent and less fully human. **Journal of Experimental Social Psychology**, 45, pp. 598–601. 2009.

_____. COOPER, D. P., & PUVIA, E. From women to objects: Appearance focus, target gender, and perceptions of warmth, morality and competence. **Journal of Experimental Social Psychology**, 47, pp. 572–581. 2011.

HEIL, John. Rationality and Psychological Explanation. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. 28:1-4, 359-371. 2008.

HIRSCHBERGER, Johannes. **História da Filosofia na Antiguidade**. São Paulo: Ed. Herder, 1965.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HRYCHUK, Heather. Decision Making at the Theatre Strategic Level: ISAF HQ. **Journal of military and Strategic Studies**. Volume 14, Issues 3 & 4, 2012.

HULTMAN, Lisa. COIN and civilian collaterals: patterns of violence in Afghanistan, 2004–2009, **Small Wars & Insurgencies**, 23:2, 245-263. 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Afghanistan: Civilian Deaths From Airstrikes**. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2008/09/08/afghanistan-civilian-deaths-airstrikes> Acesso em: 20 de julho de 2017.

_____. **Troops in Contact: Airstrikes and Civilian Deaths in Afghanistan**, 8 de set. 2008. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/afghanistan0908web_0.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2017.

HURLEY, W. J; BUCHER, C. R; NUMRICH, S. K; QUELLETTE, S. M; RESNICK, J. B. **Non-Kinetic Capabilities for Irregular Warfare: four case studies**. Institute for Defense Analyses. 2009.

ISAF. **Facts and Figures**. 2009. Disponível em: http://www.nato.int/isaf/placemats_archive/2009-10-01-ISAF-Placemat.pdf Acesso em: 17 de julho de 2017.

_____. **Mission Statement**. Disponível em: <http://www.isaf.nato.int/mission.html> Acesso em: 29 de maio de 2017.

_____. **ISAF's mission in Afghanistan**. Disponível em: http://www.nato.int/cps/in/natohq/topics_69366.htm Acesso: 29 de maio de 2017.

_____. ISAF MISSION. **Resolute Support**. Disponível em: <http://www.rs.nato.int/> Acesso em: 20 de maio de 2017.

_____. COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance. Memorandum for whom it may concern. Stanley McChrystal. 10 de novembro de 2009.

_____. Commander's Counterinsurgency Guidance. Stanley McChrystal. 2009b.

_____. COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance. David Petraeus. 1 de agosto de 2010.

_____. **Facts and Figures**. 2014. Disponível em: http://www.nato.int/isaf/placemats_archive/2013-08-01-ISAF-Placemat.pdf Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. The ISAF Civilian Casualty Avoidance and Mitigation Framework: Sustaining Best Practices. 2014.

JACKSON, Paul. **Security Sector Reform and State Building**, Third World Quarterly, 32:10, 1803-1822. 2011.

KAUFMAN, Paulus. KUCH, Hannes. **Humiliation, Degradation, Dehumanization**. Human Dignity Violated. Springer Ed. 2011.

KELMAN, Herbert C. Violence without Moral Restraint: Reflections on the Dehumanization of Victims and Victimizers. **The journal of social issues**, volume 29, n. 4. Harvard University. 1973.

KILCULLEN, David J. **Three Pillars of Counterinsurgency**. U.S. Government Counterinsurgency Conference. Washington D.C, 28 de set. de 2006.

LEDERACH, John P. **A Imaginação Moral**. Arte e alma da construção da paz. Ed. Palas Atena. 2011.

LEMONCHECK, L. **Dehumanizing Women**: Treating Persons as Sex Objects. Totowa, NJ: Rowman and Allenheld, 1985.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. Disponível em: Acesso em: <https://ia902509.us.archive.org/1/items/TotalidadeEInfinitoLevinas/Totalidade-e-Infinito-Levinas.pdf> Acesso em: 30 de abril de 2017.

_____. **De Deus que vem à ideia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Entre nós**. Ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O Humanismo do outro homem**. Trad. Pergentino Stefano Pivatto e outros. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

LEYENS, J.-P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez, A., & Gaunt, R. The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. **Personality and Social Psychology Review**, 4(2), 186-197. 2000.

_____. Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, P. M., Vaes, J., & Demoulin, S. Psychological essentialism and the differential attribution of

uniquely human emotions to ingroups and outgroups. **European Journal of Social Psychology**, 31(4), 395-411. 2001.

_____. Demoulin, S., Vaes, J., Gaunt, R., & Paladino, P. M. Infra-humanization: The wall of group differences. **Social Issues and Policy Review**, 1(1), 139-172. 2007.

_____. Retrospective and Prospective Thoughts About Infrahumanization. **Group Processes & Intergroup Relations**. 2009. Vol 12(6) 807–817. Disponível em: <http://www.sagepub.co.uk/> Acesso em: 8 de março de 2017.

LI, Mengyao; LEIDNER, Bernhard; CASTANO, Emanuele. **Toward a Comprehensive Taxonomy of Dehumanization: Integrating Two Senses of Humanness, Mind Perception Theory, and Stereotype Content Model**. 2014. TPM Vol. 21, No. 3, 285-300. New School for Social Research of New York. 2014.

LOADA, A. Civil Society Involvement in Security Sector Reform and Governance. In: Modera, O. (ed.), *Toolkit for Security Sector Reform and Governance in West Africa*, DCAF. 2015.

LOCKE, John. **Segundo Tratado do Governo Civil**. Organização: Igor César F. A. Gomes Distribuição: Clube do Livro Liberal Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa Publicação: Editora Vozes. 2008. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/lf/locke-segundo-tratado-sobre-o-governo.pdf> Acesso em 15 de abril de 2017.

LOPES, Hugo. **As virtudes do homem bom**. Um paralelismo entre Platão e Aristóteles. 2014. Lusosofia Press. Portugal. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20140517-lobes_hugo_2014_virtudes_homem_bom.pdf Acesso em: 10 de abril de 2017.

LOPEZ, Shane J. **The Encyclopedia of Positive Psychology**. Blackwell Publishing Ltd. 2009.

LORENA, Sofia. **David Petraeus e Stanley McChrystal: o oficial perfeito e o general rebelde**. Publicado em 1 de julho de 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/07/01/mundo/noticia/david-petraeus-e-stanley-mcchrystal-o-oficial-perfeito-e-o-general-rebelde-1444803> Acesso em: 15 de julho de 2017.

LUNA, Aniuska M. "The Components of Dehumanization," **Peace and Conflict Studies**: Vol. 22: No. 1, Article 2. 2015. Disponível em: <http://nsuworks.nova.edu/pcs/vol22/iss1/2> Acesso em: 20 de jul. 2016.

MCCHRYSTAL, Stanley. **“Commander’s Initial Assessment,”** ISAF. 2009. Disponível em: https://static.nzz.ch/files/6/5/4/Afghanistan_Assessment_1.3630654.pdf Acesso em 10 de julho de 2017.

MCGREAL, Chris. **US soldiers “killed Afghan civilians for sport and collected fingers as trophies”**. 9 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2010/sep/09/us-soldiers-afghan-civilians-fingers> Acesso em: 26 de julho de 2017.

MCGREAL, Chris. **“Kill Team”** US platoon commander guilty of Afghan murders. 11 de novembro de 2011. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2011/nov/11/kill-team-calvin-gibbs-convicted>

Acesso em: 27 de julho de 2017.

MACKIE, D. M., & HAMILTON, D. L. **Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception.** Orlando, FL: Academic. 1993.

MACKINNON, C. **Feminism unmodified: Discourses on life and law.** Cambridge, MA: Harvard University Press. 1987.

MANCE, Euclides A. **Emmanuel Lévinas e a alteridade.** Revista de Filosofia: Curitiba, v.7, n.8, p. 23-30, abr. 1994.

MANDEL, Michael. **How America gets away with murder.** Illegal wars, collateral damage and crimes against humanity. Pluto Press. 2004.

MARTINS, Rogério L. **Introdução a Lévinas: pensar a ética no século XXI.** Coleção como ler filosofia. São Paulo: Paulus, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Lisboa: Edições 70, 1964.

MATTÉL, Jean-François. **A barbárie interior.** Ensaio sobre o i-mundo moderno. Trad. Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

MAZHAR, Muhammad. KHAN, Samee. GORAYA, Naheed. Ethnic Factor in Afghanistan. **Journal of Political Studies**, Vol. 19, Issue - 2, 2012, 97:109.

MEENA. Poema I'll never return. 1981. Disponível em: <http://www.rawa.org/ill.htm>
Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

MELO, Nélio V. **A ética da alteridade em Emmanuel Lévinas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MERCER, Jonathan. Rationality and Psychology in International Politics. **International Organization**, Vol. 59, No. 1, pp. 77-106. 2005.

MIKKOLA, Mari. 'Dehumanization. In **New Waves in Ethics.** Ed. T. Brooks. New York: Palgrave-Macmillan, 2011.

MORADI, B., & HUANG, Y. P. Objectification theory and psychology of women: A decade of advances and futures directions. **Psychology of Women Quarterly**, 32, pp. 377-398. 2008.

MORADI, B. Discrimination, objectification, and dehumanization: Toward a pantheoretical framework. In S. J. Gervais (Ed.), **Objectification and Dehumanization** (pp. 153-182). New York: Springer. 2013.

MUJAHID, Gulrukhsar. Questioning the Counter-insurgency Doctrine in Afghanistan. **Strategic Studies Review**. Vol. 36 nº1. 2016.

MÜLLER, D. Our image of 'others' and our own identity. In W. Van Asselt, P. van Geest, D. Müller, and T. Salemink (Eds.), **Iconoclasm and iconoclash: Struggle for religious identity** (pp. 107-123). Boston, MA: Brill. 2007.

MUHAMMEDALLY, Sahr. Minimizing civilian harm in populated areas: Lessons from examining ISAF and AMISOM policies. **International Review of the Red Cross**, 98 (1), 225–248. War in cities. 2016.

NAGEL, Joane. SUSAN, Olzak. **Ethnic Mobilization in New and Old States: An Extension of the Competition Model**. Social Problems. Vol. 30, pp. 127-143. 1982.

NORONHA, Edivar. O Bem Viver e o Bem Morrer Segundo Sócrates. Universidade De Brasília. Instituto De Ciências Humanas. Departamento De Filosofia. 2012. Disponível em:

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4027/1/2012_EdivarFerreiradeNoranhaJunior.pdf

Acesso em: 30 de março de 2017.

NOVAK, Maria da Glória. “Glossário”. In **Santo Agostinho. A instrução dos catecúmenos: teoria e prática da catequese**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NUSSBAUM, M. Objectification. **Philosophy & Public Affairs**, 24, 249–291. 1995.

_____. Sex and Social Justice. In M. C. Nussbaum (Ed.), **Objectification** (pp. 213–239). New York: Oxford University Press. 1999.

ONU. Afghan casualties hit record high 11,000 in 2015 – UN report. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53229#collapseOne> Acesso em: 15 de julho de 2017.

_____. **Afghanistan**: record level of civilian casualties sustained in first half of 2016 -- UN report. Disponível em: <http://unama.unmissions.org/afghanistan-record-level-civilian-casualties-sustained-first-half-2016-un-report>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

_____. **Afghanistan**: Landmine Fact Sheet. UN Demining Program (UNMAP). Disponível em: <http://www.afghan-network.net/Landmines/> Acesso em: 20 de julho de 2017.

OPOTOW, Susan. Moral Exclusion and Injustice: An Introduction **Journal of Social Issues**, Vol. 46, No. 1, pp. 1-20. The Society for the Psychological Study of Social Issues. 1990.

ORBONS, Sjef. Are non-lethal weapons a viable military option to strengthen the hearts and minds approach in Afghanistan? **Defense & Security Analysis**, 28:2, 114-130. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

OTAN. RESOLUTE SUPPORT MISSION. **Key facts and figures**. Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_07/20160707_2016-07-RSM-Placemat.pdf Acesso em: 07 jul. 2016.

OVERSTRETT, H. A. **A maturidade mental**. 1967. Companhia Editora nacional. Coleção: Biblioteca do Espírito Moderno.

PENEDOS, A. J. A maravilhosa viagem de Er, o Panfílio. Revista da Faculdade de Letras. n. 9, 33-50. 1992.

PERICE, Glen A. The Culture of Collateral Damage: A Genealogy, **Journal of Poverty**, 10:4, 109-123. 2007.

PETTIGREW, T.F. **Racially separate or together**. New York: McGraw-Hill. 1971.

SPIEGEL NEWS GERMANY ONLINE. **Photo Gallery: The 'Kill Team' in Afghanistan**. 21 de março de 2011. Disponível em: <http://www.spiegel.de/fotostrecke/photo-gallery-the-kill-team-in-afghanistan-fotostrecke-65981.html> Acesso em: 22 de julho de 2017.

PINHEIRO, Álvaro. **Terrorismo, o Contraterrorismo e as Infraestruturas Críticas Nacionais**. Joint Special Operations University (JSOU)/ United States Special Operations Command (USSOCOM). 2011.

PIRATELI, Marcos Roberto. **O conceito de homem para Santo Agostinho**. VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais. O conhecimento do homem e da natureza nos clássicos. Educação, política e religiosidade. ISSN: 2177-6687. Universidade de Maringá- PR. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/66.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2017.

PLATÃO. Diálogo Alcibíades Maior. **Col. Diálogos** vol. 5. Coleção Amazônica/Série Farias Brito. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

_____. **Timeu-Críticas**. Tradução do grego, introdução e notas Rodolfo Lopes. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Universidade de Coimbra. Edição: 1ª/2011.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz**. Colóquio Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Julho, nº 95/96 – 2.^a Série pp. 33-42. 2000. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1343/1/NeD095-096_JoseManuelPureza.pdf Acesso em: 20 de abril de 2017.

PRESIDENT OBAMA'S STATEMENT ON GENERAL MCCHRYTAL AND AFGHANISTAN. **The Obama White House**. Publicado em 23 de junho de 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UKI5i_ZAW_4 Acesso em: 13 de julho de 2017.

NEW YORK TIMES. Questions and answers With Former U.S. Commander in Afghanistan. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/01/09/world/asia/q-and-a-with-gen-stanley-mcchrystal.html> Acesso em: 18 de julho de 2017.

RAMSBOTHAM, Oliver; MIALL, Hugh; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary Conflict Resolution**. 3º Ed. Polity Press. Abril, 2011.

RAUBER, Jaime J. **Filosofia: necessidade de transgressão do pensar bem para o agir bem**. Revista Pragmateia Filosófica - Ano 1 - Nº 01 - Out. de 2007 - ISSN: 1982-1425.

Disponível em: <http://www.nuep.org.br/site/images/pdf/rev-pragmateia-v1-n1-out-2007-filosofia-necessidade-transgressao.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

REALE, Giovanni. **Sofistas, Sócrates e socráticos menores**. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

REIS, Harry T.; SPRECHER, Susan. **Encyclopedia of Human Relationships**. SAGE Publications, Inc. 2009.

Resolução 1510 do CSNU. Adotada em 13 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.nato.int/isaf/topics/mandate/unscr/resolution_1510.pdf Acesso em: 10 de julho de 2017.

REUTERS NEWS. **Insurgency in Afghanistan**: Who are they? 2009. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-afghanistan-insurgency-sb-idUSTRE58O2F620090925> Acesso em: 12 de junho de 2017.

ROGERS, Chris. RETZIUS, Marte. REID, Rachel. KOLENDA, Christopher D. **The strategic costs of civilian harm**. Applying lessons from afghanistan to current and future conflicts. Junho de 2016. Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/strategic-costs-civilian-harm-20160603.pdf> Acesso em: 16 de julho de 2017.

ROMANO, Andrew. **‘Kill Team’**: The Documentary the Army Doesn’t Want You to See. 2014. Disponível em: <http://www.thedailybeast.com/kill-team-the-documentary-the-army-doesnt-want-you-to-see> Acesso em: 26 de julho de 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emilio ou da Educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

_____. **Discurso sobre a origem e fundamentos sobre a desigualdade entre os homens**. Publicações Europa – América. Mem Martins, 1976.

RUDMAN, L. A., & MESCHER, K. Of animals and objects: Men’s implicit dehumanization of women and likelihood of sexual aggression. **Personality and Social Psychology Bulletin**, 38, pp. 734–746. 2012.

SANTANA, Valdeci. **Dia vermelho**. Editora Multifoco: Rio de Janeiro. 2017.

SANTOS, Márcia Patrício. O problema da natureza humana a partir do cogito cartesiano. **Revista de Filosofia da UECE**. Fortaleza, V.2, nº 3, 2005, p.121-154. Disponível em: <http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/O-problema-da-natureza-humana-a-partir-do-cogito-de-Descartes.pdf> Acesso em 13 de abril de 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

SAYÃO, Sandro C. Ética e Sentido em Humanismo do Outro Homem de Emmanuel Levinas. **Revista Perspectiva Filosófica**. Volume IX – nº 17. Jan-Jun, 2002. Disponível em: https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/pf17_artigo50001.pdf Acesso em: 30 de abril de 2017.

SCIACCA, Michele Frederico. **O essencial de Santo Agostinho**. Maringá: Instituto Filosófico Arquidiocesano de Maringá, 2003.

SHECK, R. **Hitler's African victims**: The German army massacres of black French soldiers in 1940. New York, NY: Cambridge University Press. 2006.

SCHNEIDER, David J. **The Psychology of Stereotyping**. The Guilford Press: Nova Iorque. 2005. Disponível em: <https://consortiumnews.com/tag/afghan-war/page/13/?print=pdf-search> Acesso em: 22 de julho de 2017.

SECORD, P. F. Determinism, free will and self intervention: A psychological perspective. **New Ideas Psychology**, 2, p. 25-33. 1984.

SEDRA, Mark. 'Security Sector Reform in Afghanistan', **International Peacekeeping**, 13(1), pp 94–110. 2006.

_____. **The Search for Security in Post-Taliban Afghanistan**. 2007.

_____. **Security Sector Reform 101**: Understanding the Concept, Charting Trends and Identifying Challenges. 2010. Disponível em: https://www.cigionline.org/sites/default/files/ssr_101_final_april_27.pdf Acesso em: 28 de nov. 2016.

SMITH, D. L. **Less than human**: Why we demean, enslave, and exterminate others. New York, NY: MacMillan. 2011.

_____. **Dehumanization, Essentialism, And Moral Psychology**. Volume 9, Issue 11. Pp.814–824. 2014.

SPRINGER, Nathan Ray. **Stabilizing the Debate between population and enemy-centric counterinsurgency**. Success demands a balanced approach. Art of War Papers. Combat Studies Institute Press. Fort Leavenworth, Kansas. 2012.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Online - **A Ética de Aristóteles**. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/aristotle-ethics/> Acesso em: 31 de março de 2017.

STEPHAN, W. G. (1985). Intergroup relations. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), **Handbook of Social Psychology** (Vol. 3, pp. 599–658). New York: Addison-Wesley.

STRELAN, P. HARGREAVES, D. Women who objectify other women: The vicious circle of objectification? *Sex Roles*, 52, pp. 707–712. 2005.

STROEBE, Wolfgang. INSKO, Chester A. Cap. 1. Stereotype, Prejudice and Discrimination: Changing Conceptions in Theory and Research. In **Stereotyping and Prejudice Changing Conceptions**. Editores: Arie W. Kruglanski, Daniel Bar-Tal, Cari F. Graumann, Wolfgang Stroebe. Springer Series in Social Psychology: Nova Iorque. 1989.

SUHRKE, Astri. From Principle to Practice: US military strategy and protection of civilians in Afghanistan. **International Peacekeeping**. Vol.22, Issue 1. P. 100-118. 29 de janeiro de 2015.

The Kill Team. Independent Lens. Dirigido por Dan Krauss. Disponível em: <http://www.pbs.org/independentlens/films/kill-team/> Acesso em: 25 de julho de 2017.

The New Kadampa Tradition - International Buddhist Union. Disponível em: <http://kadampa.org/pt-br/temples/o-simbolismo-do-templo-tradicional> Acesso em: 15 de abril de 2017.

THE PANTHEON. **Uma introdução aos deuses gregos.** Enciclopédia online. Disponível em: <http://www.theoi.com/Pantheon.html> Acesso em: 31 de março de 2017.

THIER, J Alexander. RANJBAR, Azita. **Killing Friends, making enemies: the impact and avoidance of civilian casualties in Afghanistan.** United States Institute of Peace. 2008.

UNAMA. **Civis mortos e feridos no Afeganistão.** Disponível em: <https://www.statista.com/chart/9634/civilian-deaths-and-injuries-in-the-afghanistan-conflict/> Acesso em: 15 de julho de 2017.

WILLS, Deborah. STEUTER, Erin. The soldier as hunter: pursuit, prey and display in the War on Terror. **Journal of War and Culture Studies**, 2:2, pp. 195-210. 2009.

WOLLMANN, S. **O Conceito de Liberdade no Leviatã de Hobbes.** Porto Alegre, EDIPUCRS: 1994.

YARDLEY, William. 2011. **Soldier Is Convicted of Killing Afghan Civilians for Sport.** 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/11/us/calvin-gibbs-convicted-of-killing-civilians-in-afghanistan.html> Acesso em: 27 de julho de 2017.

ANEXOS

ANEXO A - COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance 2009



Headquarters
U.S. Forces-Afghanistan/
International Security Assistance Force
KABUL AFGHANISTAN
APO AE 09356



HQ ISAF

10 November 2009

MEMORANDUM FOR WHOM IT MAY CONCERN

SUBJECT: COMISAF/USFOR-A Counterinsurgency (COIN) Training Guidance

1. You must understand the mission; understand what we're trying to accomplish - and why. This means you must master COIN in both theory and practical implementation. Only with this understanding can you be an asset to the force and not a liability. The purpose of this training guidance is to convey to each and every one of you, what is most important to focus your limited training time on before you deploy and once you are in country.

Commanders must work within my intent and train our Soldiers, Sailors, Airmen, Marines, and Civilians into a mature force capable of executing complex, multi-service, interagency missions they will soon encounter. Commanders and Sergeants must train their Troops in a way that fosters initiative in their subordinates. Develop the **Strategic Corporal**.

Everyone must understand this training guidance, be able to execute it, and become ISAF's Ambassadors throughout the country. Below are the key points of my training guidance:

a. **Master the basics.** Become an expert in your field. Whatever your job, train on it, over and over again, so you can accomplish the routine tasks, routinely. Whether you are an Army medic, a Naval aviator, Marine infantryman, or Air Force EOD technician, train to become the absolute best in your field. Everyone, regardless of your nationality, branch of service or military specialty, must be able to shoot, move, communicate, and medicate.

b. **The People are the Prize.** We all must understand the people of Afghanistan. Operate in a way that respects their culture and religion. Treat them with respect. Ask yourself, "How would I want Soldiers to treat me and my family?" Learn to hold effective Key Leader Engagements (KLEs) with community leaders to help you establish trust. Do not rely on simply attending a course on Afghan culture. I expect commanders to weave cultural scenarios into every training event and teach your subordinates to interact with other cultures. Be creative. Use role players from other organizations. Share and trade ideas.

c. **Driving.** Every interaction with the population, whether positive or negative, influences the Afghans' perceptions of ISAF. Our overly-aggressive driving alienates local citizens and potentially drives them into the arms of the insurgency. Ensure every member of your organization reads and understands the tactical driving directive, dtd 26 August 2009.

d. **Escalation of Force.** Understand my tactical directive regarding EOF procedures ISAF SOP 373, dtd 18 October 2008, applies. All deploying personnel require training in the Afghanistan specific EOF procedures mandated by CDRUSFOR-A/COMISAF. EOF training should be conducted as individual and collective events and should be incorporated into all pre-mobilization training to ensure that the procedures become second nature.

HQ ISAF

SUBJECT: COMISAF/USFOR-A Counterinsurgency (COIN) Training Guidance

e. **Fire Support.** The ability *accurately* to call in both ground and air fire support is a critical task, as well as understanding when it is, *or isn't*, appropriate to use. Study and train the Tactical Callout, to give you additional options. Know my Tactical Directive regarding Close Air Support (CAS). BDE Commanders must ensure their units have enough Joint Fire Observers (JFO) to support dispersed operations. As we grow our partnering capacity with the Afghan National Army and Police, these numbers will significantly increase. Both in pre-deployment training and in theater, I encourage Joint Tactical Air Controllers (JTACs) to teach, coach, and mentor both JFOs and leadership, to ensure this critical skill is cross-leveled at the lowest level.

f. **Language Training.** Everyone should learn basic language skills. Every deployed person should be able to greet locals and say "thank you". Each platoon, or like sized organization, that will have regular contact with the population should have at least one leader that speaks Dari at least the 0+ level, with a goal of a level 1 in oral communication. These personnel will not replace interpreters, but will enhance the capabilities of the unit. This language skill is as important as your other basic combat skills.

g. **Detainee Operations.** From the point of capture, to the hand over to the appropriate Afghan authorities, I expect that our Troops are thoroughly trained in how to conduct detention operations, to include: the handling, tactical questioning, and procedures for processing of detainees. Troops must know the guidelines and limitations applicable when operating under ISAF and the different guidelines and limitations applicable to OEF detention operations.

h. **Counter-IED (C-IED) training.** Insurgents continue to employ Improvised Explosive Devices (IEDs) to attack our Troops and these strikes are responsible for approximately 60% of all our casualties in Afghanistan. C-IED Training must be a continual point of focus for deploying forces and must be flexible enough to rapidly incorporate changes to both friendly and enemy tactics, techniques, and procedures (TTPs). Commanders must leverage the vast amount of counter-IED expertise from the Joint Improvised Defeat Organization (JIEDDO), the Improvised Explosive Defeat Capabilities Integration Team (CIT), and other organizations.

i. **You must understand your Operational Environment.** Traditional Intelligence Preparation of the Battlefield (IPB) is insufficient and it is intimate knowledge of the **Human Terrain** that is paramount. Know the society's leadership systems; learn the National, Provincial, and district government structure. Understand the familial, clan and tribal cultures. What are the relationships and tensions among the separate groups? All of us must learn the ASCOPE (Area, Structures, Capabilities, Organizations, People and Events) methodology to refine our awareness of the operational environment. This gives us an understanding of civil considerations from the point of view of the population, insurgent, and counterinsurgent. Incorporate early into your training program so concepts can be weaved into all of your exercises, as you prepare to deploy.

j. **ANSF Partnership.** *"Arguably, the most important military component of the struggle against violent extremists is not the fighting we do ourselves, but how well we help prepare our partners to defend and govern themselves."* Secretary of Defense Robert Gates, 10 October 2007. Train your Soldiers to be advisors, coaches, mentors, and

HQ ISAF

SUBJECT: COMISAF/USFOR-A Counterinsurgency (COIN) Training Guidance

responsible partners. Learn how to build relationships. I expect Commanders to arrive into the theater with a thorough understanding of the structure of Afghan Security Forces (ANA/ANP/ANBP). Become an expert on how they are recruited, resourced, and retained. Master rapport building. Look at your Afghan Security Force partners as team members in your platoon, company, battalion, or brigade. Learn to **influence**, rather than direct, Afghan National Security Forces (ANSF). I want you to understand how to take your partnership from supported by ANSF to supporting ANSF.

k. **Know the Civilian component to our Civil/Military Team.** Understand how they are organized, their missions, and whom they support. Know the difference between USAID, Department of State, U.S. Department of Agriculture and our partner nations' civil capabilities. More importantly, find out how you can work together to accomplish your missions. **Help me create unity of effort.** Leverage their considerable experience. Understand the tools that they use, like the Tactical Conflict Assessment and Planning Framework (TCAPF) that can assist all of us, both military and civilian, with providing a common view of the sources of instability.

l. **Learn the Integrated Civil/Military Decision Making Structure.** The U.S. Department of State, United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA) and USFOR-A/ISAF have developed a cooperative leadership framework, the Integrated Command Team (ICT), that will be working together from the district level up to each Regional Command. The ICT consists of, at a minimum, the company/battalion commander, senior U.S. civilian lead, and PMT or equivalent lead. The purpose of this single command team is to ensure CIV/MIL operational planning is integrated into a comprehensive strategy agreed upon by all agencies involved in conducting operations.

m. **Information Management Centers (Fusion Cells).** This rapidly emerging capability, collocated with each Regional Command, is being built to assist commanders with creating unity of effort among the various civilian/military/coalition organizations within each AOR. Learn the capabilities and limitations of each of the organizations participating in your regional fusion cells. Understand how to leverage these centers of information/intelligence sharing to best develop unity of effort and unity of purpose in your AOR. I encourage our National Training Centers to replicate these powerful enablers so commanders and staffs become accustomed to interagency and inter-service coordination and operations.

n. **Know the enablers.** Understand the capabilities and limitations all of the organic, and non-organic, enablers that you can leverage to assist you with your mission. Learn the Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance (ISR) platforms. Anticipate decentralized operations and train multiple operators on the various systems. Build more capacity than you think you'll need. Know what HUMINT/SIGINT resources you can leverage. What benefits can they provide you during your missions? Practice pushing capabilities down to the lowest levels.

o. **Train decentralized operations to the lowest level.** It is especially important that senior leadership develop a trust in and empower subordinate leaders to make appropriate, timely decisions. While senior leaders must maintain acute situational

HQ ISAF
SUBJECT: COMISAF/USFOR-A Counterinsurgency (COIN) Training Guidance

awareness, decentralized control usually provides greater success and credibility with our Afghan security force partners in the dynamic environment we encounter daily.

p. **Money as a Weapon System - Commander's Emergency Response Program (CERP) and ISAF Post-Operations Emergency Relief Fund (POERF).** You must become experts at leveraging the various funds available to you to assist the local population. Know which funds to use to solve your particular problem and how to make it happen quickly. CERP funds are important enablers that provide commanders with the ability to initiate small, quick-impact projects and may also be used for condolence payments. POERF provides commanders with the means to respond quickly to urgent requirements for humanitarian assistance immediately following ISAF military operations. Solatia payments, or compensation for loss, are most often made using Operations and Maintenance-Army (OMA) funds. In order to rapidly execute CERP projects, I expect Commanders and staff, from the company through the BCT level, to understand the CERP nomination and boarding processes. Additionally, Commanders must ensure that they have the appropriate number of Project Managers (PM), Paying Agents (PA), and Contracting Officers to be able to execute effective development operations.

q. **Develop Learning Organizations. "This is a game of wits and will. You've got to be learning and adapting constantly to survive."** General Peter J. Schoemaker, USA, 2004. We need our deploying forces to be prepared to conduct counterinsurgency operations upon arrival; however, once you are in country, continue to grow your base of knowledge every day. Learn, share, and disseminate information and intelligence quickly. **Flatten the organization.** Break down the barriers that impede your progress towards a common goal. Be inquisitive. Question your assumptions. Do not think that you have it "right". If a tactic works this week, it may not work the next.

2. Although challenging, the task our Nations have asked us to accomplish is by no means impossible. If you are not already deployed, you will be soon be entering a complex environment for which the most effective asset we have is a thinking, well-trained Soldier, Sailor, Airman, or Marine. On the same day, you may find yourself meeting with Afghan tribal elders to hear their concerns about the lack of water; conducting a combined patrol with an Afghan National Army platoon; and finally assisting a Provincial Reconstruction Team with the delivery of supplies to build a local school. Anticipate, adapt, and embrace change. I have the utmost confidence that you, and your leaders, will be prepared to prevail in this joint endeavour.

Encl
ISAF Cdr's Counterinsurgency
Guidance


Stanley A. McChrystal
General, US Army
Commander
International Security Assistance Force/
United States Forces - Afghanistan

ANEXO A

Commander's Counterinsurgency Guidance 2009



Headquarters
International Security Assistance Force
Kabul Afghanistan

ISAF Commander's Counterinsurgency Guidance¹

Protecting the people is the mission.

The conflict will be won by persuading the population, not by destroying the enemy.

ISAF will succeed when GIROA earns the support of the people.

ISAF's mission is to help the Islamic Republic of Afghanistan (GIROA) defeat the insurgency threatening their country. Protecting the Afghan people is the mission. The Afghan people will decide who wins this fight, and we (GIROA and ISAF) are in a struggle for their support. The effort to gain and maintain that support must inform every action we take. Essentially, we and the insurgents are presenting an argument for the future to the people of Afghanistan: they will decide which argument is the most attractive, most convincing, and has the greatest chance of success.

The Afghan people are a diverse mix of ethnicities and tribes with strong traditions and a fierce sense of independence. Their country has been scarred by 30 years of war, and the fabric of Afghan society has been badly damaged. Traditional tribal structures have been undermined deliberately by the insurgents; many communities have fractured. State weakness and corruption erode confidence in government. Nearly eight years of international presence has not brought the anticipated benefits. The Afghan people are skeptical and unwilling to commit active support to either side until convinced of a winning proposition.

We need to understand the people and see things through their eyes. It is their fears, frustrations, and expectations that we must address. We will not win simply by killing insurgents. We will help the Afghan people win by securing them, by protecting them from intimidation, violence, and abuse, and by operating in a way that respects their culture and religion. This means that we must change the way that we think, act, and operate. *We must get the people involved as active participants in the success of their communities.*

Every action we take must reflect this change: how we interact with people, how we drive or fly, how we patrol, how we use force, how we fund work programs and projects. This is their country, and we are

An ISAF patrol was traveling through a city at a high rate of speed, driving down the center to force traffic off the road. Several pedestrians and other vehicles were pushed out of the way. A vehicle approached from the side into the traffic circle. The gunner fired a pen flare at it, which entered the vehicle and caught the interior on fire. As the ISAF patrol sped away, Afghans crowded around the car. How many insurgents did the patrol make that day?

¹ This guidance applies to both counterinsurgency and stability operations in Afghanistan

their guests. We must think carefully about everything we do and understand the impact of our actions on the people we are here to partner with and protect. Security may not come from overwhelming firepower, and force protection may mean more personal interaction with the Afghan people, not less.

How insurgents operate. Our task is complicated and threatened by a resilient, highly adaptive, and multifaceted insurgency. An insurgency is unlike a conventional military threat. The insurgent's attack is a secondary effort to discredit the government and provoke a counterinsurgent response that alienates the people. Corruption and abuse of power by government officials feeds into the insurgent narrative. Behind the smoke of battle, the insurgents are principally focused on political and social activities, to include information operations, designed to gain control over the population. In so doing, they displace the government's legitimacy.

We must understand how the insurgents compete in order to combat their strategy. They adapt to local conditions. They influence the population through both intimidation and attraction. In their propaganda they claim to protect Afghan culture and religion. They incite social strife and undermine traditional structures. In places, they control the roads, collect revenues, and mete out swift justice. They co-opt disenfranchised groups and pay young men to fight. They exploit ISAF mistakes and inappropriate actions to reinforce their argument.

An ISAF unit in a relatively permissive area had a difficult time maneuvering large vehicles along a road because it was lined with fruit trees. To improve mobility, the unit had the trees cut down. Many people in the village had their livelihoods destroyed. IEDs began appearing along the road shortly thereafter.

Playing into their hands. A military force, culturally programmed to respond conventionally (and predictably) to insurgent attacks, is akin to the bull that repeatedly charges a matador's cape – only to tire and eventually be defeated by a much weaker opponent. This is predictable – the bull does what comes naturally. While a conventional approach is instinctive, that behavior is self-defeating.

First, an insurgency cannot be defeated by attrition; its supply of fighters, and even leadership, is effectively endless. Roughly seventy percent of the Afghan population is under age 25. Vast unemployment, illiteracy, and widespread political and social disaffection create fertile ground for insurgent influence and recruiting.

The intricate familial, clan, and tribal connections of Afghan society turns "attrition math" on its head. From a conventional standpoint, the killing of two insurgents in a group of ten leaves eight remaining: $10 - 2 = 8$. From the insurgent standpoint, those two killed were likely related to many others who will want vengeance. If civilian casualties occurred, that number will be much higher. Therefore, the death of two creates more willing recruits: *10 minus 2 equals 20 (or more)* rather than 8. This is part of the reason why eight years of individually successful kinetic actions have resulted in more violence. The math works against an attrition mind-set. This is not to say that we should avoid a fight, but to win we need to do much more than simply kill or capture militants.

Second, conventional military action against insurgents consumes considerable resources with little real return and is likely to alienate the people we are trying to secure. Large scale operations to kill or capture militants carry a significant risk of causing civilian casualties and collateral damage. If civilians die in a firefight, it does not matter who shot them – we still failed to protect them from harm. Destroying a home or property jeopardizes the livelihood of an entire family – and creates more insurgents. We sow the seeds of our own demise.

Although disruption operations may be necessary at times, we must recognize their effects are temporary at best when the population is under insurgent influence or control. Sporadically moving into an area for a few hours or even a few days solely to search for the enemy and then leave does little good, and may do much harm. The local insurgents hide in plain sight and the people remain ambivalent. Once we depart, the militants re-emerge and life under insurgent control resumes. These operations are not only ineffectual, they can be counter-productive. In conducting them, we are not building relationships with people, and we are not helping Afghans solve Afghan problems.

In short, we don't have to be stupid or ineffective to fail – just misguided in our approach.

Changing our mindset. We need to think and act very differently to be successful. The will of the people is the Objective. An effective “offensive” operation in counterinsurgency, therefore, is one that takes from the insurgent what he cannot afford to lose – control of the population. We must think of offensive operations not simply as those that target militants, but ones that earn the trust and support of the people while denying influence and access to the insurgent. Holding routine *jirgas* with community leaders that build trust and solve problems is an offensive operation. So is using projects and work programs to bring communities together and meet their needs. Missions primarily designed to “disrupt” militants are not.

Think of counterinsurgency as an argument to earn the support of the people. It is a contest to influence the real and very practical calculations on the part of the people about which side to support. Every action, reaction, failure to act, and all that is said and done become part of the debate. The people in the audience watch, listen, and make rational choices based on who can better protect them, provide for their needs, respect their dignity and their community, and offer opportunities for the

An ISAF unit was often taking rocket fire from nearby a certain village. Rather than raiding the village, the commander decided instead to find out more about them and the reasons for hostility. The ANA commander suggested an ANA patrol to learn more about the village. The patrol discovered the village was upset about a night raid that occurred over two years ago. He also learned education was important to the village but they had no school or supplies. The commanders sent another patrol to the village a few days with a truckload of school supplies. The next day, the village elders came to the base to meet with the ANA and ISAF commanders. They delivered over 100 thank-you notes from the children. Soon, several local projects were coordinated with the elders for the village – projects they owned. The rocket attacks stopped.

future. Ideology can influence the outcome, but is usually subordinate to the more practical considerations of survival and everyday life.

Earn the support of the people and the war is won, regardless of how many militants are killed or captured.

We must undermine the insurgent argument while offering a more compelling alternative. Our argument must communicate – through word and deed – that we and GIRoA have the capability and commitment to protect and support the people. Together, we need to provide a convincing and sustainable sense of justice and well-being to a weary and skeptical populace. We must turn perceptions from fear and uncertainty to trust and confidence.

To be effective, therefore, we have to help change the local context so people are more attracted to building and protecting their communities than destroying them. Leverage economic initiatives and routine *jirgas* with community leaders to employ young men and develop peaceful means to resolve outstanding issues; create viable local alternatives to insurgency.

At the same time, it would be naïve to ignore the fact that the enemy often gets a vote on how we focus our time and energy. This is certainly the case in times of high kinetic activity as well as in the areas where the “shadow government” influences the population. There is clearly a role for precise operations that keep the insurgents off balance, take the fight to their sanctuaries, and prevent them from affecting the population. These operations are important, but, in and of themselves, are not necessarily decisive.

They *can* be effective when the insurgents have become so isolated from the population that they are no longer welcome, have been kicked out of their communities, and are reduced to hiding in remote areas and raiding from there. Setting these conditions throughout the year will enable kinetic operations to have an enduring rather than fleeting impact.

Keeping the right balance over time is critical and there is no mathematical formula for it. *Mobilizing the community* to participate actively for their own safety, stability, and success is the crux of counterinsurgency at local levels – and creates circumstances to end insurgent influence permanently.

One ISAF unit and their partnered Afghan company were participating in a large shura in a previously hostile village. Over 500 people, to include former fighters, were in attendance. Nearly the entire village turned out. The unit had been working for months to build relationships with the elders and people. As the relationships strengthened and local projects began improving quality of life and employment opportunities, the village elders requested the meeting. During the meeting, two insurgents began firing shots at one of the unit’s observation posts. Knowing the stakes of the meeting, the young sergeant in charge of the OP told his men to hold their fire. He knew this was a provocative act designed to get him to over-react and ruin the meeting. He reported the incident. The shura continued. Later, the village elders found the two militants and punished them accordingly.

We must know the people, their environment and aspirations, and work together with them to meet their needs. Strive to focus 95% of our energy on the 95% of the population that deserves and needs our support. Doing so will isolate the insurgents. Take action against the 5% – the insurgents – as necessary or when the right opportunities present themselves. Do not let them distract you from your primary tasks:

Embrace the People. Build connections and be conscious of the need to pass them off to your successor. Afghan culture is founded on personal relationships. Earning the trust of the people is a large part of our mission. Build relationships with tribal, community, and religious leaders. Success requires communication, collaboration, and cooperation. Seek out the underprivileged, the disenfranchised, and the disaffected and bring them on the team. Understand the local grievances and problems that drive instability, and take action to redress them. Work with the children and students. Insist the ANSF and GIRoA officials support these efforts, and teach them to lead these efforts.

Use your relationships with the people, the ANSF, and the GIRoA officials to become an expert on the local situation. Get to know the neighborhood. Learn who is the most successful farmer and why, who feels excluded and why, and which families are the most powerful and who they are united to by marriage. Be a positive force in the community, shield the people from harm, and foster safety and security so people can work and raise their families in peace.

Carefully assess risk and project confidence – excessive force protection is distancing, not inspiring. Think of how you would expect a foreign army to operate in your neighborhood, among your families and your children, and act accordingly. The way you drive, your dress and gestures, with whom you eat lunch, the courage with which you fight, the way you respond to an Afghan's grief or joy – this is all part of the argument.

Win the argument. Use localized development and economic support to bring community leaders and people together for their own success. Listen, share, and get buy-in. Build local ownership and capacity. Together with legitimate GIRoA leaders, work all local issues with the local shura and community. Foster ownership. As the Afghans say, "If you sweat for it, you will protect it."

Partner with ANSF at all echelons. Our job is to hold them accountable for performance in serving the Afghan people and protecting them from harm. Build their capacity to secure their own country. Foster ownership – their success is our success. Live and train together, plan and operate together. Share the same battle-rhythm and information. Integrate your command and control structures. Put them in the

A Police Mentor Team believed the District ANP Chief to be corrupt. After multiple attempts to facilitate a change in behavior, the PMT built a case to take to the Provincial leadership. The Provincial leadership conducted an operation that confirmed the evidence. They replaced the corrupt Police Chief with an honest, hard-working leader, and referred the removed Chief to the Afghan justice system. Although the process required many weeks, the PMT helped to empower Afghan leaders to take appropriate action to protect the population from this malign actor.

lead and support them, even before they think they are ready. Coach them to excellence, and they will amaze you with how quickly they take charge.

Build Governance Capacity and Accountability. Developing good governance is everyone's responsibility. Build capacity and accountability at all levels, down to local communities. Promote Afghan leadership that serves the people. Empower those who display competence, care, and commitment for their people. But be discerning and make distinctions. Confront self-serving officials who monopolize wealth and power and abuse the people's trust. Working alongside our Afghan counterparts, we must find incentives and mechanisms to change behavior, and demand Afghan leaders take appropriate action to hold corrupt officials accountable. Looking the other way or enabling government officials who fail to meet their obligations makes you part of the problem. Protecting the people not only requires protecting them from physical harm, but also from corruption and abuse of power.

Get better every day. Take action to improve stability in your area. Learn how to adapt, how to shape the environment, and how to be more effective with the community leaders and the people. Listen to our Afghan colleagues; talk with the Afghans you meet; ask questions about how we can improve and help them achieve their goals. Listen to their stories and what they want to tell you. You are authorized – indeed, it is your responsibility – to adjust your actions within the intent of this guidance to adapt to local conditions.

Over-communicate. Quickly share critical information and ideas. Challenge the conventional wisdom if it no longer fits the environment. This is a battle of wits -- be vigilant as the environment shifts and the enemy adapts. If you are comfortable, the enemy is probably ahead of you. To win, we must understand their strategy and learn from their successes and their failures – and from our own as well. Adapt faster than they are able to adjust.

We (GIRoA and ISAF) will succeed by transforming the environment through local security, connecting responsive and credible governance to the community leaders and the people, and facilitating compelling alternatives to the insurgency. The people will decide the contest in GIRoA's favor.


MICHAEL T. HALL

Command Sergeant Major, U.S. Army
Command Sergeant Major,
U.S. Force-Afghanistan /
International Security Assistance
Force, Afghanistan


STANLEY A. McCHRISTAL

General, U.S. Army
Commander,
U.S. Force-Afghanistan /
International Security Assistance
Force, Afghanistan

ISAF Counterinsurgency Guidance: Key Points

The Afghan people are the Objective. Protecting them is the mission. Focus 95% of your time building relationships with them and, together with the Afghan government, meeting their needs.

Get rid of the conventional mind-set. Focus on the people, not the militants. By earning their trust and helping an accountable GIROA gain the support of the people, you take from the enemy what he cannot afford to lose – the control of the population.

Embrace the people

- Think before you act. Understand the consequences of your actions – how you drive, how you patrol, how you relate to people, how you help the community. View your actions through the eyes of the Afghans. If we harm Afghan civilians, we sow the seeds of our own defeat.
- Be an expert on the local situation. Build connections and hold routine *jirgas*. Afghan culture is founded on personal relationships. Listen to the population and adjust accordingly. Earn their trust. Develop their ownership in the solution. If they sweat for it, they will protect it.
- Be a positive force in the community; shield the people from harm; foster stability. Use local economic initiatives to increase employment and give young men alternatives to insurgency. Demand that CERP, CIMIC and other capabilities support these efforts. Help Afghans solve Afghan problems.

Partner with ANSF

- Live, eat, and train together, plan and operate together, depend on one another, and hold each other accountable – at all echelons down to soldier level. Treat them as equal partners in success.
- Their success is our goal. Respect them; put them in the lead and coach them to excellence.

Build Governance Capacity and Accountability

- Facilitate and enable transparent and accountable governance from national to community level. Insist government officials serve the people; support those who do.
- Confront corrupt officials. Protecting the people requires protection from physical harm, corruption and abuse of power. With your Afghan counterparts work to change corrupt behavior that adversely affects the people and the mission. If the behavior does not change, demand the Afghan higher leadership take appropriate action.

Get Better Everyday

- Learn and adapt to the environment. Keep your skills sharp. Improve daily.
- Learn how to shape the environment, and how to achieve greater effects with the people more quickly. Listen to and learn from our Afghan colleagues.
- Communicate and share ideas. Challenge the conventional wisdom if it no longer fits the environment. This is a battle of wits – learn and adapt more quickly than the insurgent.

ANEXO B

COMISAF's Memorandum Counterinsurgency Guidance 2010



HEADQUARTERS
International Security Assistance Force/
United States Forces-Afghanistan
Kabul, Afghanistan
APO AE 09356



COMISAF/CDR USFOR-A

1 August 2010

FOR The Soldiers, Sailors, Airmen, Marines, and Civilians of NATO ISAF and US Forces-Afghanistan

SUBJECT: COMISAF's Counterinsurgency Guidance

Team, here is my guidance for the conduct of counterinsurgency operations in Afghanistan. In keeping with the admonition in this guidance to "learn and adapt," I will update this document periodically in the months ahead. Indeed, this edition is my first update, as I received useful feedback on the initial draft from Afghan partners and also received advice from elders and Special Forces teams in Herat Province's Zericho Valley. I welcome further feedback.

As I noted during my assumption of command remarks, it is a privilege to serve with each of you in this hugely important endeavor. And I appreciate all that you will do in helping to turn this guidance into reality on the ground.

Secure and serve the population. The decisive terrain is the human terrain. The people are the center of gravity. Only by providing them security and earning their trust and confidence can the Afghan government and ISAF prevail.

Live among the people. We can't commute to the fight. Position joint bases and combat outposts as close to those we're seeking to secure as is feasible. Decide on locations with input from our partners and after consultation with local citizens and informed by intelligence and security assessments.

Help confront the culture of impunity. The Taliban are not the only enemy of the people. The people are also threatened by inadequate governance, corruption, and abuse of power – recruiters for the Taliban. President Karzai has forthrightly committed to combat these threats. Work with our Afghan partners to help turn his words into reality and to help our partners protect the people from malign actors as well as from terrorists.

Help Afghans build accountable governance. Afghanistan has a long history of representative self-government at all levels, from the village shura to the government in Kabul. Help the government and the people revive those traditions and help them develop checks and balances to prevent abuses.

Pursue the enemy relentlessly. Together with our Afghan partners, get our teeth into the insurgents and don't let go. When the extremists fight, make them pay. Seek out and eliminate those who threaten the population. Don't let them intimidate the innocent. Target the whole network, not just individuals.

COMISAF**SUBJECT: COMISAF's Counterinsurgency Guidance**

Fight hard and fight with discipline. Hunt the enemy aggressively, but use only the firepower needed to win a fight. We can't win without fighting, but we also cannot kill or capture our way to victory. Moreover, if we kill civilians or damage their property in the course of our operations, we will create more enemies than our operations eliminate. That's exactly what the Taliban want. Don't fall into their trap. We must continue our efforts to reduce civilian casualties to an absolute minimum.

Identify corrupt officials. President Karzai has said, "My government is committed to fighting corruption with all means possible." Help the government achieve that aim. Make sure the people we work with work for the people. If they don't, work with partners to enable action, or we will appear to be part of the problem. Bring networks of malign actors to the attention of trusted Afghan partners and your chain of command. Act with your Afghan partners to confront, isolate, pressure, and defund malign actors – and, where appropriate, to refer malign actors for prosecution.

Hold what we secure. Together with our Afghan partners, develop the plan to hold an area (and to build in it) before starting to clear or secure it. The people need to know that we will not abandon them. Prioritize population security over short-duration disruption operations. And when we begin to transition to Afghan lead, thin out rather than handing off and withdrawing, maintaining headquarters even as we reduce combat elements.

Foster lasting solutions. Help our Afghans partners create good governance and enduring security. Avoid compromises with malign actors that achieve short-term gains at the expense of long-term stability. Think hard before pursuing initiatives that may not be sustainable in the long run. When it comes to projects, small is often beautiful.

Money is ammunition; don't put it in the wrong hands. Institute "COIN contracting." Pay close attention to the impact of our spending and understand who benefits from it. And remember, we are who we fund. How we spend is often more important than how much we spend.

Be a good guest. Treat the Afghan people and their property with respect. Think about how we drive, how we patrol, how we relate to people, and how we help the community. View our actions through the eyes of the Afghans and, together with our partners, consult with elders before pursuing new initiatives and operations.

Consult and build relationships, but not just with those who seek us out. Earn the people's trust, talk to them, ask them questions, and learn about their lives. Inquire about social dynamics, frictions, local histories, and grievances. Hear what they say. Be aware of others in the room and how their presence may affect the answers you get. Cross-check information and make sure you have the full story. Avoid knee-jerk responses based on first impressions. Don't be a pawn in someone else's game. Spend time, listen, consult, and drink lots of tea.

COMISAF
SUBJECT: COMISAF's Counterinsurgency Guidance

Walk. Stop by, don't drive by. Patrol on foot whenever possible and engage the population. Take off your sunglasses. Situational awareness can only be gained by interacting face-to-face, not separated by ballistic glass or Oakleys.

Act as one team. Work closely with our international and Afghan partners, civilian as well as military. Treat them as brothers-in-arms. Unity of effort and cooperation are not optional.

Partner with the ANSF. Live, eat, train, plan, and operate together. Depend on one another. Hold each other accountable at all echelons down to trooper level. Help our ANSF partners achieve excellence. Respect them and listen to them. Be a good role model.

Promote local reintegration. Together with our Afghan partners, identify and separate the "reconcilables" from the "irreconcilables." Identify and report obstacles to reintegration. Help our partners address grievances and strive to make the reconcilables part of the local solution, even as we work with our partners to identify and kill, capture, drive out, or "turn" the irreconcilables.

Be first with the truth. Beat the insurgents and malign actors to the headlines. Preempt rumors. Get accurate information to the chain of command, to Afghan leaders, to the people, and to the press as soon as possible. Integrity is critical to this fight. Avoid spinning, and don't try to "dress up" an ugly situation. Acknowledge setbacks and failures, including civilian casualties, and then state how we'll respond and what we've learned.

Fight the information war aggressively. Challenge disinformation. Turn our enemies' extremist ideologies, oppressive practices, and indiscriminate violence against them. Hang their barbaric actions like millstones around their necks.

Manage expectations. Avoid premature declarations of success. Note what has been accomplished and what still needs to be done. Strive to under-promise and over-deliver.

Live our values. Stay true to the values we hold dear. This is what distinguishes us from our enemies. We are engaged in a tough endeavor. It is often brutal, physically demanding, and frustrating. All of us experience moments of anger, but we must not give in to dark impulses or tolerate unacceptable actions by others.

Maintain continuity through unit transitions. From day one, start building the information you'll provide to your successors. Share information and understanding in the months before transitions. Strive to maintain operational tempo and local relationships throughout transitions to avoid giving insurgents and malign actors a rest.

COMISAF
SUBJECT: COMISAF's Counterinsurgency Guidance

Empower subordinates. Resource to enable decentralized action. Push assets and authorities down to those who most need them and can actually use them. Flatten reporting chains (while maintaining hierarchical decision chains). Remember that it is those at tactical levels – the so-called “strategic sergeants” and “strategic captains” – who turn big ideas in counterinsurgency operations into reality on the ground.

Win the battle of wits. Learn and adapt more quickly than the enemy. Be cunning. Outsmart the insurgents. Share best practices and lessons learned. Create and exploit opportunities.

Exercise initiative. In the absence of guidance or orders, figure out what the orders should have been and execute them aggressively.

David H. Petraeus
General, United States Army
**Commander, International Security Assistance Force/
United States Forces-Afghanistan**